

GUIA DE ESTUDOS



PELOTASMUN

time to  
*resist*

STUDY GUIDE



# Pelotas Mun: Time to Resist

Study Guide / Guia de Estudos



Bruna Kleinicke

Laura Menon

Sabrina Moura

Pelotas, 2019.

---

---



## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	4
Parte 1	6
Comitê de Direitos Humanos	6
<b>A vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes Venezuelanos em Situação de Refúgio e Migração</b>	7
<b>A falta de Visibilidade Internacional da África Centro-Oriental pós ciclone Idai</b>	31
<b>Controle de Armas e a Problemática do Armamento Civil ao Redor do Mundo</b>	39
Parte 2	51
Conselho Econômico e Social	51
Universitário	51
<b>Water crisis and the lack of water on Health Care Centers</b>	52
<b>Bioenergy as a way to reconstruct Rwanda: The 25th anniversary of the genocide</b>	68
<b>The anti-vaccination movements around the world</b>	82
Parte 3	96
Conselho Econômico e Social	96
Secundaristas	96
<b>Crise Hídrica e a Falta de Água em Centros Médicos</b>	97
<b>A bioenergia como forma de reconstruir Ruanda: o 25º aniversário do genocídio</b>	114
<b>Os movimentos antivacina ao redor do mundo</b>	129



## Apresentação

As universidades federais são responsáveis por mais de 90% das pesquisas do país, o slogan desse ano, *time to resist*, surge da atual conjuntura política brasileira e da conseqüente a urgência de lutar pela universidade gratuita e de qualidade a qual nos é oferecida mas corre o risco de extinção.

O Modelo das Nações Unidas (Model United Nations), conhecido como MUN, é uma simulação dos diferentes órgãos e comitês da ONU para estudantes, em que os participantes assumem o papel de representantes de diferentes países ou de grandes jornais. O Pelotas Model United Nations é o modelo de simulação da Universidade Federal de Pelotas, na cidade de Pelotas, município da região sul do Rio Grande do Sul.

Este documento é resultado de um semestre de dedicação e pesquisa dos nossos diretores - estudantes de Relações Internacionais - no âmbito do projeto de extensão Pelotas Model United Nations, dirigido pelas secretárias gerais Bruna Kleinicke, Laura Menon e Sabrina Moura e orientado pelo professor Fábio Amaro.

É com muito orgulho que nós, alunas do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) iniciamos esse guia de estudos. A sétima edição do Pelotas Model United Nations (PelotasMUN) acontecerá entre os dias 15 e 18 de novembro de 2019, na qual sediaremos simulações de debates e tomaremos decisões importantes dentro dos comitês da Organização das Nações Unidas, envolvendo estudantes universitários e secundaristas.

O time do Pelotas Model United Nations 2019 é separado por grupos com diferentes responsabilidades. Iniciando pelo secretariado, as secretárias acadêmicas desta edição são: Laura Menon e Sabrina Moura, responsáveis pela coordenação e auxílio na construção do presente guia de estudo e pela preparação dos responsáveis pela mediação das simulações nos dias do evento. Seguindo para a secretária administrativa, Bruna Kleinicke exerce a função de coordenação e administração dos recursos financeiros do projeto, auxílio na busca de parcerias, preparação dos responsáveis pela imprensa (press) e pelo staff - time de apoio antes e durante o evento.

Os mediadores das simulações são os chamados Diretores de Comitês, que além de mediar, produzem os guias de estudos que auxiliam os participantes em sua preparação para o debate, nossos Diretores são: Rafael Borges, Pedro de Moraes, Murilo Brum, Luísa Mansan, Luiz Gustavo Lino, Luis Gustavo Queiroga, Luana Menezes, Rodrigo Mota e Cecília Martins. Nossa press é composta pelos integrantes: Tabatha Cuzziol e Bento Sena, responsáveis pela identidade visual do evento, posts nas redes sociais, composição e atualização do site e coordenação dos jornais nos dias do evento e auxílio aos delegates nessa tarefa. Por fim, mas longe de serem menos importantes, a equipe do staff - responsável pela busca por parcerias e organização do espaço do evento, composta por: Esmeralda Faria,



Mateus Simon, João Lotufo, Letícia Caldeirão e Rafael Neves. Apesar dos cargos, buscamos trabalhar em conjunto em todas as atividades, sendo incentivado a ajuda para além das atribuições de cada grupo e o companheirismo.

Esperamos que vocês aproveitem tanto o evento quanto nós aproveitamos o organizando.



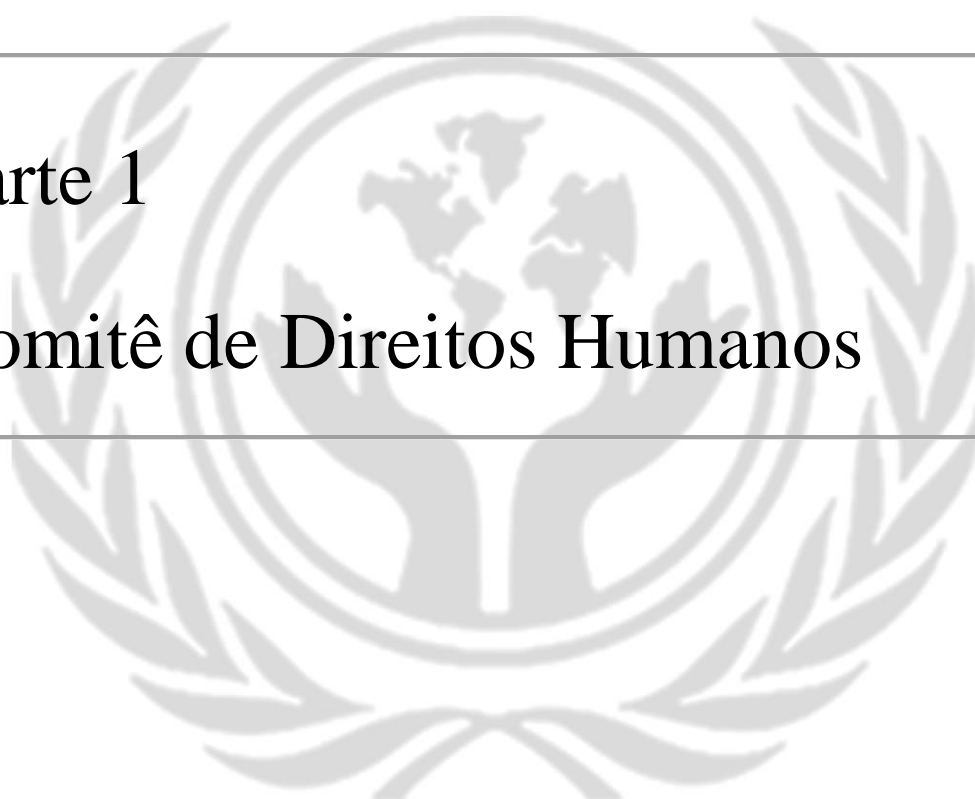


---

Parte 1

Comitê de Direitos Humanos

---





# A vulnerabilidade de Crianças e Adolescentes Venezuelanos em Situação de Refúgio e Migração

Rafael Borges

## INTRODUÇÃO

Na República Bolivariana da Venezuela desenrola-se uma situação calamitosa, devido a complexas dificuldades econômicas políticas e sociais, que foram acentuadas por volta do ano de 2015 e que até os dias de hoje recebe grande atenção internacional devida à escalada progressiva de tensões no cenário regional e internacional. Da crise deste país que não parece amainar, as consequências transbordam suas fronteiras em forma de emigrantes e refugiados em um dos maiores êxodos da América Latina dos últimos tempos. Essas pessoas procuram uma vida melhor principalmente nos países vizinhos, no entanto, já passam do número de quase quatro milhões de pessoas pelo mundo e necessitam de toda a atenção dos atores que permeiam o plano internacional. Destas pessoas que escapam da situação insalubre que reina na Venezuela, é seguro dizer que as crianças e adolescentes são os grupos mais vulneráveis e que mais sofrem perante as intempéries advindas de suas condições.

É vastamente documentado, tanto na imprensa, quanto na própria ONU e em Universidades de diversos países diferentes, através de matérias, resoluções, teses e dissertações, a fuga de milhares de venezuelanos de seu país de origem com motivações variadas decorrendo da decadência econômica da Venezuela, da perseguição e intolerância política, da violência e insegurança e da dificuldade de acesso à comida, remédios e serviços essenciais, para alcançar uma vida melhor em outros países. Contudo, a situação dos Direitos Humanos no que toca aos emigrantes e refugiados está muito abaixo do ideal devido à necessidade de cruzar as fronteiras do país ilegalmente por causa do fechamento das fronteiras da Venezuela, o que demonstra a proibição por parte do governo venezuelano da saída dos 3,7 milhões de venezuelanos que já cruzaram a fronteira.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Dados completos dos refugiados e migrantes da Venezuela disponível em: <<https://r4v.info/es/situations/platform>>



A necessidade de atravessar a fronteira ilegalmente acarreta uma série de problemas para os que conseguem sair do país, como a constante vulnerabilidade ao abuso, exploração, tráfico de pessoas, trabalho forçado e o risco dessas pessoas ficarem suscetíveis à abordagem de grupos armados e até mesmo o recrutamento forçado. Esses problemas são bem demonstrados em reportagens sobre casos como o de Jose Luis Jiménez, que foi reportado através da imprensa das Nações Unidas, que ele:

se arriscou em meio a bandidos e grupos armados para cruzar a fronteira do seu país com a Colômbia, em uma busca desesperada por comida para a família. Nesta semana, a travessia ficou ainda mais perigosa. Com a ponte fronteiriça fechada, Jose se juntou a milhares de venezuelanos que enfrentaram as águas caudalosas de um rio inundado para buscar ajuda na cidade colombiana de Cúcuta. (ONU, 05 de abril, 2019)

Em todas essas situações, são as crianças e adolescentes os grupos mais afetados.<sup>2</sup>Na mesma notícia, é demonstrado um pouco do perigo que as crianças e adolescentes estão sujeitas:

Forças da segurança de ambos os lados tentaram controlar o incidente, conforme as pessoas, desesperadas para conseguir comida ou remédios, derrubavam barreiras de controle. Na confusão, bebês choravam, crianças pequenas se perdiam dos pais, grávidas, idosos e pessoas com deficiências corriam risco de serem pisoteados, sufocados ou esmagados pela multidão. (ONU, 05 de abril, 2019)

Em um relatório fornecido pela Organização Internacional para as migrações (OIM)<sup>3</sup> contando com o apoio técnico e financeiro do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Fundo Central de Resposta de Emergência das Nações Unidas (FCREN) e o Escritório para População, Refugiados e Migração (EPRM) do governo dos Estados Unidos, relativo à situação dos refugiados venezuelanos no Estado brasileiro de Roraima, é relatado, no que toca às crianças e adolescentes já parcialmente assentadas, que muitas delas não frequentam a escola, não tem acesso adequado à alimentação e à boas condições sanitárias e estão suscetíveis à riscos de violência e abuso, além de alguns

---

<sup>2</sup> A notícia completa que corrobora essa situação das crianças e adolescentes está disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-e-governos-sul-americanos-discutem-como-protoger-direitos-de-criancas-venezuelanas/>>

<sup>3</sup> O estudo completo está disponível em: < [https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/OIM\\_Brasil\\_DTM\\_N2-PT\\_VF.PDF](https://robuenosaires.iom.int/sites/default/files/Informes/DTM/OIM_Brasil_DTM_N2-PT_VF.PDF)>



casos de falta de documentação. Esse relatório demonstra apenas uma pequena parte dos riscos que as crianças e adolescentes enfrentam no seu dia a dia.

A situação atual da mobilidade urbana de venezuelanos entre seu país de origem e vizinhos apresenta uma série de situações que atestam as constantes infrações dos Direitos Humanos, além de também aumentar as tensões entre os países e desestabilizar as regiões que fazem fronteira com a Venezuela, que são constantemente alvos de um grande fluxo de imigrantes. Ademais, as inquietações dos habitantes dessas regiões são demonstradas através de intolerância, por discursos xenofóbicos, exclusão social dos migrantes e até mesmo violência<sup>4</sup>, o que acaba por exacerbar o estresse já existente na vida dos refugiados, além de poderem revelar-se traumáticas para as crianças e adolescentes que já estão vulneráveis a muitas outras questões já citadas.

Entretanto, todos os problemas citados, embora continuem longe de serem solucionados, felizmente, já receberam muita atenção pelo mundo, pela imprensa e também por países e organizações internacionais não governamentais como na Declaração de Quito sobre mobilidade humana de cidadãos venezuelanos na Região (2018)<sup>5</sup> e pela nota de orientação ao fluxo de venezuelanos (2018)<sup>6</sup> apresentada pela UNHCR. Ademais, é importante ressaltar que os comitês da ONU têm se debruçado sobre o tema, mas sem chegar a nenhuma resolução. A Assembléia Geral da ONU não apresentou nenhuma resolução em relação ao tema específico de crianças e adolescentes refugiados e migrantes da Venezuela. Entretanto, apresentou 24 resoluções<sup>7</sup> entre 2012 e 2018 a respeito de tópicos similares. Já o Conselho de Segurança, embora também não tenha apresentado resoluções a respeito do êxodo de venezuelanos escapando do país, realizou quatro encontros<sup>8</sup>, todos em 2019, para discutir a situação na Venezuela.

## CONTEXTO HISTÓRICO

---

<sup>4</sup> Uma notícia referente a esses problemas está disponível em: < <https://mtst.org/noticias/xenofobia-contra-venezuelanos-criancas-vitimas-de-ataque-em-pacaraima-recebem-apoio-de-brasileiros/>>

<sup>5</sup> Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/en/sem-categoria/19433-quito-declaration-on-human-mobility-of-venezuelan-citizens-in-the-region-working-document-september-4-2018-spanish>>

<sup>6</sup> Disponível em: < <https://www.refworld.org/docid/5a9ff3cc4.html>>

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://www.un.org/en/sections/documents/general-assembly-resolutions/index.html>>

<sup>8</sup> Disponível em: < <https://www.un.org/securitycouncil/content/resolutions>>



Para entender a complexa situação em que a Venezuela se encontra atualmente no governo de Nicolás Maduro é necessário observar o surgimento do petróleo como principal fonte de renda da Venezuela e olhar para os governos anteriores que caracterizam “três fenômenos políticos distintos na história venezuelana cujo desenvolvimento inter-relacionado explica a atual instabilidade do país: Puntofijismo (1958-1998), Chavismo (1998-2013), e Madurismo (2013-presente).” (MEJÍA, 2018, P. 42, tradução nossa)

A partir de 1939 é possível apontar para o petróleo como o produto mais importante para a economia venezuelana graças a um acordo de reciprocidade com os EUA que, em detrimento de outros setores econômicos, “fez com que o país passasse a garantir baixas tarifas de importação para produtos industriais para que houvesse, em troca, cobrança de tarifas menores de importação do petróleo venezuelano por parte dos EUA”. (ALVES, 2018, p. 13)

Além desse pacto, de acordo com Jorge Mejía (2018), foi no período conhecido como Puntofijismo, também compreendido como “Pacto de PuntoFijo”, que o petróleo foi solidificado como dominante tanto na economia quanto como uso político na Venezuela, transformando-a em um Petro-Estado e dando à economia um caráter rentista. Ademais, no período do Puntofijismo, a política venezuelana apresentou a característica de uma democracia partilhada que foi um pacto para compartilhar a governabilidade do país entre os três principais partidos identificados com a burguesia: URD, COPEI e AD.

De acordo com Lúcio Lopes, as características da política e economia venezuelana no período do Pacto de PuntoFijo:

criou no país uma forte emulação social e cultural em relação aos EUA. Essa emulação criou uma grande dependência externa em relação a este país, não apenas comercial, mas também cultural, inibindo a capacidade de inovação e criatividade internas, sendo substituídas pela importação de um modo de vida incompatível com a realidade venezuelana. (LOPES, 2011, p. 62)

Para uma economia e um sistema político muito dependentes do petróleo, é correto dizer que a diminuição dos preços internacionais do petróleo em 1984 teve consequências desastrosas para a Venezuela. Foi a partir desta crise veio à compreensão de que era necessário que o sistema político venezuelano sofresse mudanças. Com isso, é possível que esse cenário seja associado ao “principal mérito da emergência da figura de Hugo Chávez no cenário da política venezuelana.” (VILLA, 2005, p. 158).



Com a ascensão de Chávez ao poder em 1998, a Venezuela encontrava-se em um contexto econômico muito adverso devido à grande dívida externa adquirida e à retração econômica advinda da crise do petróleo. Contudo, era esperado de seu governo a reorganização do país e sua recuperação da grande corrupção que existia na democracia da Venezuela graças ao período do Puntofijismo.

No início do período Chavista, a Venezuela passou por grandes mudanças políticas, econômicas e sociais. A primeira delas é a eleição da Assembléia Nacional Constituinte (ANC), que teve a maioria esmagadora composta por forças chavistas e, através dela, a produção de uma nova Constituição, que foi criticada por concentrar demais o poder nas mãos do presidente. Além disso, é importante ressaltar o forte nacionalismo dos discursos do movimento bolivariano e da aversão ao neoliberalismo, usando da ANC como força motriz política para promover as reformas no país.

No plano econômico, Chávez apresentou o plano de Transição que se baseava em medidas de curto prazo de caráter conjuntural devido à fraca situação que a economia se encontrava. Com essa medida, a economia venezuelana conseguiu se recuperar no curto prazo, embora, em relação ao setor privado nacional, o governo tenha sempre apresentado hostilidade.

No plano social, o governo ampliou uma série de políticas que tinham o intuito de combater a pobreza e tentar melhorar a educação e a saúde.

Contudo, devido à oposição pela classe média a essas e outras mudanças, foi inevitável o surgimento de severas e críticas e de uma forte polarização social e política entre os chavistas e a oposição que deixou pouca margem para a conciliação.

Ao final do governo de Chávez, a economia Venezuelana continuou com a característica rentista e com um forte controle estatal, mas inovou nas políticas sociais. Entretanto, de acordo com Alves (2018) “a morte de Hugo Chávez abriu uma crise política a qual envolveu o governo de Nicolás Maduro, que sofreu rejeição frente à Revolução Bolivariana, como novo líder.”

Levando em conta essa rejeição, quando Maduro ascendeu ao poder em 2013, ele encontrou-se no meio de uma crise política, além da crise econômica que estava baseada na característica rentista da economia que era existente desde o início do período do Pacto de Puntofijo. Entretanto, uma importante característica do governo de Maduro é que ele



não é apenas uma repetição do de Chávez. De acordo com Mejía (2018, p. 47, tradução nossa) “Ao contrário de Chávez, que usou a receita do petróleo para enfraquecer os opositoristas, Maduro usa a repressão política, já que ele enfrenta receitas diminuídas do petróleo e pouquíssimas economias.”

O atual governo da Venezuela enfrenta uma crescente crise econômica, social e política que acaba pesando muito mais nos ombros das classes mais baixas da população. Devido a isso, o número de refugiados e migrantes vindos da Venezuela, que já passa de 3,7 milhões de acordo com a Plataforma de Coordinación para Refugiados y Migrantes de Venezuela, são as:

crianças e adolescentes são os grupos mais afetados por essa situação, enfrentando sérios riscos de proteção como separação familiar, falta de regularização migratória, exploração laboral e sexual, tráfico de pessoas, recrutamento forçado, limitações no acesso à certidão de nascimento e aos serviços básicos de saúde e educação (ONU, 01 de abril, 2019)

## ATUALIDADES

Enquanto a crise na Venezuela continua, mais migrantes prosseguem todos os dias a fluir de suas fronteiras. Entretanto, em cada país que os venezuelanos entram o que eles encontram são situações e desafios diversos que precisam enfrentar para se manter. A falta de trabalho, dinheiro, boas condições de saúde e meios de prover educação para as crianças e adolescentes são alguns dos problemas que acompanham os migrantes venezuelanos, apesar de todo auxílio que os países e organizações não-governamentais oferecem.

A situação dos migrantes venezuelanos no Brasil é inquietante após o ataque que eles sofreram pela população de Pacaraíma, cidade na fronteira com a Venezuela, que levou o presidente brasileiro em 2018, Michel Temer, a assinar no dia 28 de agosto de



2018<sup>9</sup> um decreto para enviar tropas brasileiras para a fronteira com o objetivo de manter a ordem e proteger os migrantes venezuelanos, em resposta às hostilidades que estes sofreram.

Além disso, na cidade de Boa Vista, capital do estado brasileiro de Roraima, são milhares de venezuelanos que precisam viver nas ruas por falta de abrigos disponíveis como demonstra uma reportagem no jornal Reuters (2018)<sup>10</sup>, muitas dessas pessoas que também não conseguiram arranjar trabalho acabam não podendo nem alimentar suas famílias que ficaram na Venezuela, como no caso de Luis Daniel:

“Temos comida, mas não há telhado. E não há trabalho”, disse Luis Daniel, de Caracas. “Eu vim buscar um emprego para prover coisas para os meus filhos que passam fome na Venezuela. Mas tudo o que tenho agora é exaustão de dormir ao ar livre.” (REUTERS, 30 de agosto, 2018, tradução nossa)

Entretanto, não é apenas no Brasil que os Venezuelanos enfrentam desafios. Em Maicao, na Colômbia, em uma reportagem feita pela UNHCR (2019):

Centenas de pessoas, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiências e condições médicas críticas, são forçadas a viver nas ruas, devido à falta de alternativas de abrigo. De acordo com uma avaliação recente do ACNUR, um número significativo de venezuelanos em Maicao está vivendo nas ruas ou em assentamentos informais e 81% dos entrevistados disseram que precisavam de abrigo. (UNHCR, 08 de março, 2019, tradução nossa)

No entanto, como é apresentado na mesma reportagem, esforços estão sendo empregados para auxiliar as pessoas mais vulneráveis. Em cooperação com o governo colombiano, a ACNUR abriu um centro de recepção para oferecer suporte para os refugiados e migrantes venezuelanos mais vulneráveis aos perigos provenientes de sua situação.

Além disso, a ACNUR também está presente no Peru e Equador para reforçar as autoridades de imigração dos respectivos países a fim de aumentar a proteção e o tempo de resposta para prestar auxílio aos refugiados e migrantes. Ademais, a ACNUR também provê assistências às pessoas com necessidades especiais, como crianças sem acompanhamento ou separadas dos pais.<sup>11</sup>

<sup>9</sup> Mais informações estão disponíveis em: < <https://edition.cnn.com/2018/08/29/americas/venezuela-migrants-brazil-peru-colombia-intl/index.html>>

<sup>10</sup> Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-migration-brazil/venezuelan-immigrants-survive-on-the-streets-in-brazil-idUSKCN1LF1OQ>>

<sup>11</sup> Mais informações disponíveis em: < <https://www.unhcr.org/news/briefing/2018/11/5bdc1b2d4/unhcr-reinforces-border-response-venezuelans->



Mesmo assim, como apresentado pela UNICEF (2019), mais de 327.000 crianças venezuelanas estão em situação de refúgio e migração na Colômbia, que “sem um apoio maior, a saúde, a educação, a proteção e o bem-estar estarão em risco”. (UNICEF, 2019).

Felizmente, como diz a mesma reportagem:

O UNICEF está trabalhando em estreita colaboração com outras agências humanitárias, autoridades nacionais e locais, organizações não-governamentais e comunidades na Colômbia para fornecer às crianças migrantes, bem como às crianças das comunidades de acolhimento, saúde, nutrição, educação e proteção. As ações até agora incluem apoiar equipes de saúde móveis, criar espaços adequados para crianças para apoio psicossocial e prevenção da violência, fornecer água potável e saneamento, promover práticas de higiene, criar espaços de aprendizagem protetores, distribuir material escolar, treinar professores e oferecer apoio nutricional. (UNICEF, 29 de abril, 2019, tradução nossa)

Ainda assim, por toda a região esse número pode aumentar para 1.1 milhões de crianças que podem precisar de ajuda esse ano, enquanto o número total de refugiados e migrantes venezuelanos pode chegar até 4.9 milhões<sup>12</sup>.

Até mesmo na Argentina, que é um país que está bem distante das fronteiras da Venezuela, o número de refugiados vindos da Venezuela cresceu bastante. Como reporta o jornal Buenos Aires times (2019), por volta de 130.000 venezuelanos atravessaram as fronteiras da Argentina à procura de um novo lar. Como diz a reportagem:

O governo Mauricio Macri, cujas recentes manobras diplomáticas contra o governo em Caracas e seu presidente, Nicolás Maduro, sem dúvida se encaixam bem com a maioria dos venezuelanos que agora vivem no país, está agora procurando maneiras de incentivar os recém-chegados a preencher a escassez do mercado de trabalho nas províncias. (BUENOS AIRES TIMES, 19 de janeiro, 2019, tradução nossa)

Dessa forma, através dos relatos desses diversos jornais, é mais do que possível compreender que a situação do êxodo venezuelano com que agora toda a região está lidando, é muito delicada. Entretanto, diversos planos estratégicos já foram lançados para tentar conter ou pelo menos amenizar os riscos à que os migrantes e refugiados venezuelanos estão vulneráveis. Muitos desses planos foram lançados pela própria ACNUR<sup>13</sup>, enquanto outros, focando mais nos grupos mais vulneráveis como as crianças

---

rush-beat-peru-deadline.html> e < <https://cronkitenews.azpbs.org/2019/04/29/venezuela-refugees-in-peru/>

<sup>12</sup> Mais informações disponíveis em: < <https://www.unicef.org/lac/en/press-releases/Venezuela-migrant-crisis-1.1-million-children-across-the-region-will-need-assistance>>

<sup>13</sup> A reportagem e o link para o plano de emergência estão disponíveis em: < <https://www.unhcr.org/news/press/2018/12/5c136d834/emergency-plan-refugees-migrants-venezuela-launched.html>>



e adolescentes, foram lançados pela UNICEF<sup>14</sup>. Além disso, outras agências como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS) também apresentaram documentos<sup>15</sup> de orientação para facilitar a vida difícil dos venezuelanos em fuga de seu país.

## AÇÕES DA ONU

Diante da situação na Venezuela é importante entender qual é a postura da ONU em relação aos acontecimentos e quais são as ações empregadas para atenuar os perigos que afetam as vítimas do conflito. Dessa forma, é interessante ressaltar as declarações feitas pelo secretário geral da ONU, António Guterres, de que a Organização das Nações Unidas não irá entrar na disputa política que permeia a Venezuela atualmente a menos que o próprio governo da Venezuela peça a mediação ONU em negociações sérias para auxiliar o povo venezuelano no impasse em que seu país se encontra. Além disso, o secretário geral da ONU também reitera a disposição da organização para trabalhar com as instituições venezuelanas a fim de assistir as pessoas que necessitam de ajuda.<sup>16</sup>

Em relação à Assembleia Geral da ONU, nenhuma resolução relativa à crise venezuelana foi adotada. Entretanto, é importante notar que só nos últimos 7 anos foram feitas por volta de 24 resoluções relativas a refugiados, migrantes e sobre a proteção à crianças e adolescentes em migração, enquanto no Conselho de Segurança apenas 4 encontros foram feitos para discutir a crise na Venezuela. Isso demonstra que muito trabalho tem sido empregado pelas Nações Unidas no tópico de refugiados e migrantes, que ganhou grande relevância mundial e passou a ser um problema a ser resolvido internacionalmente através da cooperação.

---

<sup>14</sup> A estratégia humanitária regional e a prevenção e resposta ao abuso sexual e exploração infantil estão disponíveis, respectivamente em: < <https://www.unicef.org/appeals/lacro.html>>; < [https://www.unicef.org/protection/files/Evidence\\_Review\\_SEA\\_\(Radford\\_et\\_al\)\(final\).pdf](https://www.unicef.org/protection/files/Evidence_Review_SEA_(Radford_et_al)(final).pdf)>

<sup>15</sup> Para acessar as orientações disponibilizadas pela OPAS acesse o link: < <https://nacoesunidas.org/opas-publica-orientacoes-para-melhorar-saude-de-migrantes-nas-americas/>>

<sup>16</sup> Mais a respeito dessa declaração está disponível em: < <https://news.un.org/en/story/2019/02/1033411>> assim como em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/12/interna\\_internacional,1029759/secretario-geral-da-onu-renova-oferta-de-mediacao-na-venezuela.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/12/interna_internacional,1029759/secretario-geral-da-onu-renova-oferta-de-mediacao-na-venezuela.shtml)>



Apesar disso, a resolução da Assembléia Geral sobre o tópico de Migração de Crianças e Adolescentes<sup>17</sup>, abordado em 18 de dezembro de 2014, tem especial relevância para a situação das crianças e adolescentes da Venezuela, que estão migrando e procurando refúgio em outros países devido à crise na sua terra natal e que sofrem dos perigos que foram alertados pela resolução da Assembléia Geral. Nesse documento da ONU (UNITED NATIONS, 2014), é demonstrada preocupação com o número crescente de crianças e adolescentes em migração e com a exposição desse grupo a sérios riscos de exposição à violações de direitos humanos, como demonstrado no parágrafo à seguir:

Preocupados com o fato de que crianças migrantes, inclusive adolescentes, em particular aquelas em situação irregular, podem ser expostas a sérias violações de direitos humanos e abusos em vários pontos de sua jornada, o que pode ameaçar seu bem-estar físico, emocional e psicológico nos países de origem, trânsito e destino, e que muitas crianças migrantes irregulares, incluindo adolescentes, podem não estar cientes de seus direitos e podem estar expostas a crimes e abusos de direitos humanos cometidos por organizações criminosas transnacionais e criminosos comuns, incluindo roubo, sequestro, extorsão ameaças, tráfico de pessoas, incluindo trabalho forçado, trabalho infantil, abuso e exploração sexual, danos físicos e morte (UNITED NATIONS, 2014)

Ademais, em duas recentes resoluções feitas pela Assembléia geral no dia 17 de dezembro de 2018, a que considera o relatório feito pela UNCTAD a respeito de refugiados<sup>18</sup> e a que considera o relatório feito pelo Terceiro Comitê a respeito dos direitos da criança<sup>19</sup>, que tratam de forma geral dos direitos intrínsecos às crianças, foram feitos encorajamentos para que os Estados garantam a prioridade em assegurar os melhores interesses das crianças em situação de refúgio.

Entretanto, é importante notar a abordagem dos mesmos tópicos em épocas diferentes pela Assembléia Geral, que ressalta a continuidade dos problemas enfrentados pelos refugiados e migrantes e a crescente necessidade de ação pelos Estados no âmbito internacional que é sempre encorajada nas resoluções da Assembléia. Atualmente, a crise na Venezuela e o êxodo de sua população para os países vizinhos e outros ainda mais distantes contribuem para a necessidade de evolução da cooperação internacional a

---

<sup>17</sup> A/RES/69/187. MIGRANT CHILDREN AND ADOLESCENTS (Adotado na sexagésima nona sessão, em 18 de dezembro de 2014). Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/69/187](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/187)>

<sup>18</sup> A/RES/73/155. RIGHTS OF THE CHILD (adotado na septuagésima terceira sessão, em 17 de dezembro de 2018). Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/73/155](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/155)>

<sup>19</sup> A/RES/73/151. OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (adotado na septuagésima terceira sessão, em 17 de dezembro de 2018). Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/73/151](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/151)>



respeito do grande fluxo de migrantes e refugiados tanto na América do Sul quanto em outras partes no mundo. Essa situação se torna mais alarmante ainda se for ressaltada o crescente número de crianças e adolescentes em situação de refúgio que precisam de atenção urgente para não continuarem como alvos de perigos que variam do abuso ao recrutamento forçado.

## QUESTÕES A SEREM PONDERADAS

- 1) Que procedimentos podem ser executados pelos países da América Latina para melhor proteger os direitos das crianças e adolescentes venezuelanos em situação de refúgio e migração?
- 2) Como os Estados-membros das Nações Unidas poderiam auxiliar os países que recebem os grandes números de refugiados da Venezuela?
- 3) Que medidas a Venezuela e os países da ONU podem tomar para amainar a crise venezuelana?
- 4) De que forma as Nações Unidas e o Comitê de Direitos Humanos poderiam reduzir as violações dos direitos humanos na Venezuela e proteger as pessoas deste país que procuram refúgio?

## POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

### **República da Colômbia**

A Colômbia, apesar de condenar o governo de Nicolás Maduro e apontar a sua incapacidade de lidar com a crise no próprio país, apresenta uma política estabelecida no acolhimento, assim como em grandes investimentos na construção de clínicas, pontos de orientação e estabelecimentos escolares temporários para as crianças venezuelanas, que são um grupo vulnerável no êxodo de venezuelanos que estão entrando em massa no país. Para resolver a situação, o presidente da Colômbia, Iván Duque, pede pela colaboração internacional, uma vez que a posição colombiana em relação à Venezuela, como apontada por seu Chanceler, é a de não intervenção, mas sim na resolução da crise por meios diplomáticos.

### **República Federativa do Brasil**



O posicionamento brasileiro em relação ao grande fluxo de refugiados venezuelanos é o de grandes investimentos em esforços humanitários para o acolhimento e proteção dos refugiados, assim como na integração destes junto ao Brasil. Apesar disso, há grandes tensões entre a Venezuela e o Brasil, visto que o presidente brasileiro Jair Bolsonaro demonstrou um grande apoio ao líder da oposição venezuelana, Juan Guaidó, e destacou seu objetivo de restaurar a democracia à Venezuela. Além disso, é visível a militarização da fronteira entre ambos os países, fato que escalou a tensão já existente entre os países, ainda que o vice-presidente brasileiro, Hamilton Mourão, afirme a rejeição brasileira de qualquer método extremo para a resolução da crise venezuelana.

### **Reino da Espanha**

O posicionamento espanhol em relação aos milhares de venezuelanos em busca de refúgio nos outros países da América do Sul, como apontado pelo chefe de governo espanhol, Pedro Sánchez, é o de defesa de uma resposta multilateral ao grande fluxo de imigrantes, que é traduzido em investimentos financeiros, assim como no diálogo com o governo de Nicolás Maduro em oposição às sanções estabelecidas pela União Europeia, como é destacado pelo Ministro das Relações Exteriores, Josep Borrell.

### **República Popular da China**

Em relação à grande questão de refugiados não só da Venezuela, mas de todo o mundo, a posição da China é a de investimentos na cooperação internacional para resolver em conjunto as melhores formas de acolher os refugiados e amenizar o esforço financeiro empregado pelos países que estão recebendo o maior número de refugiados. Além disso, a posição chinesa acusa a politização empregada nas questões de direitos humanos em outros países, assim como na interferência à soberania de países, sob o pretexto de avançar os direitos humanos.

### **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**

A posição do Reino Unido é a de que a cooperação internacional é essencial para amenizar a situação dos venezuelanos em situação de refúgio, mas que para de fato solucionar a crise é preciso haver mudanças políticas na Venezuela, uma vez que aponta que a crise do grande fluxo de venezuelanos é culpa do atual governo venezuelano. Além disso, o governo britânico apresentou planos de apoio para os migrantes venezuelanos,



que englobam acesso à documentação pessoal e informação em como acessar serviços básicos.

## **República da Índia**

A posição da Índia é representada por sua preocupação com a vulnerabilidade das crianças, principalmente em situações de conflito e desastres naturais, apontando a necessidade de mobilização de recursos para investimentos na proteção destas crianças, assim como na disponibilização de serviços que promovem a educação e saúde. Para o caso da Venezuela em específico, uma solução para a crise é um tópico difícil para a Índia, uma vez que ela se tornou recentemente uma grande compradora do Petróleo venezuelano, apesar das sanções impostas no regime de Maduro.

## **Estados Unidos Mexicanos**

Em razão do grande fluxo de venezuelanos na América Latina, o México, através de mecanismos como o da declaração de Quito<sup>20</sup>, demonstra seus esforços para prover assistência humanitária para as pessoas em situação de refúgio e migração. Além disso, a respeito das crianças e adolescentes em situação de refúgio, a posição mexicana é a de que é necessário apontar o sofrimento das crianças em situação de migração em razão de xenofobia e falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação.

## **Canadá**

A posição canadense relativa ao grande número de crianças em situação de refúgio e em migração aponta sua preocupação com a vulnerabilidade deste grupo aos crimes de tráfico e abuso sexual. Desta forma, o Canadá aponta que a situação das crianças nestas situações é uma prioridade global que deve ser resolvida logo. Além disso, a posição canadense aponta sua preocupação com a situação dos venezuelanos e apresenta-se comprometida com a promoção da democracia e direitos humanos na Venezuela.

## **República de Moçambique**

A posição de Moçambique em relação às situações de refúgio e de migração de crianças e adolescentes, embora não aponte uma consideração especial direcionada ao

---

<sup>20</sup> Disponível em: < <http://www.itamaraty.gov.br/en/sem-categoria/19433-quito-declaration-on-human-mobility-of-venezuelan-citizens-in-the-region-working-document-september-4-2018-spanish>>



contexto especial do fluxo de Venezuelanos, acusa sua preocupação e aponta a necessidade do sistema internacional redobrar seus comprometimentos nos instrumentos internacionais direcionados às necessidades das crianças, assim como o próprio governo de Moçambique, que aporta esforços nos níveis legislativos, institucionais e comunitários para resolver as questões das necessidades das crianças.

### **República do Quênia**

Embora não apresente um posicionamento em relação à situação das crianças e adolescentes em situação de migração e de refúgio, o governo de Quênia aponta seus esforços em proteger as crianças de violência, abuso, exploração, entre outros riscos que o grupo das crianças e adolescentes está suscetível a sofrer. Entretanto, o governo de Quênia aponta que ainda são necessários muitos esforços no âmbito global para fortalecer o combate aos riscos trazidos pela situação vulnerável das crianças e adolescentes.

### **República Francesa**

A posição francesa é estabelecida, no que tange ao crescente fluxo de refugiados venezuelanos na América Latina, ao apontar a culpa da crise somente ao governo venezuelano e declarar sua solidariedade tanto para com os venezuelanos quanto para os países que recebem os refugiados. Além disso, ela aponta a necessidade da democracia ser alcançada na Venezuela, assim como o diálogo, como uma das soluções para a crise. Ademais, a França aponta a necessidade da colaboração do governo de Maduro para deixar as organizações não-governamentais trabalharem na assistência dos grupos mais vulneráveis, como as crianças venezuelanas.

### **República Federal da Alemanha**

A posição alemã em relação ao fluxo de refugiados e migrantes é a de que a violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dos venezuelanos é um grande problema na conjuntura atual que mais afeta as mulheres e crianças. Dessa forma, a Alemanha aponta que esse grande fluxo de refugiados na América Latina é resultado de severas violações das leis internacionais humanitárias e de direitos humanos feitas pela Venezuela.

### **República Argentina**



Em relação ao fluxo de venezuelanos em situação de refúgio e migração aos países da América Latina, a Argentina apresenta, através de mecanismos apresentados na declaração de Quito, uma posição de total apoio para a proteção e facilitação da integração dos venezuelanos nos países que estes entram, principalmente os grupos mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes, assim como pessoas com deficiências.

### **Nova Zelândia**

A posição da Nova Zelândia em relação à crise na Venezuela reforça os pedidos de novas eleições no país e afirma a importância da democracia e do respeito dos direitos humanos para que seja possível amenizar a crise e o sofrimento dos milhões de Venezuelanos em situação de refúgio e migração.

### **República Oriental do Uruguai**

Através de mecanismos como a declaração de Quito a posição do Uruguai demonstra seu suporte aos Venezuelanos em situação de refúgio e migração, principalmente aos grupos mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes. Além disso, além de proteção aos direitos destas pessoas, o Uruguai apresenta políticas migratórias que auxiliam os venezuelanos na regularização de seu status na região.<sup>21</sup>

### **República Bolivariana da Venezuela**

A posição venezuelana em relação ao grande fluxo de refugiados e migrantes saindo do seu próprio país é clara ao apontar a culpa à crise econômica que tem como instigadores, de acordo com declarações do governo venezuelano, os governos dos Estados Unidos da América e o Reino Unido. Dessa forma, a Venezuela aponta as suas dificuldades em prover assistência humanitária à própria população devido às políticas de destruição sistemática da própria economia pelo governo dos Estados Unidos e do Reino Unido. Além disso, o governo venezuelano declara que a ajuda humanitária oferecida por estes países são na verdade mecanismos disfarçados, que tem como objetivo acarretar um golpe de Estado na Venezuela.

---

<sup>21</sup> A reportagem e o link para o plano de emergência para lidar com o fluxo de Venezuelanos, no qual o Uruguai faz parte, estão disponíveis em: <  
<https://www.unhcr.org/news/press/2018/12/5c136d834/emergency-plan-refugees-migrants-venezuela-launched.html>>



## **Estados Unidos da América**

Em relação ao grande fluxo de venezuelanos irrompendo pela América Latina, a posição dos Estados Unidos da América demonstrou seu apoio financeiro aos venezuelanos em situação de migração e refúgio, assim como aos países que estão recebendo a maior parte destes refugiados. Apesar disso, o governo estadunidense é o país liderando as pressões diplomáticas e sanções financeiras na Venezuela, apontando a necessidade da transição democrática neste país. Além disso, em relação às crianças e adolescentes, o governo dos Estados Unidos da América aponta a vulnerabilidade deste grupo em situações de crise e conflito, assim como a importância de investimentos na promoção de educação para este grupo.

## **Federação Russa**

A política russa em relação à crise na Venezuela declara seu suporte aos princípios de humanidade, neutralidade, imparcialidade, independência, assim como o consentimento do governo legítimo do país para receber assistência internacional. Além disso, a Rússia aponta o desdém dos Estados Unidos da América em relação à soberania da Venezuela, o que é apresentado pelo governo russo como prejudicial para a resolução da crise humanitária que ocorre na América Latina



## REFERÊNCIAS

ALVES, Renata Kelly Muniz. **Uma Análise Do Processo Político-Econômico Venezuelano Do Governo Bolivariano De Hugo Chávez (1999-2013)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

BBC NEWS BRASIL. Crise na Venezuela separa milhares de crianças de seus pais, (26/06/2018). Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44620196>> Acessado em: 18 de abril, 2019.

BBC NEWS. Venezuela crisis: Brazil deploys troops after migrant attacks, (20/08/2018). Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45242786>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

BBC NEWS. Venezuela migrant crisis: Peru receives asylum requests, (26/08/2018). Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45307003>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

BBC NEWS. Venezuela crisis: Brazil vows to deliver aid, defying Maduro, (20/02/2019). Disponível em: < <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-47300962>> Acessado em: 15 de julho, 2019.

BBC NEWS. Crise na Venezuela: Como a Índia se tornou uma aliada fundamental para o governo de Nicolás Maduro, (16/03/2019). Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47564734>> Acessado em: 16 de julho, 2019.

BUENOS AIRES TIMES. Tables turn as Venezuelan migrants make new homes in Argentina, (19/01/2019). Disponível em: < <http://www.batimes.com.ar/news/argentina/tables-turn-as-venezuelan-migrants-make-new-homes-in-argentina.phtml>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

CANADA. Canada and the Venezuela crisis, (30/06/2019). Disponível em: < [https://www.international.gc.ca/world-monde/issues\\_development-enjeux\\_developpement/response\\_conflict-reponse\\_conflits/crisis-crisis/venezuela.aspx?lang=eng](https://www.international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/response_conflict-reponse_conflits/crisis-crisis/venezuela.aspx?lang=eng)> Acessado em: 17 de julho, 2019.

CN. With Venezuela in turmoil, migrants and refugees turn to Peru, (29/04/2019). Disponível em: < <https://cronkitenews.azpbs.org/2019/04/29/venezuela-refugees-in-peru/>> Acessado em: 05 de maio, 2019.



CNN. Brazil sends troops to Venezuela border as migrant crisis worsens, (29/08/2018). Disponível em: < <https://edition.cnn.com/2018/08/29/americas/venezuela-migrants-brazil-peru-colombia-intl/index.html>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

CNN. They left Venezuela for a better life -- now they're selling their bodies, (23/02/2019). Disponível em: < <https://edition.cnn.com/2019/02/11/americas/venezuela-migrant-women-prostitution-intl/index.html>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

EM. Secretário-geral da ONU renova oferta de mediar crise na Venezuela, (12/02/2019). Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/12/interna\\_internacional,1029759/secretario-geral-da-onu-renova-oferta-de-mediar-crise-na-venezuela.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/02/12/interna_internacional,1029759/secretario-geral-da-onu-renova-oferta-de-mediar-crise-na-venezuela.shtml)> Acessado em: 21 de maio, 2019.

FOLHA. Colômbia quer redobrar pressão sobre Venezuela, diz chanceler, (31/10/2018). Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/colombia-quer-redobrar-pressao-sobre-venezuela-diz-chanceler.shtml>> Acessado em: 15 de julho, 2019.

FRANCE ONU. Venezuela Statement by Mrs. Anne Gueguen, Deputy Permanent Representative of France to the United Nations, chargée d'affaires a.i. Security Council – 26 January 2019, (13/02/2019). Disponível em: < <https://onu.delegfrance.org/Venezuela-the-will-of-the-people-must-be-respected>> Acessado em: 18 de julho, 2019.

G1. Mais de um milhão de venezuelanos entraram na Colômbia em 2018, (31/10/2018). Disponível em: < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/10/31/mais-de-um-milhao-de-venezuelanos-entraram-na-colombia-em-2018.ghtml>> Acessado em: 15 de julho, 2019.

G1. Temer anuncia força-tarefa para cuidar do fluxo migratório de venezuelanos em Roraima, (12/02/2019). Disponível em: < <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/temer-anuncia-forca-tarefa-para-cuidar-do-fluxo-migratorio-de-venezuelanos-em-roraima.ghtml>> Acessado em: 15 de julho, 2019

LOPES, Ademil Lúcio. O governo Chávez e o ensaio de superação do rentismo venezuelano: Do nacionalismo bolivariano ao Socialismo do século XXI. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de doutor em sociologia. 2011. UNESP, Araraquara, 2011.



MEJÍA, J. (2018). **Venezuela in Crisis: A Backgrounder**. Colloquium: The Political Science Journal of Boston College, 2(2). Disponível em: <<https://ejournals.bc.edu/index.php/colloquium/article/view/10675>> Acessado em: 22 de abril, 2019.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Quito Declaration on Human mobility of Venezuelan citizens in the Region, Working document, (04/09/2018). Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/en/sem-categoria/19433-quito-declaration-on-human-mobility-of-venezuelan-citizens-in-the-region-working-document-september-4-2018-spanish>> Acessado em: 30 de abril, 2019.

MTST. Xenofobia contra venezuelanos | Crianças vítimas de ataque em Pacaraima recebem apoio de brasileiros, (03/09/2018). Disponível em: <<https://mtst.org/noticias/xenofobia-contra-venezuelanos-criancas-vitimas-de-ataque-em-pacaraima-recebem-apoio-de-brasileiros/>> Acessado em: 30 de abril, 2019.

NZHERALD. New Zealand boosts aid for Venezuelan crisis, (02/07/2019). Disponível em: <[https://www.nzherald.co.nz/nz/news/article.cfm?c\\_id=1&objectid=12245868](https://www.nzherald.co.nz/nz/news/article.cfm?c_id=1&objectid=12245868)> Acessado em: 18 de julho, 2019.

O GLOBO. Espanha anuncia recursos da UE para ajudar em crise migratória venezuelana, (30/08/2018). Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/espanha-anuncia-recursos-da-ue-para-ajudar-em-crise-migratoria-venezuelana-23026364>> Acessado em: 15 de julho, 2019

O GLOBO. Espanha propõe à UE trocar sanções por diálogo com a Venezuela, (16/10/2018). Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/espanha-propoe-ue-trocar-sancoes-por-dialogo-com-venezuela-23160609>> Acessado em: 15 de julho, 2019

ONU. A/RES/69/187. MIGRANT CHILDREN AND ADOLESCENTS (Adotado na sexagésima nona sessão da Assembléia Geral, em 18 de dezembro de 2014). Disponível em: <[https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/69/187](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/187)> Acessado em: 25 de maio, 2019.

ONU. UNICEF e OIM apontam desafios enfrentados por crianças e adolescentes venezuelanos no Brasil, (05/10/2018). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/unicef-e-oim-apontam-desafios-enfrentados-por-criancas-e-adolescentes-venezuelanos-no-brasil/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.

ONU. ONU: 5 fatos sobre crianças refugiadas, (18/10/2018). Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-5-fatos-sobre-criancas-refugiadas/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.



ONU. Crianças migrantes separadas dos pais sofrem consequências alarmantes, dizem relatores da ONU, (23/10/2018). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/criancas-migrantes-separadas-dos-pais-sofrem-consequencias-alarmantes-dizem-re relatores-da-onu/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.

ONU. ONU alerta para vulnerabilidade de crianças migrantes venezuelanas na Colômbia, (04/12/2018). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-alerta-para-vulnerabilidade-de-criancas-migrantes-venezuelanas-na-colombia/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.

ONU. A/RES/73/151. OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (adotado na septuagésima terceira sessão da Assembléia Geral, em 17 de dezembro de 2018). Disponível em: < [https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/73/151](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/151)> Acessado em: 25 de maio, 2019.

ONU. A/RES/73/155. RIGHTS OF THE CHILD (adotado na septuagésima terceira sessão da Assembléia Geral, em 17 de dezembro de 2018). Disponível em: < [https://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/73/155](https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/73/155)> Acessado em: 25 de maio, 2019.

ONU. Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões, (27/02/2019). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-no-mundo-atinge-34-milhoes/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.

ONU. ONU e governos sul-americanos discutem como proteger direitos de crianças venezuelanas, (01/04/2019). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-e-governos-sul-americanos-discutem-como-protoger-direitos-de-criancas-venezuelanas/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.

ONU. Venezuelanos cruzam rio inundado para buscar comida na Colômbia, (05/04/2019). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/venezuelanos-cruzam-rio-inundado-para-buscar-comida-na-colombia/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.

ONU. ACNUR: 5 dados sobre refugiados que você precisa conhecer, (09/04/2019). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/acnur-5-dados-sobre-refugiados-que-voce-precisa-conhecer/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.



ONU. Países latino-americanos destacam importância da cooperação na acolhida de venezuelanos, (12/04/2019). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/paises-latino-americanos-destacam-importancia-da-cooperacao-na-acolhida-de-venezuelanos/>> Acessado em: 18 de abril, 2019.

ONU. Equador adere a campanha da ONU contra o tráfico de pessoas, (24/04/2019). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/equador-adere-a-campanha-da-onu-contra-o-traffic-de-pessoas/>> Acessado em: 06 de maio, 2019.

ONU. OPAS publica orientações para melhorar saúde de migrantes nas Américas, (02/05/2019). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/opas-publica-orientacoes-para-melhorar-saude-de-migrantes-nas-americas/>> Acessado em: 06 de maio, 2019.

R4V. Refugiados y migrantes de Venezuela, (11/04/2019). Disponível em: < <https://r4v.info/es/situations/platform>> Acessado em: 25 de abril, 2019.

REUTERS. Venezuelan immigrants survive on the streets in Brazil, (30/08/2018). Disponível em: < <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-migration-brazil/venezuelan-immigrants-survive-on-the-streets-in-brazil-idUSKCN1LF1OQ>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

THE CONVERSATION. Brazil and Venezuela clash over migrants, humanitarian aid and closed borders, (07/03/2019). Disponível em: < <http://theconversation.com/brazil-and-venezuela-clash-over-migrants-humanitarian-aid-and-closed-borders-112913>> Acessado em: 15 de julho, 2019

UNHCR. Guidance Note on the Outflow of Venezuelans , March 2018. Disponível em: < <https://www.refworld.org/docid/5a9ff3cc4.html>> Acessado em: 25 de abril, 2019.

UNHCR. UNHCR News Comment - Joint statement by UNHCR and IOM, by Eduardo Stein, Joint UNHCR-IOM Special Representative for Venezuelan refugees and migrants, (28/01/2019). Disponível em: < <https://www.unhcr.org/news/press/2019/1/5c4ecfd04/news-comment-joint-statement-unhcr-iom-eduardo-stein-joint-unhcr-iom-special.html>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNHCR. UNHCR opens reception centre near Colombian border to assist vulnerable Venezuelans, (08/03/2019). Disponível em: < <https://www.unhcr.org/news/briefing/2019/3/5c822dcf4/unhcr-opens-reception-centre-near-colombian-border-assist-vulnerable-venezuelans.html>> Acessado em: 05 de maio, 2019.



UNHCR. UNHCR reinforces border response as Venezuelans rush to beat Peru deadline, (02/11/2018). Disponível em: <  
<https://www.unhcr.org/news/briefing/2018/11/5bdc1b2d4/unhcr-reinforces-border-response-venezuelans-rush-beat-peru-deadline.html>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNHCR. Emergency plan for refugees and migrants from Venezuela launched, (14/12/2018). Disponível em: <  
<https://www.unhcr.org/news/press/2018/12/5c136d834/emergency-plan-refugees-migrants-venezuela-launched.html>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNHCR. Venezuelans living in the streets find safety at new reception centre in Colombia, (15/04/2019). Disponível em: <  
<https://www.unhcr.org/news/stories/2019/4/5cb48f934/venezuelans-living-streets-find-safety-new-reception-centre-colombia.html>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNICEF. Preventing and Responding to Child Sexual Abuse and Exploitation: Evidence review, (31/08/2018). Disponível em: <  
[https://www.unicef.org/protection/files/Evidence\\_Review\\_SEA\\_\(Radford\\_et\\_al\)\(final\).pdf](https://www.unicef.org/protection/files/Evidence_Review_SEA_(Radford_et_al)(final).pdf)> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNICEF. ‘My daughter went from girl to adolescent while she was walking along the motorways’, (14/11/2018). Disponível em: <  
<https://www.unicef.org/lac/en/from-girl-to-adolescent>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNICEF. Venezuelan migration: The children and adolescents’ point of view, (14/11/2018). Disponível em: <  
<https://www.unicef.org/lac/historias/las-vozes-de-los-ni%C3%B1os-y-las-ni%C3%B1as-migrantes>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNICEF. Latin America and the Caribbean, (09/01/2019). Disponível em: <  
<https://www.unicef.org/appeals/lacro.html>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNICEF. UNICEF appeals for \$3.9 billion in emergency assistance for 41 million children affected by conflict or disaster, (28/01/2019). Disponível em: <  
<https://www.unicef.org/lac/en/press-releases/unicef-appeals-39-billion-emergency-assistance-41-million-children-affected-conflict>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UNICEF. Venezuela migrant crisis: 1.1 million children across the region will need assistance in 2019, up from nearly half a million today, (04/04/2019). Disponível em: <  
<https://www.unicef.org/lac/en/press-releases/Venezuela-migrant-crisis-1.1-million-children-across-the-region-will-need-assistance>> Acessado em: 05 de maio, 2019.



UNICEF. More than 300,000 Venezuelan children in Colombia need humanitarian assistance – UNICEF, (29/04/2019). Disponível em: < <https://www.unicef.org/lac/en/press-releases/more-300000-venezuelan-children-colombia-need-humanitarian-assistance-unicef>> Acessado em: 05 de maio, 2019.

UN NEWS. Guterres meets Venezuela Foreign Minister, reiterates humanitarian principles, (22/02/2019). Disponível em: < <https://news.un.org/en/story/2019/02/1033411>> Acessado em: 21 de maio, 2019

UNITED KINGDOM. UK aid to provide life-saving assistance for Venezuelans, (12/03/2019). Disponível em: < <https://www.gov.uk/government/news/uk-aid-to-provide-life-saving-assistance-for-venezuelans>> Acessado em: 16 de julho, 2019

UNITED NATIONS. Urgent Action Needed to Protect Children from Forced Labour, Other Forms of Exploitation, Special Mandate Holders Tell Third Committee, (13/10/2016). Disponível em: < <https://www.un.org/press/en/2016/gashc4169.doc.htm>> Acessado em: 16 de julho, 2019).

UNITED NATIONS. Child Migrants, Refugees Especially Vulnerable to Violence during Humanitarian Crises, Speakers Tell Third Committee, as Debate on Children Concludes, (14/10/2016). Disponível em: < <https://www.un.org/press/en/2016/gashc4170.doc.htm>> Acessado em: 17 de julho, 2019.

UNITED NATIONS. States Must Ensure Protection of World's Most Vulnerable Children, Mandate Holders Tell Third Committee, as Failure 'Could Not Be Condoned', (10/10/2017). Disponível em: < <https://www.un.org/press/en/2017/gashc4201.doc.htm>> Acessado em: 19 de julho, 2019

UNITED NATIONS. 'Children on the Move' Require Better Protection from Violence, Experts Tell Third Committee amid Concerns over Illegal Detentions, Risks of Statelessness, (09/10/2018). Disponível em: < <https://www.un.org/press/en/2018/gashc4231.doc.htm>> Acessado em: 17 de julho, 2019.

UNITED NATIONS. Human Rights Crucial, but Exploited for Political Aims, Interference in Internal State Affairs, Third Committee Told as It Debates United Nations Mandate Holders, (31/10/2016). Disponível em: < <https://www.un.org/press/en/2016/gashc4181.doc.htm>> Acessado em: 15 de julho, 2019.

UNITED NATIONS. Hospitality Extended to Refugees Must Not Be Taken for Granted, Host Countries Caution as Third Committee Explores Responsibility-Sharing



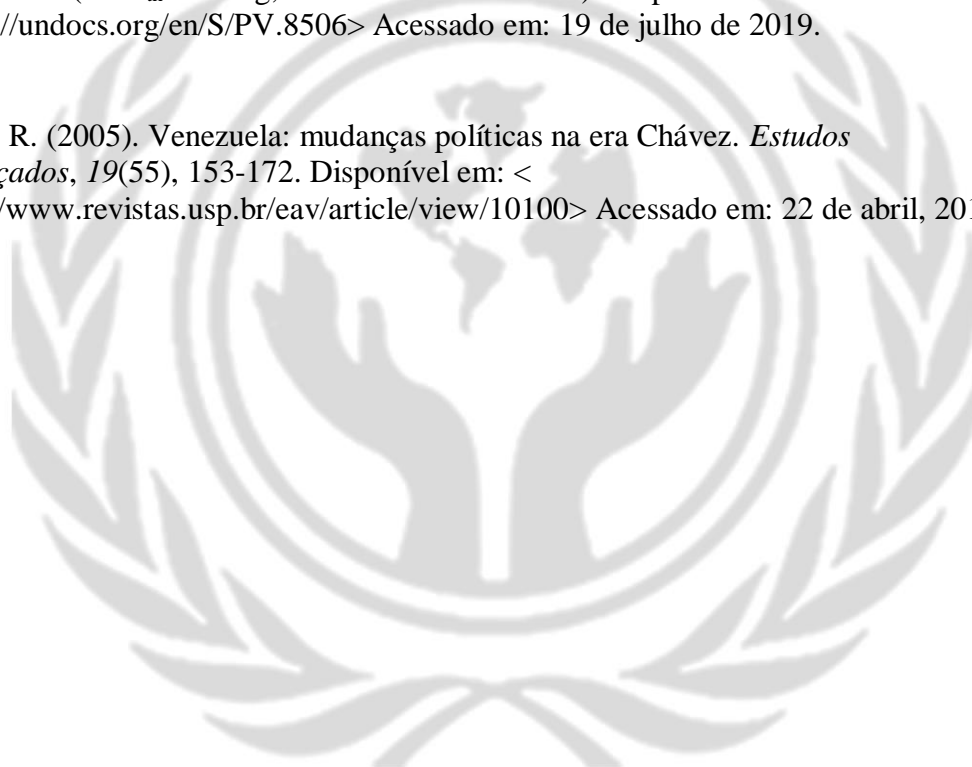
Options, (01/11/2018). Disponível em: <  
<https://www.un.org/press/en/2018/gashc4248.doc.htm>> Acessado em: 15 de julho, 2019

UNITED NATIONS. S/PV.8452. The situation in the Bolivarian Republic of Venezuela, (8452<sup>nd</sup> meeting em 26 de janeiro de 2019). Disponível em: <  
<https://undocs.org/en/S/PV.8452>> Acessado em: 18 de julho, 2019.

UNITED NATIONS. S/PV. 8476. The situation in the Bolivarian Republic of Venezuela (8476<sup>th</sup> meeting, em 28 de fevereiro de 2019). Disponível em: <  
<https://undocs.org/en/S/PV.8476>> Acessado em: 19 de julho de 2019.

UNITED NATIONS. S/PV. 8506. The situation in the Bolivarian Republic of Venezuela (8506<sup>th</sup> meeting, em 10 de abril de 2019). Disponível em: <  
<https://undocs.org/en/S/PV.8506>> Acessado em: 19 de julho de 2019.

Villa, R. (2005). Venezuela: mudanças políticas na era Chávez. *Estudos Avançados*, 19(55), 153-172. Disponível em: <  
<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10100>> Acessado em: 22 de abril, 2019.





# A falta de Visibilidade Internacional da África Centro-Oriental pós ciclone Idai

Pedro de Moraes

## INTRODUÇÃO

*“Nós somos o continente que mais cresce. E não digo isso como uma hesitação. Há muita revelação estatística. Geralmente, quando se fala da Ásia, fala-se de pedaços da Ásia; quando falam do bom pedaço deixam de lado o mau pedaço. Estou falando de continentes. O continente que mais cresce é a África. Em termos de crescimento econômico, dos dez países que mais crescem, seis são da África. Então, não falo com nenhuma hesitação nesse tipo de afirmação. [...] Portanto, essa é a realidade. E por que não se tem essa impressão da África? Por que é que não se acha que a África, de fato, tem mais pontos positivos do que negativos?”*

*Carlos Lopes, economista guineense, então Secretário Executivo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África, em discurso proferido em 2015.*

Moçambique é um Estado africano localizado na região centro-oriental do continente. Vítima de um processo neocolonialista sistemático, tornou-se independente apenas em junho de 1975, após uma longa e violenta guerra civil. Atualmente, possui cerca de 28 milhões de habitantes; pouco mais de meio milhão desses residem em Beira, segunda cidade mais populosa do país<sup>1</sup>.

Em março deste ano, o Ciclone Idai, recorrente sistema atmosférico formado a partir da depressão tropical formada na costa oriental africana, atingiu a costa do estado de Sofala, com capital em Beira, e estendeu-se à Zimbábue e Malauí. As autoridades moçambicanas registraram até 12 de abril, 603 vítimas fatais, com quase dois mil feridos diretamente, além dos milhares atingidos indiretamente, principalmente pelos desabrigados e pelo surto de cólera<sup>2</sup>. Além disto, há uma crescente de violência urbana e rural, junto a presença de grupos guerrilheiros, processo acentuado pela falta de centralidade na política moçambicana<sup>4</sup>. As informações acerca esses acontecimentos geraram pouca repercussão, falta de sensibilidade da opinião pública, e principalmente pouca ajuda direta, seja financeira, seja humana. Amina J. Mohammed, vice-secretária-geral da ONU, em discurso promovido pelo Conselho Econômico e Social (ECOSOC), em 2 de abril de 2019, em vésperas de um mês completo após a tragédia, afirmou que apenas US\$ 46 milhões, dos US\$ 392 milhões necessários para ajuda humanitária básica, foram arrecadados<sup>6</sup>.

Para piorar a situação, em maio de 2019, o Ciclone Kenneth, com ventos em velocidade de 280 quilômetros por hora, assolou o norte de Moçambique, ainda sequer recuperado do ciclone anterior. Pelo menos 48 pessoas morreram, e centenas de milhares foram diretamente atingidas, deixando ainda mais trágica a situação do país africano.



Apesar dos esforços de agências das Nações Unidas, tanto em criar mecanismo de prevenção à catástrofes, disseminação de doenças e criação de instituições capacitadas ao cuidado humanitário rápido e efetivo, quanto em um apoio paliativo da Comunidade Internacional com países em desenvolvimento em gerir crises humanitários, pouco se desenvolve factualmente, principalmente - e sistematicamente - em países subsaarianos. Haja vista as barbáries ocorridas no continente africano a partir do processo colonial, onde se serviu de mão-de-obra escrava africana na América, desrespeito aos conflitos étnicos no processo neocolonial, seguidos de genocídios como no Congo Belga, as guerras de independências (e as subseqüentes guerras civis), e mais recentemente pode-se usar de exemplo os ocorridos como a crise de fome na Etiópia entre as décadas de 80 e 90, o regime do apartheid sul-africano, massacre de tutsis em Ruanda em 1994, conflitos de Darfur em 2003, expansão do poder do grupo extremista Boko Haram na África Ocidental nesta década, entre tantos outros eventos. Além disso, regimes ditatoriais, genocídios e catástrofes, apontam um quadro de invisibilidade da África, nos principais veículos de mídia internacional, no que tange a sociedade civil mundial e principalmente em nível acadêmico e educacional. Não obstante invisibilidades, as tragédias se tornam banalizadas<sup>7</sup>.

As Nações Unidas presumem equidade perante os Estados; seria possível tal máxima em um cenário como esse? Como os países africanos podem primeiramente ter apoio para situações extremas e catástrofes, e como pode essa Comissão agir em pró de uma maior visibilidade da África? Perguntas que exigem respostas complexas, visto que são problemáticas seculares.

## ATUALIDADES

O Governo moçambicano concentra seus esforços em gerenciar a crise geral que assola o país: foi decretado surto de cólera, com aproximadamente 200 mil pessoas necessitando de assistência médica; o desmatamento também aparece como fator importante, uma vez que todo meio ambiente local, e conseqüentemente a agricultura e outros setores cruciais para a sociedade moçambicanos, foram atingidos. A Secretária Permanente do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, terá de desenvolver um sistema nacional de monitoria florestas. Cerca de 44 milhões de euros serão necessários. Outro problema que o país enfrenta é o acirramento político entre seus dois principais partidos, Renamo e Frelimo, com impasses conduzidos pelo presidente Filipe Nyusi (Frelimo) exigindo o desarmamento da oposição, casos como esse que decorrem desde a Guerra Civil Moçambicana (1977-1992). Ainda no campo político, a política de indicações, querendo a oposição que a nomeação de administradores públicos seja feita por governadores distritais, e a situação mantendo a posição de que sejam feitos pelo Ministério responsável.

Como já dito, as Nações Unidas contam com o apoio dos Estados, porém as arrecadações de ajuda financeira são escassas e insuficientes. Alguns países como Alemanha, enviaram apoio econômica a Moçambique, e ainda há o caso brasileiro, em que a Força Nacional, compreendida por profissionais capacitados a esse tipo de situação, estão prestando apoio físico direto. Os fatos transmitem insegurança sobre o futuro do Estado e insuficiência da comunidade internacional em gerir essa crise, apesar de alguns esforços pontuais.

## AÇÕES DA ONU



As Nações Unidas reprisam a importância de apoio à Moçambique, lamentando as perdas e o desastre econômico e ambiental do ocorrido. O primeiro evento, Ciclone Idai, foi pauta integral durante a reunião especial do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC). Achim Steiner, representante do UNDP, programa de desenvolvimento da ONU, abriu o encontro com as palavras:

*A gravidade dessa crise é um forte lembrete do impacto da mudança climática quando associada a condições de pobreza, desigualdade e insegurança generalizadas. [...] Esses desastres estão crescendo em gravidade e impacto e estão contribuindo para os baixos indicadores de desenvolvimento na região. A maioria das pessoas afetadas são aquelas com menor capacidade de lidar com o impacto dos desastres.*

Foram traçadas metas, que não obstante cumpridas, ainda se viram mais distantes de sua realização com a chegada do Ciclone Kenneth. A situação é além de tudo um agravante aos péssimos índices de desenvolvimentos dos países atingidos, impossibilitando a reconstrução por seus próprios esforços e meios, como observado em países de maior grau de desenvolvimento, citando por exemplo os Estados Unidos em 2005, após o Furacão Katrina.

Desde 1999, as Nações Unidas possuem o Escritório para Redução do Risco de Desastres (UNISDR), o que torna institucional e burocratiza o processo de prevenção e apoio direto à Estados em situação de risco natural. Sua importância é essencial na busca de alternativas ao latente e trágico processo que vem ocorrendo no sudeste africano. Existe um plano de metas vinculado ao UNISDR conhecido como Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres, que estabelece metas para uma efetividade maior do Estados na redução de danos após desastres naturais, até 2030.

Relatos como o de Fátima, cidadã moçambicana, demonstram a sensibilidade necessária para com a situação, dramática em termos humanitários:

*"Ernesto nasceu um dia antes do ciclone Idai atingir Moçambique. No dia seguinte, eu estava no mercado da Praia Nova. Eu estava com ele em meus braços, e os ventos ficaram cada vez mais fortes, pedaços dos telhados começaram a ser arrancados das casas. Eu estava com medo. Segurei meu filho com força e comecei a andar na direção da casa minha sogra. Demorei algumas horas para chegar lá. Nós estávamos molhados, o pequeno cobertor foi levado pelo vento. Meu marido estava em casa a tentar salvar o que fosse possível. A água estava na altura do seu pescoço. Nossa casa não resistiu ao ciclone, foi destruída com tudo o que estava dentro. Agora, nós estamos vivendo aqui em Samara Machel até termos condições de reconstruir nossa casa."*

## QUESTÕES A SEREM PONDERADAS

- 1) A falta de visibilidade de certos Estados, em especial os africanos, comparativamente com outros em situação de vulnerabilidade, como em catástrofes naturais, deve ser combatida de qual maneira?
- 2) Como as Nações Unidas devem agir para promover ações rápidas e eficientes de cooperação para esses Estados em situação vulnerável?



- 3) De que forma as Nações Unidas devem fornecer estruturas para as problemáticas de falta de equiparidade de espaço nos grandes veículos midiáticos e no próprio imaginário da população em escala global, para conscientização às questões fora do eixo Ocidental?
- 4) Como os Estados devem estar preparados para reagir em possíveis crises humanitárias, sejam de matiz natural, perseguição política ou conflitos deflagrados?

## POSIÇÃO DOS PAÍSES

### **República de Moçambique**

O país central do tema “A falta de visibilidade internacional da África centro-oriental após os ciclone *Idai* e *Kenneth*” não possui uma agenda pautada na prevenção e redução de danos de desastres naturais, sofrendo também da invisibilidade de seus problemas, e são estes ambos fatores decorrentes da herança colonialista;

### **República do Quênia**

Estado também vítima do processo colonialista, já enfrentou graves crises de fome e se reconstrói lentamente, parte pela falta de apoio efetivo da Comunidade Internacional. O Quênia não possui medidas preventivas e de diminuição de danos para desastres naturais;

### **República da Índia**

A Índia assim como os países africanos enfrenta problemas decorrentes do colonialismo, que envolvem o subdesenvolvimento, a precariedade das condições de vida, o atraso tecnológico; tudo isso acrescentado às altas concentrações demográficas e à recorrentes desastres naturais causados principalmente pelas altas taxas de calor, colocam a Índia em um grupo de risco, também invisibilizado; vale citar as pesquisas do grupo de caridade Arpana, vencedores do Prêmio *Sasakawa*, da UNISDR

### **República da Colômbia**

Duas iniciativas colombianas já levaram o Prêmio *Sasakawa*, da UNISDR, o *Fondo para la Reconstrucción y el Desarrollo Social del Eje Cafetero* (FOREC) e o *Dr. Omar Dario Cardona*, iniciativas essa associadas tanto a questões de saúde, quanto de infraestrutura. A Colômbia não é um país notoriamente prejudicado por desastres naturais, nem faz parte do hall dos principais países doadores de recursos para desastres ao redor do mundo;

### **República Federal da Alemanha**

O país é uma das maiores fontes de recursos privados para desastres naturais; como já citado foi o principal apoiador de Moçambique durante a crise causado pelo *Idai*. É também citado pelo sua iniciativa *Global Fire Monitoring Center* (GFMC) para controle de incêndios florestais remotamente; ainda assim, a Alemanha como potência colonialista possui uma dívida histórica cobrada pelos Estados africanos. A Alemanha repassou 1,3 milhões de dólares americanos para Moçambique;

### **República Federativa do Brasil**



Notoriamente reconhecido pelo seu trabalho no Haiti após terremoto que assolou o país no início da década, agências apontaram abusos por parte de *peacekeepers* brasileiros no país caribenho. O país é assolado sistematicamente pelo rompimento de barragens (Mariana, Brumadinho) e pelas chuvas torrenciais que causam deslizamento de terra na encosta dos morros. O Brasil cultiva boas relações com os países africanos, apesar das iniciativas de cooperação visam o viés econômico, não a visibilidade dos Estados da África. Bombeiros brasileiros forneceram suporte humanitário a Moçambique;

### **República Argentina**

A Argentina segue as indicações da UNISDR relacionadas a Campanha para Construção de Cidades Resistentes, aplicando-as na cidade de Santa Fé. A Argentina não possui histórico de grandes desastres naturais, e nem levantar bandeiras pró-africanistas;

### **República Oriental do Uruguai e Estados Unidos Mexicanos**

O Uruguai e o México não possuem histórico de medidas preventivas à desastres naturais, tão poucos mídias que viabilizem os eventos destes recorridos na África;

### **República Francesa**

A França possui um amplo histórico colonialista responsável pela raiz dos problemas que citamos acerca a invisibilidade dos países africanos; mantém forte influência no processo decisório da ONU, e sua sociedade civil é uma das maiores doadoras de recursos à instituições relacionadas ao apoio de Estados que passam por situação de risco;

### **Reino Unido**

Mais uma potência colonialista, que apesar disto mantém várias iniciativas dentro da UNISDR, já tendo o Doutor britânico *Allan Lavell* conquistado o Prêmio *Sasakawa*, por avanços logísticos na área de saúde para populações em risco. O Reino Unido forneceu ajuda econômica a Moçambique;

### **Canadá**

O Canadá possui cidades preparadas para desastres naturais, como Vancouver, além de uma vasta cobertura florestal protegida contra incêndios e avalanches; apesar de não possuir vínculos históricos com países africanos, repassou inicialmente 3,5 milhões de dólares e itens de assistência médica e de abrigo para Moçambique. O Canadá é notoriamente um dos países mais progressistas em questão de direitos humanos no mundo;

### **Nova Zelândia**

A Nova Zelândia não possui relações significativas com os países africanos, ao passo que constrói diversas políticas públicas relacionadas à prevenção e a redução de danos para desastres naturais, visto que se localiza sobre uma área de risco para terremotos e tsunamis;

### **Reino da Espanha**

A Espanha foi uma potência colonialista, porém sem grande influência na história recente africana. Tão pouco possui políticas públicas relacionadas à desastres naturais;

### **República Bolivariana Venezuela**



Venezuela não possui relações históricas com países africanos, e também não possui política públicas relacionadas à desastres naturais;

### **República Popular da China**

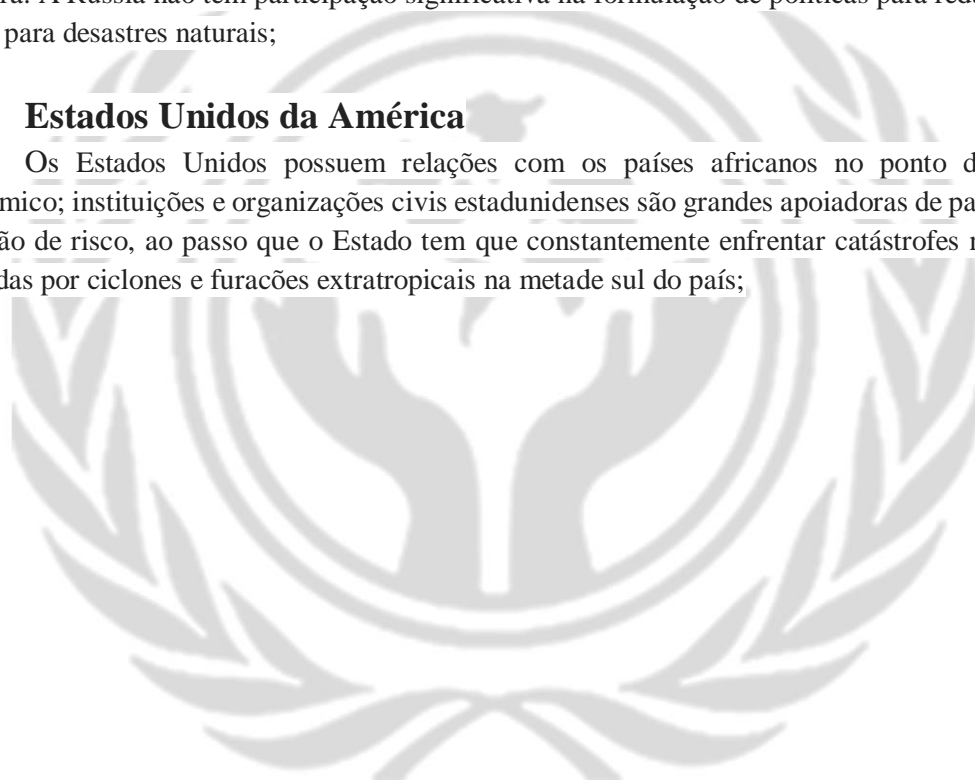
As relações da China com a África são recentes, tendo o país asiático surgido como grande investidor dos mercados africanos nas últimas décadas. Além disso, não é uma preocupação com a visibilidade dos países africanos por sua parte. A China tem um enorme contingente populacional, havendo um rigoroso controle e prevenção para situações de desastres naturais;

### **Federação Russa**

AS relações da Rússia com países africanos se basearam principalmente durante o período da metade ao fim da Guerra Fria, hoje não havendo influência tão significativa quanto houvera. A Rússia não tem participação significativa na formulação de políticas para redução de danos para desastres naturais;

### **Estados Unidos da América**

Os Estados Unidos possuem relações com os países africanos no ponto de vista econômico; instituições e organizações civis estadunidenses são grandes apoiadoras de países em situação de risco, ao passo que o Estado tem que constantemente enfrentar catástrofes naturais causadas por ciclones e furacões extratropicais na metade sul do país;





## REFERÊNCIAS

- 1 Portal do Governo de Moçambique. Disponível em: ><http://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Dados-Estatisticos><. Acesso em 16 de abril de 2019;
- 2 Observador. *Idai. Número de vítimas mortais em Moçambique sobe para 603*. Disponível em: ><https://observador.pt/2019/04/12/idai-numero-de-vitimas-mortais-em-mocambique-sobe-para-603/><. Acesso em 16 de abril de 2019;
- 3 Nações Unidas. *Moçambique começa campanha em massa contra a cólera após ciclone Idai*. Disponível em: ><https://nacoesunidas.org/mocambique-comeca-campanha-em-massa-contra-a-colera-apos-ciclone-idai/><. Acesso em 16 de abril de 2019;
- 4 Observador. *Presidente moçambicano pede maior flexibilidade à oposição no acordo sobre guerrilheiros*. Disponível em: ><https://observador.pt/2019/04/07/presidente-mocambicano-pede-maior-flexibilidade-a-oposicao-no-acordo-sobre-guerrilheiros/><. Acesso em 16 de abril de 2019;
- 5 ONU News. *ONU pede mais financiamento para ajuda a Moçambique, Maláui e Zimbábue*. Disponível em: ><https://news.un.org/pt/story/2019/04/1666771><. Acesso em 16 de abril de 2019;
- 6 UN Live TV: The United Nations Live & On Demand. *Amina J. Mohammed (Deputy Secretary-General) at the ECOSOC Special Meeting on "Response to Cyclone Idai in Mozambique, Malawi and Zimbabwe"*. Disponível em: ><http://webtv.un.org/Link/watch/amina-j.-mohammed-deputy-secretary-general-at-the-ecosoc-special-meeting-on-response-to-cyclone-idai-in-mozambique-malawi-and-zimbabwe/6021654577001/?term=&lan=english><. Acesso em 16 de abril de 2019;
- 7 Público. *A Banalização das Tragédias de África*. Disponível em: >[https://www.publico.pt/2014/05/11/mundo/imagem\\_semana/a-banalizacao-das-tragedias-de-africa-1635158](https://www.publico.pt/2014/05/11/mundo/imagem_semana/a-banalizacao-das-tragedias-de-africa-1635158)<. Acesso em 16 de abril de 2019;
- 8 Globo. *Ciclone Kenneth já deixou 38 mortos em Moçambique, dizem autoridades*. Disponível em: ><https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/29/ciclone-kenneth-ja-deixou-38-mortos-em-mocambique-dizem-autoridades.ghtm><. Acesso em 7 de maio de 2019;
- 9 Veja. *Moçambique declara surto de cólera após passagem de ciclone*. Disponível em: ><https://veja.abril.com.br/mundo/mocambique-declara-surto-de-colera-apos-passagem-de-ciclone/><. Acesso em 7 de maio de 2019;
- 10 DW. *Governo de Moçambique precisa de 443 milhões de euros para reflorestamento e combate ao desmatamento*. Disponível em: ><https://m.dw.com/pt-002/mocambique-governo-precisa-de-443-milhoes-de-euros-para-reflorestamento-e-combate-ao-desmatamento/a-48278279><. Acesso em 7 de maio de 2019;



11 Observador. *Presidente Moçambicano exige desarmamento da RENAMO, principal partido da oposição* Disponível em:

><https://observador.pt/2019/05/03/presidente-mocambicano-exige-desarmamento-da-renamo-principal-partido-da-oposicao/><. Acesso em 7 de maio de 2019;

12 Istoé. *Força Nacional permanece em Moçambique até junho*. Disponível em:

><https://istoe.com.br/forca-nacional-permanece-em-mocambique-ate-junho/><. Acesso em 7 de maio de 2019;

13 DW. *Negociações entre RENAMO e FRELIMO num impasse*. Disponível em:

><https://m.dw.com/pt-002/descentralização-negociações-entre-renamo-e-frelimo-num-impasse/a-43692199><. Acesso em 13 de maio de 2019;

14 DW. *Alemanha oferece 50 milhões de euros para reconstrução de Moçambique após Idai*. Disponível em:

><https://m.dw.com/pt-002/alemanha-oferece-50-milhões-de-euros-para-reconstrução-pós-idai/a-48355468><. Acesso em 13 de maio de 2019.

15 UNISDR. Site disponível em: ><https://www.unisdr.org/><. Acesso em 22 de maio de 2019.

16 UN. *Ecosoc: Presidential Statement on Cyclone Idai*. Disponível em:

><https://www.un.org/ecosoc/sites/www.un.org.ecosoc/files/files/en/2019doc/presidential-statement-on-cyclone-idai-mozambique.pdf><. Acesso em 22 de maio de 2019.

17 ReliefWeb. *Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs and Emergency Relief Coordinator Mark Lowcock: Statement on the impact of Cyclone Kenneth*. Disponível em:

><https://reliefweb.int/report/mozambique/under-secretary-general-humanitarian-affairs-and-emergency-relief-coordinator-mark><. Acesso em 22 de maio de 2019.



# Controle de Armas e a Problemática do Armamento Civil ao Redor do Mundo

Murilo Brum

## INTRODUÇÃO

Questões relacionadas ao controle de armas e o armamento civil tem sido uma problemática constante no nosso presente século. Por um lado, vemos um discurso que apoia o armamento por questões de segurança e defesa pessoal, por outro, temos o que diz que essa não é a solução para os problemas de violência na esfera pública, o qual é ratificado pelas notícias sobre o aumento contínuo de tragédias e atentados envolvendo civis de todas as idades e esferas sociais ao redor do mundo. O segundo discurso também conta com o apoio da ONU, a qual possui campanhas de desarmamento em vários países, pois defende a ideia de que a violência armada deve ser combatida e que deve ser um ponto importante a ser discutido pelos governos nacionais.

*A pandemia da violência armada tem várias raízes. Esses variam de fatores legais, políticos, socioeconômicos e culturais [...] Esses problemas complexos e multifacetados exigem soluções sustentáveis, igualmente multifacetadas, que abordem as suas reais causas. Os governos, enquanto principais responsáveis pelo controle de armas, não podem fazer isso sozinhos [...] E devemos abordar o fator humano por trás da violência armada. É essencial que reconheçamos que a violência armada afeta as mulheres, homens, meninas e meninos de maneiras diferentes, e que precisamos buscar diferentes estratégias para abordar todas as dimensões da violência armada.*

*NAKAMITSU, Izume; Subsecretária Geral dos Assuntos sobre Desarmamento das Nações Unidas, em discurso para Semana Global de Ação de Combate às Armas, em maio de 2018.*

## HISTÓRICO

A internet tem sido usada já há algum tempo como plataforma para organizar protestos e manifestações sociais e políticas, as quais têm um alcance significativo, pois é uma maneira rápida e fácil de agrupar pessoas com pensamentos parecidos e com objetivos em comum. O fato é que ainda que haja muitos benefícios por conta dessa facilidade de comunicação para movimentos políticos por exemplo, como ocorrido no evento conhecido como “Primavera Árabe” no Oriente Médio e no norte da África no



final de 2010, onde a internet através das mídias sociais foi uma das principais plataformas para a organização dos atos, evento esse que levou à queda do presidente egípcio Hosni Mubarak e do regime de Muamar Kadafi na Líbia, também traz malefícios pelo mesmo motivo. O uso das plataformas digitais para esse fim tem sido discutido, portanto, em várias universidades e fóruns de segurança.<sup>19</sup>

A partir do uso da internet para proliferação de ódio e preconceito de gênero, raça, religião, posição social e muitos outros aspectos, temos visto a lista de massacres armados ao redor do mundo crescer significativamente e a apologia à violência se tornar cada vez mais comum em todos os patamares da sociedade.

Em 15 de março de 2019, Brenton Tarrant, australiano de 28 anos, supremacista branco, nacionalista de extrema-direita, entrou na mesquita de Masjid Al Noor, armado com um fuzil semi-automático AR-15, cópia do modelo militar estadunidense M-16. Na mesquita houve registro de mais de 300 pessoas. No total, foram 42 mortos, além de 50 feridos, tendo um deles falecido posteriormente em decorrência dos ferimentos; simultaneamente houve outro atentado no Centro Islâmico de Linwood, deixando mais 7 mortos. Dois carros-bomba, além de armamento pesado, incluindo rifles, fuzis e pistolas foram encontrados pela polícia neozelandesa; este foi o maior atentado acontecido no país da Oceania<sup>1</sup>. O autor do atentado tinha a posse legalizada do seu armamento; a Nova Zelândia possui aproximadamente 5 milhões de habitantes e estimam-se de 1,2 há 1,5 milhões de armas<sup>2</sup>.

Após a tragédia, a primeira-ministra Jacinda Ardern, em discurso demonstrou a luta que o Governo travará contra qualquer forma de discriminação e anunciou conjuntamente o interesse, junto a população, de uma revisão das leis sobre armas no país, principalmente as de uso militar - *"Essas armas foram projetadas para matar, e foram projetadas para mutilar e é isso que fizeram no dia 15 de março"*, disse Ardern<sup>3</sup>.

O histórico do controle de armas na Nova Zelândia passa por dois atentados na década de 90: Aramoana em 1990, e Port Arthur em 1996; o primeiro motivado por uma desavença de vizinhos, influenciado por problemas psicológicos do atirador, e resultou em 14 mortes, incluindo do autor. O segundo possui motivações até hoje não reveladas, tendo ocorrido no patrimônio nacional neozelandês de Port Arthur. O autor do massacre abriu fogo no parque e cafeteria local, ocasionando 35 mortes, além de mais de 20 feridos. Os atentados geraram uma mudança da opinião pública local e novas leis mais rigorosas sobre o tema; a vigência até 1990 era o do Ato de Armas de 1983, pouco efetivo e com



diversas falhas que permitiam a posse de armas sem grandes esforços. Em 1992 foi aprovada a emenda que previa novas licenças para a compra e posse de armamento similar ao usado em Aramoana, no caso semi-automáticas de uso militar, além do fim da licença vitalícia, passando ao regime de 10 anos de validade. A *Lei de Implementação do Programa Nacional de Armas de Fogo de 1996 (NFA)* entrou em vigor estreitando a licença e forçando o registro de todas armas em território, além de excluir "proteção pessoal" como motivo para obtenção da licença de armamentos. Ainda promoveu um esquema para recompra de armas, tendo recebido 650 mil equipamentos, e assim reduzindo em 20% o número de armas em propriedades privadas. Nenhum massacre ocorreu após o NFA. Até Christchurch<sup>4 5</sup>.

Nos Brasil, tragédias similares aconteceram em escolas. O mais recente- massacre de Suzano (2019) - aconteceu em uma escola na região metropolitana de São Paulo, onde dois jovens entraram na escola, atiraram e depois se suicidaram, deixando 10 mortos e o mesmo número de feridos. O mesmo tipo de massacre ocorreu em 2017 em Goiânia (Goiás), onde um aluno de 14 anos que sofria bullying entrou atirando na escola, 2 estudantes morreram e outros 4 ficaram feridos. Apesar disso, a campanha do atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, propunha a legalização do porte de armas, promessa que se tornou uma das principais bandeiras de sua campanha, tornando símbolo entre seus eleitores um sinal de mãos que fazia referência a uma arma.

Nos Estados Unidos, o massacre mais recente deixou 17 mortos: no ano passado (2018) em Parkland na Flórida, um ex-aluno expulsou adentrou a escola disparando com um fuzil. O mesmo aconteceu em escolas e universidades em Newton (Connecticut) no ano de 2012, que deixou 26 mortos e em 2007 na Universidade de Virginia Tech, o qual deixou 32 mortos. Nesse país próprio Estados Unidos foram registrados mais de 200 ataques com arma de fogo desde 2013.

Na Europa um dos grandes massacres que se tem notícia, se deu em uma escola na Escócia em 1996, onde foram mortas 16 crianças, entre 5 e 6 anos, e um professor. Esse episódio gerou tanta comoção que surgiram várias associações defendendo o controle de armamentos, e no ano de 1997, na Grã-Bretanha foi proibido a posse de pistolas de qualquer calibre. O resultado disso é que a Grã-Bretanha tem um dos menores índices de mortes por arma de fogo no mundo. Além disso, apesar das divergências entre os países da União Europeia quanto ao porte de armas, as providências tomadas são semelhantes. Na Grã-Bretanha e nos países nórdicos, é proibida a posse de armas na



maioria dos casos, nos países latinos, os quais costumam ser mais permissivos, há legislações das quais depende autorizações e licenças nacionais.

Dado esse histórico de tragédias podemos pensar em como a proliferação dessas armas, mesmo as convencionais, exercem impactos profundos em todas as sociedades, mesmo que distintas em leis e processos de evolução.

## AÇÕES DA ONU

Todos os anos no mês de setembro, a Assembleia Geral das Nações Unidas se reúne na sede da ONU para estabelecer a agenda do próximo ano. Para as discussões mais fundamentais sobre como transformar decisões em ações, Estados-membros se dividem em seis “Comitês Principais” especializados. E o primeiro comitê é o que discute a questão do desarmamento e da segurança internacional. Ele impulsiona resoluções relacionadas ao tema de guerra e paz que são aprovadas na Assembleia Geral, resoluções as quais criam padrões para garantir que o diálogo sobre este assunto aconteça entre os Estados-membros e que esta discussão venha a se expandir para todas as sociedades.<sup>20</sup>

O comitê citado acima tem início com um “Debate Geral” onde são colocadas em pauta as declarações feitas pelos Estados-membros sobre o tema. Na segunda parte o foco está em discussões mais específicas, as quais são divididas em 7 grupos: armas nucleares, outras armas de destruição em massa, desarmamento do espaço sideral, armas convencionais, desarmamento regional e segurança, outras medidas de desarmamento e segurança internacional, e maquinário de desarmamento. É nesta hora em que as resoluções que serão recomendadas para a Assembleia Geral são propostas e esboçadas.<sup>20</sup>

Além da abordagem nesse Comitê Principal, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU abordam as questões relacionadas ao desarmamento continuamente. Um dos órgãos que se dedica especificamente ao desarmamento na ONU é a Conferência sobre o desarmamento, único fórum de negociação multilateral na comunidade internacional para acordos sobre o desarmamento, a Conferência negociou com sucesso tanto a Convenção sobre Armas Químicas como o Tratado Abrangente de Proibição de Testes Nucleares.

Em nível local, os membros das forças de paz da ONU trabalham frequentemente para implementar acordos específicos de desarmamento entre partes em conflito.[...] A situação na Libéria serve como um bom exemplo para mostrar como este trabalho é feito.



Estabelecida em setembro de 2003, a Missão da ONU na Libéria (UNMIL) foi encarregada de auxiliar no desarmamento, desmobilização, reintegração e repatriação de todas as partes que estavam armadas. O processo foi iniciado em dezembro. Em 12 meses, cerca de 100 mil liberianos devolveram seus revólveres, munições, granadas de propulsão e outras armas. Em 3 de novembro de 2004, milícias em guerra na Libéria foram formalmente dissolvidas em uma cerimônia na sede da UNMIL, em Monróvia.<sup>15</sup>

As metas do desarmamento e da limitação de armas foram consideradas centrais para a manutenção da paz e da segurança internacionais, desde a criação da ONU. Estas metas vão desde a redução e eventual eliminação das armas nucleares até a suspensão de armas leves e de pequeno calibre. O mais universal de todos os tratados multilaterais sobre o desarmamento foi o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) que entrou em vigor em 1970.

O custo humano e material das armas convencionais também é alto. De pelo menos 640 milhões armas de fogo licenciadas em todo o mundo, aproximadamente dois terços estão nas mãos da sociedade civil. O comércio legal de armas de pequeno calibre excede quatro bilhões de dólares por ano. O comércio ilegal é estimado em um bilhão de dólares. E essas armas convencionais, como as minas terrestres, causam destruição da vida e da integridade física, que continua por anos após os conflitos terem acabado.<sup>15</sup>

No ano de 1995 a Assembleia Geral proclamou a Semana do desarmamento, tendo início no dia 24 de outubro, no aniversário da fundação das Nações Unidas e término no dia 30 de outubro. A “Disarmament Week” já havia sido solicitada no Documento final da sessão da Assembleia Geral de 1978 sobre o desarmamento. O documento pedia para que houvesse o abandono do uso da força nas relações internacionais. Os Estados foram convidados a propagar a necessidade de cessação e aumentar a compreensão dos civis sobre o desarmamento. Desde então, durante esta semana, a ONU promove debates e campanhas sobre o tema.

## QUESTÕES A SEREM PONDERADAS

1) Os assuntos referentes ao armamento civil deveriam ser colocados em pauta mais vezes em Assembléias da ONU? Quais medidas deveriam ser tomadas tomadas pelos países membros para garantir isso?



- 2) Como uma legislação internacional mais severa a respeito do comércio de armas de fogo, poderia contribuir para a diminuição dos massacres que o acesso às mesmas causam?
- 3) De quais maneiras a ONU poderia desenvolver debates mais assertivos acerca do tráfico de armas ao redor do mundo?

## POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

### **Nova Zelândia**

O porte de armas é permitido por lei para os cidadãos na maior idade e que sejam considerados capazes pela polícia. Uma vez que a licença é concedida, pode-se adquirir quantas armas quiser, ao menos as de pequeno porte, que são facilmente encontradas, para armas em estilo militar precisa ser feito um pedido especial para a Polícia. O registro de armas não é exigido. O Parlamento aprovou em 2 de abril de 2019 um projeto de lei para restringir o uso de armas no país. A votação teve apoio 119 dos 120 congressistas. Ou seja, as leis referentes ao uso de armas de fogo estão sendo revistas no país.

### **República Federativa do Brasil**

O porte de arma é regido pela Lei 10.826 de dezembro de 2003, conhecida como Estatuto do desarmamento. O Estatuto é responsável por regulamentar a posse e o porte de armas e, como o próprio nome indica, tem o intuito de coibir o uso de armamentos no território nacional. Para isso, a Lei determina que o direito de posse seja restrito àqueles que puderem comprovar a necessidade dela. A Campanha Nacional do Desarmamento iniciada em 2004, já recolheu e ainda recolhe milhares de armas dentro do território nacional, através do Portal desarma é feito um controle do número de armas que já foram recolhidas. Em 15 de janeiro deste ano, o atual Presidente, Bolsonaro, assinou o decreto presidencial nº 9.685 que altera o Estatuto e flexibiliza o porte de armas.

### **República Bolivariana da Venezuela**

Promoveu o desarmamento dos seus cidadãos há cerca de sete anos, deixando as armas de fogo apenas nas mãos do Exército e das forças de segurança. Hoje esta posição se mantém.

### **Estados Unidos da América**

Nos Estados Unidos o porte de armas é regulamentado por lei, porém essas leis diferem em grau de rigidez dentro dos diferentes Estados. Após algumas tragédias como



as citadas acima, a sociedade civil do país pede leis mais rígidas em relação a compra de armas.

### **República Popular da China**

Em geral, os chineses que moram em cidades são proibidos de ter armas em casa, elas precisam ser guardadas em depósitos especiais. Para obter a permissão para comprá-las, é necessário apresentar uma justificativa e demonstrar conhecimento sobre uso seguro e manuseio. Também há avaliação do histórico policial e da saúde mental da pessoa.

### **Federação Russa**

Para o porte de armas é preciso ter autorização para caça ou justificar a necessidade da arma para defesa pessoal. O requerente passa por testes relativos ao manuseio do armamento, primeiros socorros e legislação, além de avaliação psicológica e de antecedentes criminais. Os testes são minuciosos e as leis em relação ao porte de armas são rígidas.

### **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte**

A posse só é permitida para caçadores ou membros de clubes de tiro. Quem requer a permissão precisa passar por checagem de antecedentes criminais e entrevista domiciliar com a polícia, que verifica o local onde a arma será guardada.

### **República Federal da Alemanha**

Para conseguir uma licença para portar arma de fogo, é preciso comprovar que a pessoa corre risco, demonstrar que é colecionadora ou fazer parte de clube de tiro. O candidato passa por avaliação que leva em conta antecedentes criminais, saúde mental e uso de drogas. Caso seja concedida, a permissão é revisada a cada três anos. Para manter a arma em casa, é preciso permitir inspeções não anunciadas da polícia, que verifica se o armamento está guardado em local seguro.

### **República Francesa**

Os candidatos a um porte de arma no país devem ter ao menos 18 anos e são obrigados a determinar uma razão genuína para possuir uma arma, por exemplo, prática de esportes como caça e tiro ao alvo, ou proteção pessoal, segurança ou atividade de colecionador. As autoridades verificam os antecedentes criminais do candidato, além dos registros referentes à saúde física e mental. O processo chega a durar seis meses.

### **Canadá**



Armas automáticas e semiautomáticas são proibidas. Para comprar uma arma, o cidadão precisa fazer um treinamento e apresentar um documento provando que o cônjuge concorda.

### **Reino da Espanha**

Para solicitar o porte de armas do tipo B (pistolas e revólveres), o cidadão deve ser maior de idade e apresentar seus motivos que justificam a posse de uma arma; defesa de pessoas ou bens, por si só, não justifica a concessão. As licenças são concedidas pelo diretor-geral da Guarda Civil e têm vigência de três anos. Após esse prazo, não há renovação, e o interessado tem que entrar com um novo pedido. Entre os documentos necessários estão certificados de aptidão física e psicológica, antecedentes criminais e documentos justificando a necessidade de se obter a licença.

### **República da Índia**

A legislação para o porte de armas não é muito rígida e o controle sobre essa legislação não é forte.

### **República de Moçambique e República do Quênia**

Não há uma legislação que controle o porte de armas de fogo.

### **República da Colômbia**

O governo colombiano anunciou no final do ano passado a manutenção de uma legislação rigorosa que está em vigor desde 2015, em paralelo com as negociações de paz com os grupos paramilitares no país. A idade mínima para compra é de 18 anos. São checados antecedentes criminais, saúde física e mental e vícios. Curso de manejo e da legislação que regulamenta o uso são exigidos. O uso deve ser declarado desde que para caça ou tiro esportivo, segurança pessoal ou coleção privada. A renovação da licença é feita a cada dez anos. Se a justificativa for segurança pessoal, o período diminui para três anos.

### **Estados Unidos Mexicanos**

A posse de armas é um direito constitucional no México. O comércio ilegal é amplo. Estima-se que haja mais de 13 milhões de armas ilegais no país, enquanto que o número de armas registradas é de pouco mais de 3 milhões (dados de 2017). A idade mínima para compra é 18 anos. O comprador passa por uma análise de antecedentes criminais, de saúde física e mental e de vícios. Não há necessidade de treino específico,



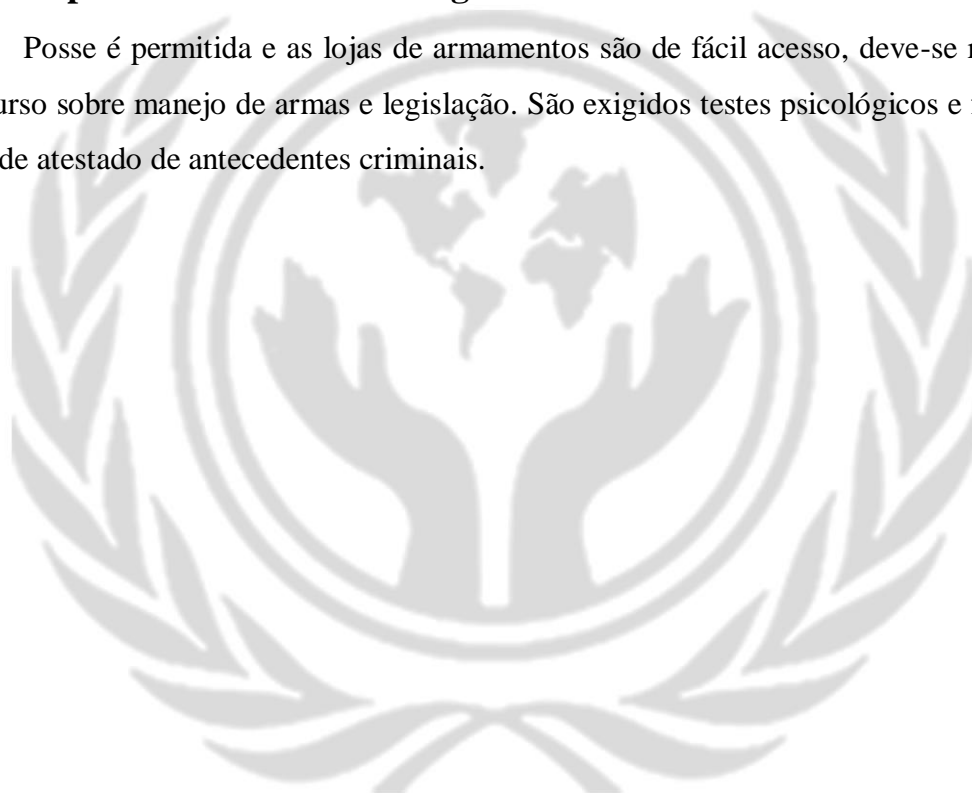
mas sim de justificativa. A posse é permitida para caça, tiro esportivo, segurança pessoal e casos específicos profissionais. Também é necessário ter emprego fixo e renda.

### **República Argentina**

Ao fazer solicitação para a posse de arma na Argentina, o governo frisa que deve haver razões fundadas de segurança pessoal. A idade mínima para compra é de 21 anos. Além da análise de antecedentes criminais, saúde física e mental são checadas. Um teste prático, que mostre capacidade de manejo é exigido. O uso pode ser para caça, tiro esportivo, ou segurança pessoal e deve ser declarado. A renovação da licença é feita a cada cinco anos.

### **República Oriental do Uruguai**

Posse é permitida e as lojas de armamentos são de fácil acesso, deve-se realizar um curso sobre manejo de armas e legislação. São exigidos testes psicológicos e físicos, além de atestado de antecedentes criminais.





## REFERÊNCIAS

- 1.NBC News. *New Zealand Mosque Shootings*. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/world/new-zealand-mosque-shootings>. Acesso em 19 de abril de 2019.
- 2.GunPolicy.org. *New Zealand - Gun Facts, Figures and the Law*. Disponível em: <https://www.gunpolicy.org/firearms/region/new-zealand>. Acesso em 19 de abril de 2019.
- 3.BBC News. *New Zealand PM Jacinda Ardern gives emotional gun law speech*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/av/world-asia-47880283/new-zealand-pm-jacinda-ardern-gives-emotional-gun-law-speech>. Acesso em 19 de abril de 2019.
- 4.AOAV: Action on Armed Violence. *15 shootings that changed the law: Aramoana, 1990*. Disponível em: <https://aoav.org.uk/2014/aramoana-1990/>. Acesso em 19 de abril de 2019.
- 5.AOAV: Action on Armed Violence. *15 shootings that changed the law: Port Arthur, 1996*. Disponível em: <https://aoav.org.uk/2014/port-arthur-1996/>. Acesso em 19 de abril de 2019.
- 6.BBC News. *National Action: Accused soldier 'had Breivik manual'*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-43380915>. Acesso em 19 de abril de 2019.
- 7.The Guardian. *Norway attacks: at least 92 killed in Oslo and Utøya island*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/jul/23/norway-attacks>. Acesso em 19 de abril de 2019.
- 8.REZENDE, Humberto. *Maior acesso a armas favorece ataques as escolas, diz especialista dos EUA*. Disponível em:



[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino\\_educacaobasica/2019/03/14/ensino\\_educacaobasica\\_interna,743058/major-acesso-a-armas-favorece-ataques-a-escolas-diz-especialista-dos.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ensino_educacaobasica/2019/03/14/ensino_educacaobasica_interna,743058/major-acesso-a-armas-favorece-ataques-a-escolas-diz-especialista-dos.shtml). Acesso em 24 de maio de 2019.

9.LONGO, Ivan. Massacre em escola é o estopim do imaginário pró-armas de Bolsonaro, diz especialista. Disponível em:

<https://www.revistaforum.com.br/massacre-em-escola-e-o-estopim-do-imaginario-pro-armas-de-bolsonaro-diz-especialista/>. Acesso em: 6 de maio de 2019.

10.El País. Columbie, Realengo e Suzano, os mais sangrentos massacres nas escolas de Brasil e EUA. Disponível em:

[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/13/internacional/1552503550\\_809750](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/13/internacional/1552503550_809750). Acesso em 6 de maio de 2019.

11.DW Brasil. Os massacres de Christchurch e Suzano e o lado obscuro da internet. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/os-massacres-de-christchurch-e-suzano-e-o-lado-obscuro-da-internet/a-47945454>. Acesso em 21 de abril de 2019.

12.BBC Brasil. Massacre em escola escocesa levou Grã-Bretanha a proibir armas em 1997. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-47568103>. Acesso em 6 de maio de 2019.

13.Euro News. Quem pode possuir armas de fogo na União Européia. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2016/01/15/quem-pode-possuir-armas-de-fogo-na-uniao-europeia>. Acesso em 14 de maio de 2019.

14.BBC Brasil. Cultura das armas nos EUA: oito gráficos que explicam o fenômeno. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41501743>. Acesso em 14 de maio de 2019.

15.Nações Unida Brasil. Desarmamento. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/acao/desarmamento/>. Acesso em 6 de maio de 2019.



16. United Nations. Semana do desarmamento, 24 a 30 de outubro. Disponível em:

<https://www.un.org/en/events/disarmamentweek/index.shtml>. Acesso em 6 de maio de 2019.

17. Mass Shooting Tracker. U.S. Mass Shooting 2019. Disponível em:

<https://www.massshootingtracker.org/data>. 23 de maio de 2019.

18. ONU News. ONU quer nova visão para controle de armas. Disponível em:

<https://news.un.org/pt/story/2019/02/1661422>. Acesso em 9 de maio de 2019.

19. Senado Notícias. Manifestações e Protestos populares articulados pelas redes sociais na internet preocupam a segurança nacional. Disponível em:

<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/razoes-para-a-implementacao-da-estrategia-nacional-de-defesa/manifestacoes-e-protestos-populares-articulados-pelas-redes-sociais-na-internet-preocupam-a-segurana-nacional.aspx>. Acesso em 05 de junho de 2019.

20. ONU Brasil. Desarmamento para mundo pacífico define trabalho do primeiro comitê da Assembleia Geral. Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/desarmamento-para-mundo-pacifico-define-trabalho-do-primeiro-comite-da-assembleia-geral/>. Acesso em 06 de junho de 2019.

21. Nações Unidas News. THE COMMITTEES: Disarmament for a peaceful world, defines work of UN General Assembly's First Committee. Disponível em:

<https://news.un.org/en/story/2018/12/1029221>. Acesso em 06 de junho.

22. Gaucha ZH. Após massacre, primeira-ministra da Nova Zelândia promete mudar lei de controle de armas. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2019/03/apos-massacre-primeira-ministra-da-nova-zelandia-promete-mudar-lei-de-controle-de-armas-cjtarnbyw03wi01ujemwm7g7q.html>. Acesso em: 24 de maio de 2019.



---

## Parte 2

# Conselho Econômico e Social

Universitário

---





# Water crisis and the lack of water on Health Care Centers

---

**Luiz Gustavo Lino Pereira**

## ABSTRACT

The access to safe water and sanitation does not occurs on the same way all around the globe. Statistics shows that today, 1 in 9 people lack access to safe water and 1 in 3 people lack access to a toilet.

According to the organization Water (2019), women and girls spend 200 million hours collecting water every day. Analyzing that, it is noticeable that women are the most affected people on the concern about the lack of water and sanitation, as they are responsible in many countries for collecting water, resulting on cycle that precludes women of doing other activities, such as working, going to school or even taking care of their families and personal lives.

Water crisis is also a health crisis. The access to basic water facilities and sanitation improves the health and prevents the spread of infectious diseases and reduces the maternal and child mortality rates.

A United Nations' report has found that around 2 million people around the world use health care facilities that lack basic water services, which showed that 1 in 4 health centers lack basic water facilities.

As said by António Guterres (2019), United Nations' Secretary-General,

*“Water, sanitation and hygiene services in health facilities are the most basic requirements of infection prevention and control, and of quality care. They are fundamental to respecting the dignity and human rights of every person who seeks health care and of health workers themselves.”*

At the 2019 World Health Assembly, which happened in May, governments debated a resolution on Water, Sanitation and Hygiene in Health Care Facilities which was unanimously approved by the World Health Organization Executive Board.

## INTRODUCTION

Water is a natural and limited source of life. It is used by the human being for an enormous variety of purposes, such as energy generation, industrial manufacturing, recreation, and for the vital needs as drinking, cooking, sanitation and washing. When people look at pictures of Earth seen from space, we can see a big scale of blue water, but

---

---



analyzing it closely, it is only a small percentage of all that blue water that humans can actually use for all their vital needs.

Comparing the access to the basic water facilities in the first world countries with the third world countries, it is possible to notice a big discrepancy in ease of access to basic water facilities. As stated by Biswas (1981):

*“Viewed from a global perspective, availability of potable water to communities falls within two extremes. At one extreme are the highly urbanized cities of advanced industrialized countries, where everyone has in-house water connections and sewerage services. The quality of water is excellent, and it is available in unlimited quantity very economically. [...] At the other extreme are the rural communities of developing countries, which commonly have no service of any kind, either for potable water or for excreta disposal.”*

The public sanitation was a problem with the beginning of settled life - when people started living in one place throughout the year. The need to maintain clean water supplies became a challenge, which was addressed in the cities and followed the grow rhythm of the cities and its complexity.

The *Cloaca Maxima* was a large-scale sewer system build for Rome and it was one of the most elaborated systems of that time. The Roman Empire covered what was an open-air sewage system and turned into a closed system, which the underground system connected public baths and latrines. According to Casson (1998):

*“The system of aqueducts that connected to Rome, where there were seven aqueducts by the 1st century CE, brought freshwater supplies to the city. The elaborate waste removal and freshwater supply to Rome enabled it to grow substantially in size, reaching over one million people, making it the first city to likely reach that size. The Romans took sanitation seriously, as they realized the health benefits. Outposts and other towns throughout the empire utilized aqueducts, wells, latrines, and sewage systems to keep areas clean.”*

Nowadays, approximately 800 million people suffer with the lack of access to clean drinking water, and according to Seung-Soo (2015), “[...] In the majority of countries, existing water supplies are insufficient to meet urban, industrial, agricultural, and environmental needs. [...]”. Thus, 80% of illnesses in the third world are straightly linked the lack of water and sanitation.

In accordance with the Canadian government (2017), “[...] In many countries, pollution or rising sea levels are contaminating trusted water sources. Water stress and lack of sanitation disproportionately affect women and girls. These factors can alter their health, safety and opportunity to engage in economic activities. [...]”

This deficit on basic water facilities in the least developed countries is, as United Nations says,



*“[...] significant particularly for mothers and newborns, because it is estimated that one in five births globally takes place in the world’s 47 poorest nations, meaning that every year, 17 million women in these countries give birth in health centers with inadequate water, sanitation and hygiene supplies.”*

Recently, a research named “WASH in Health Care Facilities: Global Baseline Report 2019” has been made with the proposal to evaluate and give statistics on “the availability of handwashing facilities, waste disposal, and environmental cleaning services in health care facilities around the world.” (PAUL, 2019). The research is the first comprehensive global assessment of water, sanitation and hygiene (WASH) in health care facilities **and** also points that more than one million deaths each year are associated with infections from unsanitary birth experiences, as well as showing that 1 in 5 health care facilities has no sanitation service, impacting 1.5 billion people.

*““Health care facilities” encompass all formally recognized facilities that provide health care, including primary (health posts and clinics), secondary, and tertiary (district or national hospitals), public and private (including faith-run), and temporary structures designed for emergency contexts (e.g., cholera treatment centers). They may be located in urban or rural areas.” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019)*

Providing access to clean water and sanitation is the sixth goal of United Nations’ Sustainable Development to 2030, and it has some targets that goes through providing universal access to safe and affordable drinking water, adequate and equilibrate the sanitation system, and improve water quality, and the water targets are included across all the 17 Sustainable Development Goals to 2030.

## THE PRESENT SITUATION

In 2015, over 90% of the world’s population used improved drinking water sources and around 4,9 billion people used improved sanitation facilities. However, this does not seem such a progress to the 3 in 10 people who still lack individual access to safe water in their homes.

According to Paul Poman (2018), these issues will become worse as water resources become scarcer, and “[...] in 22 countries, mostly in Northern Africa and Asia, the water stress level is above 70 per cent, indicating the strong probability of future water scarcity”

In these countries, which many of them are beset by violence, displacement, conflict and instability, children’s and adults have their rights violated, including the right to access to safe water and sanitation.

As evidenced by UNICEF (2017),



*“In Yemen, a country reeling from the impact of over two years of conflict, water supply networks that serve the country’s largest cities are at imminent risk of collapse due to war-inflicted damage and disrepair. Around 15 million people in the country have been cut off from regular access to water and sanitation. As for Syria, where the conflict is well into its seventh year, around 15 million people are in need of safe water, including an estimated 6.4 million children. Water has frequently been used as a weapon of war: In 2016 alone, there were at least 30 deliberate water cuts – including in Aleppo, Damascus, Hama, Raqqa and Dara, with pumps destroyed and water sources contaminated.”*

In result of this lack of safe water and sanitation, children represent more than 53% of half a million cases of suspected cholera and acute watery diarrhea in Yemen. Somalia and South Sudan are also suffering with cholera and diarrhea, with nearly 77.000 cases in Somalia and 19.000 in South Sudan, being the most severe cholera crisis that South Sudan has ever experienced.

As mentioned by Anthony Lake (2017), the access to safe water, effective sanitation and hygiene are critical to the health of every child and every community - and thus are essential to building stronger, healthier, and more equitable societies, which should not be a privilege of only those who are rich or live in urban centers.

In Uganda, water-borne diseases remain a leading cause of infant mortality for children under age five. A primary school in Uganda whose lacks a canteen, is providing clean water to its students with the help of a device called “Purifaaya”, which according to Kaggwa (2018),

*“The Purifaaya has a ceramic filter inside the plastic dispenser made entirely with local materials: clay, sawdust and a thin layer of silver nitrate to enhance bacterial removal. This ceramic pot permits water to trickle through, maintaining its taste and scent, while trapping viruses, pollutants, and organic and inorganic materials larger than half a micron. Its gravity-based filtration process allows a flow rate of up to three liters per hour.”*

Before the schools in Uganda received the Purifaaya as a donation, the students drank mostly boiled water, and at times, the water would still be hot by their lunchtime or break, and the people who work at school had to leave the water out in the open air to cool.

These significant inequalities also put the implementation of the Sustainable Development Goals, in particular the Goal 6, on ensuring availability and sustainable management of water and sanitation for all at risk.

## UNITED NATIONS’ ACTIONS



Human rights are based on the principle of universality, inalienability, indivisibility and interdependence, with no matter of color, sex, language, religion, ethnicity, sexual orientation or any other stats.

As stated by Albuquerque (2013),

*“The human right to water and sanitation determines that everyone has the right to water and sanitation that is available and both physically accessible and affordable. The service has to be acceptable and provided with quality for all, free from any kind of discrimination. The human right equally determines that States must progressively eliminate inequalities in access to water and sanitation – inequalities between rural and urban areas, formal and informal settlements, rich and poor segments of the population.”*

On December 2013, the UN Special Rapporteur on the human rights to safe drinking water and sanitation, Catarina de Albuquerque, urged the Brazilian authorities at all levels to give further priority to the most economic and social vulnerable people on the matter of access to safe drinking water and sanitation to make sure that the inequalities inside the country are eliminated and all the population receive access to clean and safe water and sanitation.

With the low investments on sanitation, the public health is affected with the high cost of the treatments of diseases, such as diarrhea, which got approximately 400 thousand people diagnosed with in 2011 taking costs around U\$150 billion.

According with Heller (2019):

*“Sanitation is personal, collective and a common good. Sanitation is not only about constructing toilets or sewerage. It is about understanding people’s needs and finding safe and sustainable solutions that ensure everyone’s dignity. Therefore, realizing the human right to sanitation is not a simple task. There is no short cut. We need to keep openly talking about sanitation and working on it with strong commitments from all actors. We have only 12 years left until the deadline of the world Sustainable Development Goals.”*

The Special Rapporteur on the human rights to safe drinking water and sanitation, Léo Heller, visited India on November 2017 to assure the situation related to the 6<sup>th</sup> Sustainable Development Goal. Heller noted that India is going through a process to implement several national programmes which are willing to improve the access to safe drinking water and sanitation, such as the Swachh Bharat Abhiyan (Clean India Mission), and guarantee the right to safe drinking water and sanitation to India’s population.

On September 2018, the Human Rights Council had its 39<sup>th</sup> General Assembly, and discussed about the Human Rights to Safe Drinking Water and Sanitation. The Members States recognized the importance of providing the access to safe drinking water and sanitation to everyone, without discrimination, and reaffirmed that:



*“States have the primary responsibility to ensure the full realization of all human rights and must take steps, nationally and through international assistance and cooperation, especially economic and technical, to the maximum of their available resources, to achieve progressively the full realization of the rights to safe drinking water and sanitation by all appropriate means, including in particular the adoption of legislative measures in the implementation of their human rights obligations” (UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 39<sup>TH</sup> ASSEMBLY, 2018)*

The Members States also stressed the important role of technical assistance by the States and international cooperation between specialized UN agencies and development partners.

The General Assembly also called upon the States to implement the Sustainable Development Goals and targets, to monitor and analyze the status of the realization of the Human Rights to Safe Drinking Water and Sanitation and enhance efforts to improve the availability. Also called upon the States to promote women leadership and their participation on decision-making on water and sanitation subject, and encouraged the governments to keep responding favorably on UN Special Rapporteur’s requests for visit and information and decided to continue the discussion on its 42<sup>nd</sup> session, which are planned to happen on September 2019.

On the matter of Healthcare Centers, the United Nations released a global baseline report on WASH (Water, Sanitation and Hygiene) in Health Care Facilities, focusing on the lack of water and sanitation on these Health Care facilities. Not only the lack of water and sanitation compromises patient’s safety, but it “[...] also has the potential to exacerbate the spread of antimicrobial-resistant infections and undermines efforts to improve child and maternal health.” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019).

On May 2019, happened the 72<sup>nd</sup> World Health Assembly in Geneva, Switzerland, and the Members States agreed a new resolution to improve water and sanitation services in health facilities and urges Members States to prioritize water and sanitation services for safer health care around the world.

The resolution also asks Members States to

*“[...] develop national roadmaps, establish and implement standards, and invest in systems to support sustainable WASH services. It also requests WHO to provide leadership, to help mobilize resources for investment, to report on global progress, and in emergencies, to help coordinate and implement WASH and infection prevention and control in healthcare.” (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019)*

## QUESTIONS TO PONDER



- 1) What do the world's population can do to help on the matter of lack of water and sanitation?
- 2) What can the United Nations and the Economic and Social Council do to effectively guarantee the right to access to safe water and sanitation around the world?
- 3) How can the United Nations and the World Health Organization resolve the issue of infections resulted from unsanitary birth related to the lack of safe water and sanitation at Health Care Centers?
- 4) How can the nations guarantee the access to safe water and sanitation to all its population, even on the most remote places, with no distinction of race, gender or socioeconomic conditions?
- 5) What actions could the United Nations take to ensure that people are not being deprived of its human right access to safe drinking water and sanitation? And on the matter of the Health Care Centers?

## COUNTRIES' POSITION

### **Canada**

Canada is a country which, according to CIA (2019), has 99,8% of the population with access to safe drinking water. With one of the highest percentages of availability of safe water, Canada supports sustainable water resources management and governance in developing countries. It aids efforts to increase access to safe water and sanitation, contributing to many spheres of the society, helping particularly women and girls.

### **Federal Republic of Germany**

In 2008, Germany in a partnership with the Spanish government, were able to make the United Nations Human Rights Council to set a mandate to a Special Rapporteur on the human rights to safe drinking water and sanitation. In 2013, they persuaded the United Nations General Assembly to recognize the human right to water and adopt a resolution, in 2015, enshrining the rights to water and sanitation.

### **Federal Republic of Somalia**



Somalia has only 45% of its' population with access to improved water sources and only one quarter with sanitation facilities due unpredictable rainfall patterns and lack of maintenance of water sources and supply systems. According to UNHRC (2015), “almost half the households take more than 30 minutes to collect water which determines the quantity of collected at a time.” which are significant contributors to the high rates of disease in Somalia

### **Federative Republic of Brazil**

Currently, there are approximatively 5 million people in Brazil with no access to safe water and 25 million without sanitation. Hospital admissions stemming from diseases related to poor sanitation and little access to quality water cost Brazilian public hospitals nearly \$25 million in 2017.

In a meeting related to water and sanitation that happened in Sao Paulo, representatives from sanitation-related companies argued that only 1,600 of the country's 5,570 municipalities have at least one sewage treatment station, and 100 million Brazilians still have no access to sewage treatment.

### **French Republic**

France has worked actively for the recognition of the right to access to safe water and sanitation. Adopted the UN's resolution in 2010 which guarantee the right to all citizens and in 2011 joined forces with a number of other States in setting up the informal Blue Group, which primary objective is “to promote the right to safe drinking water and sanitation on the international stage, in particular through an approach based on the integration of human rights into the formulation and implementation of development programmes” (FRANCE, 2019), to coordinate the positions of member States at UN bodies in New York and Geneva.

### **Italian Republic**



The Italian Republic supports the activity of United Nations Secretary General's Advisory Board on Water and Sanitation (UNSGAB), that has produced the Hashimoto Action Plan and the OECD-UNSGAB statement: roadmaps for the International Community to reach the United Nations' Millennium Development Goals related to Water and Sanitation.

## **Japan**

Japan is the world's largest donor in the water and sanitation sector and at the Fourth World Water Forum held in March 2006 in Mexico City, Japan announced the "Water and Sanitation Broad Partnership Initiative (WASABI)" and launched the "United States-Japan Clean Water for People Initiative" on September 2002.

## **Kingdom of Belgium**

Belgium has more than 62 water supply utilities throughout the country and 589 municipalities in Belgium have programs responsible for maintaining the water supply and water quality. Even though the water quality in Belgium is high and safe enough for its citizens to drink tap water safely, "the wastewater treatment in the country has lagged behind. In fact, wastewater sanitation did not start to get addressed within the country until 2007 after the European Court of Justice forced the Belgian government to make changes in 2004." (BEAUCHAMP, 2017)

## **People's Republic of China**

Water in Chinese's rural and urban area is often affected by household and chemical pollution, and also by water-contaminated accidents and water-borne diseases.

The World Health Organization works with China Ministry of Health and the China Center for Disease Control and Prevention to improve rural water supply facilities in central and western areas of China.

## **Republic of India**

In 2015, was lunched in India the Kayakalp Award Scheme, a program which were applied to the health care centers to promote the cleanliness, hygiene and infection control practices in public health care facilities and incentivize high performing facilities that achieve at least 70% of the indicators with a cash award.



## **Republic of Poland**

Poland is committed to conduct assessments to quantify the availability and quality of safer water, sanitation and hygiene in health care facilities and its' needs, using regional and global protocols or tools to collaborate with the global effort to improve the provision of safe water, sanitation and hygiene on health care facilities.

## **Republic of South Sudan**

The extensive crisis and the scarcity in South Sudan are contributing to a decline of the access to safe drinking water and sanitation facilities in health care centers in South Sudan, contributing to the spread of diseases such as cholera and diarrhea, compromising the ability to provide safe care and showing serious risks to the health of those who are seeking treatment.

## **Republic of Uganda**

In Uganda, according to Water (2019), “61 percent of Ugandans lack access to safe water and 75 percent do not have access to improved sanitation facilities.” Many researches have been made by different sources in Uganda to measure the availability of access to safe water and sanitation. Data from 2012 by ABCE shows that 57% of the health care centers does not have a severe shortage or lack of water in a regular year. Researches made in 2014 by WVI shows that 81% of all health care centers in Uganda received 84 hours or more of water service per week, which represents 50% of the time. Also, there are data from a research made in 2015 by PMA which shows that on the day that the research was made, only 37% of the health care centers had running water to support the population.

The Child Health Division of the Ministry of Health in Uganda worked with partners to address this issue through the Diarrhea and Pneumonia Coordinating Committee (DPCC) due the need to collect WASH data for planning porpoises and, in 2016, the DPCC recommended a standardized list of WASH indicators to be included in the national health management information system.

## **Russian Federation**



The Russian Federation is the second in a global scale of countries with the largest reservoir of fresh water and an enormous capacity for high-quality drinking water supply.

In 2014, the World Health Organization European Office for Prevention and Control of Noncommunicable Diseases (NCD) was established with the support of Russian government, serving as a powerhouse for innovative ideas and solutions

## **Ukraine**

An organization with the goal to inform more effective humanitarian action called REACH conducted a network analysis and put in groups the communities with access to Basic Service Units (BSUs), although, across the seven BSUs, “the assessment identified the key challenges as a lack of services and facilities, forcing residents to travel long distances to reach schools, banks and healthcare.”, existing a conflict-affected with the populations in the east of the country, who most suffer with the lack access to basic facilities

## **United Kingdom of Great Britain And Ireland**

The UK helps government, citizens and the private sector in developing countries to manage water resources and proving access to clean drinking water, sanitation and hygiene education, giving to the population access to water whenever they need it, while is researching methods of improving water security and management of water resources for people in developing countries.

## **United Republic of Tanzania**

In Tanzania, the number of women giving birth at health care centers are rising, but “an increase in obstetric interventions at the time of delivery, and overstretched staff are also increasing the risk of bacterial infections, contributing to about a third of newborn deaths in United Republic of Tanzania” (WASH).

Between the years of 2013 and 2017, evidence-based charity focused on improving hygiene practices around childbirth in low and middle-income countries have worked to conduct needs assessments of WASH and infection prevention and control in maternity units



---

## **United States of America**

The U.S. government is working with key stakeholders and partner countries to achieve objectives which include providing access to safe drinking water and sanitation services and promoting hygiene lessons; promoting cooperation and protecting freshwater resources, reflecting on contributions from more than 15 U.S. government agencies and departments.





## REFERENCES

ALBUQUERQUE, Catarina De. **Press statement by the Special Rapporteur on the human right to water and sanitation, Catarina de Albuquerque, at the end of her visit to Brazil, 9-19 December 2013.** Available at <https://newsarchive.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=14127&LangID=E>. Accessed on May 2019

AMNESTY INTERNATIONAL CANADA. **International Human Rights Principles.** Available at <https://www.amnesty.ca/our-work/issues/international-human-rights-principles>. Accessed on May 2019

BEAUCHAMP, Nick. **Water quality in Belgium key to prosperity.** Available at: <https://borgenproject.org/water-quality-in-belgium-prosperity/>. Accessed on July 2019

BISWAS, Asit K. **Water for the Third World.** Available at <https://www.foreignaffairs.com/articles/1981-09-01/water-third-world>. Accessed on April 2019.

Casson, L. **Everyday life in ancient Rome** (Rev. and expanded ed). Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1998.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **Canada.** Available at: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html>. Accessed on July 2019.

DAILY HISTORY. **How did the public sanitation develop?** Available at [https://dailyhistory.org/How\\_did\\_Public\\_Sanitation\\_Develop%3F](https://dailyhistory.org/How_did_Public_Sanitation_Develop%3F). Accessed on May 2019.

DEUTSCH WELLE. **UN: One quarter of the world's health centers lack clean water.** Available at <https://www.dw.com/en/un-one-quarter-of-the-worlds-health-centers-lack-clean-water/a-48172963>. Accessed on April 2019.

FRANCE DIPLOMATIE. **Right to water and sanitation.** Available at: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/human-rights/right-to-water-and-sanitation/>. Accessed on July 2019.



GERMANY, FEDERAL FOREIGN OFFICE. **WASH: Human right to clean drinking water and sanitation.** Available at: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/themen/menschenrechte/04-wsk/wash/291520>. Accessed on July 2019.

GONÇALVES, Carolina. **Poor sanitation proves expensive for Brazil.** Available at: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/saude/noticia/2018-09/poor-sanitation-proves-expensive-brazil>. Accessed on July 2019.

GOVERNMENT OF CANADA. **Water in Developing Countries.** Available at [https://international.gc.ca/world-monde/issues\\_development-enjeux\\_developpement/environmental\\_protection-protection\\_environnement/water-eau.aspx?lang=eng](https://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/environmental_protection-protection_environnement/water-eau.aspx?lang=eng). Accessed on April 2019.

HELLER, Leo. **For World Toilet Day, "Sanitation is a Human Right" on 19 November.** Available at <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/NewsDetail.aspx?NewsID=22400&LangID=E>. Accessed on May 2019.

KAGGWA, Andrew. **Spouts of Water.** Available at <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2018/07/spouts-of-water/>. Accessed on May 2019.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF JAPAN. **Official development assistance (ODA).** Available at <https://www.mofa.go.jp/policy/oda/sector/water/action.html>. Accessed on July 2019.

PAUL, Delia. **WHO, UNICEF Report Lack of WASH in Health Care Facilities.** Available at <https://sdg.iisd.org/news/who-unicef-report-lack-of-wash-in-health-care-facilities/>. Accessed on April 2019.

POLMAN, Paul. **Scale and speed needed to make water, sanitation and hygiene a reality for all.** Available at <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2018/07/scale-and-speed-needed-to-make-water-sanitation-and-hygiene-a-reality-for-all/>. Accessed on May 2019.



REACH. **Ukraine:** The challenge of accessing basic services in areas close to the contact line. Available at: <https://www.reach-initiative.org/what-we-do/news/ukraine-the-challenge-of-accessing-basic-services-in-areas-close-to-the-contact-line/>. Accessed on July 2019.

REGIONAL OFFICE FOR WHO EUROPE. **Russian Federation holds first International World Water Day Congress.** Available at <http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/water-and-sanitation/news/news/2018/4/russian-federation-holds-first-international-world-water-day-congress>. Accessed on July 2019.

Seung-Soo, Han. **Blue Planet, Thirsty World.** Available at <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2015-11-20/blue-planet-thirsty-world>. Accessed on April 2019.

SFARA, Giorgio. **Intervention on water and sanitation.** Available at: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/italy\\_12may\\_water.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/italy_12may_water.pdf). Accessed on July 2019

UNICEF. **1 in 4 Health Care facilities lack basic water services.** Available at <https://www.unicef.org/press-releases/1-4-health-care-facilities-lacks-basic-water-services-unicef-who>. Accessed on April 2019.

UNICEF. **Somalia.** Available at <https://www.unicef.org/somalia/wes.html>. Accessed on July 2019.

UNITED KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND IRELAND GOVERNMENT. **2010 to 2015 government policy:** water and sanitation in developing countries. Available at: <https://www.gov.uk/government/publications/2010-to-2015-government-policy-water-and-sanitation-in-developing-countries>. Accessed on July 2019.

UNITED NATIONS. **Billions around the world lack safe water, proper sanitation facilities, reveals UN report.** Available at <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2017/07/billions-around-the-world-lack-safe-water-proper-sanitation-facilities-reveals-un-report/>. Accessed on May 2019.

UNITED NATIONS. **Children's access to safe water and sanitation is a right, not a privilege** – UNICEF. Accessed on



<https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2017/08/childrens-access-to-safe-water-and-sanitation-is-a-right-not-a-privilege-unicef/>. Accessed on May 2019.

UNITED NATIONS. **Goal 6: Ensure access to water and sanitation for all.** Available at <https://www.un.org/sustainabledevelopment/water-and-sanitation/>. Accessed on April 2019.

UNITED NATIONS. **Lack of basic water facilities risks millions of lives globally: UN health agency.** Available at <https://news.un.org/en/story/2019/04/1035971>. Accessed on April 2019.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS COUNCIL, 39<sup>th</sup> General Assembly. **Promotion and protection of all human rights, civil, political, economic, social and cultural rights, including the right to development.** Available at <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G18/282/86/PDF/G1828286.pdf?OpenElement>. Accessed on May 2019

UN WATER. **WHO and UNICEF launch report on WASH in Health Care Facilities.** Available at <http://www.unwater.org/who-and-unicef-launch-report-on-wash-in-health-care-facilities/>. Accessed on April 2019.

USAID. **Water and sanitation.** Available at <https://www.usaid.gov/what-we-do/water-and-sanitation>. Accessed on July 2019.

WATER. **WATER CRISIS.** Available at <https://water.org/our-impact/water-crisis/>. Accessed on April 2019.

WATER. **Uganda.** Available at <https://water.org/our-impact/uganda/>. Accessed on July 2019.

WASH WATCH. **Poland.** Available at: [https://washwatch.org/en/countries/poland/summary/?commitment=WASH-in-HCF%2F01&declaration=WASH-in-HCF#481\\_01](https://washwatch.org/en/countries/poland/summary/?commitment=WASH-in-HCF%2F01&declaration=WASH-in-HCF#481_01). Accessed on July 2019

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Health Assembly Update, 25 May 2019.** Available at <https://www.who.int/news-room/detail/25-05-2019-world-health-assembly-update>. Accessed on May 2019.



WHO REPRESENTATIVE OFFICE CHINA. **Drinking water and sanitation.**  
Available at: <http://www.wpro.who.int/china/mediacentre/factsheets/watsan/en/>.  
Accessed on July 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION SOUTH SUDAN. **WHO prioritizes water, sanitation and hygiene (WASH) services in health care facilities to achieve health goals in South Sudan.** Available at: <https://www.afro.who.int/news/who-prioritizes-water-sanitation-and-hygiene-wash-services-health-care-facilities-achieve>. Accessed on August 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION AND THE UNITED NATIONS CHILDRENS FUND. **Water, sanitation and hygiene in health care facilities: practical steps to achieve universal access.** Geneva: World Health Organization; 2019. License: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Available at: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/311618/9789241515511-eng.pdf>. Accessed on July 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION AND THE UNITED NATIONS CHILDRENS FUND. **WASH in health care facilities: Global Baseline Report 2019.** WHO and UNICEF, Geneva, 2019. License: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Available at <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/311620/9789241515504-eng.pdf?ua=1>. Accessed on May 2019.



# Bioenergy as a way to reconstruct Rwanda: The 25th anniversary of the genocide

**Luísa Mansan Munari Borges**

## ABSTRACT

The Massacre that occurred on Rwanda on 1994 shocked the world. Although it has been 25 years, the population still faces its consequences, the environmental impact is one of them. Deforestation has resulted in the loss of biodiversity and genetic resources. Furthermore, due to the limited land available, many wetlands in the country have been destroyed by misuse and soil erosion has increased through overgrazing.

The UN has been helping Rwanda since the creation of UNAMIR: The United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR). It was established by United Nations Security Council Resolution 872 on 5 October 1993. It was intended to assist in the implementation of the Arusha Accords, signed on 4 August 1993, which was meant to end the Rwandan Civil War. The mission lasted from October 1993 to March 1996 Its activities were meant to aid the peace process between the Hutu-dominated Rwandese government and the Tutsi-dominated rebel Rwandan Patriotic Front (RPF).

## INTRODUCTION

### a) The Genocide

According to the United Nations, genocide means:

*“...any of the following acts committed with intent to destroy, in whole or in part, a national, ethnic, racial or religious group, including (a) killing members of the group (b) causing serious bodily or mental harm to members of the group (c) deliberately inflicting on the group conditions of life calculated to bring about its physical destruction in whole or in part (d) imposing measures intended to prevent births within the group by forcibly transferring children of the group to another group.”*

Rwanda’s genocide was a mass murder event conceived by extremist elements of Rwanda’s majority Hutu population who planned to kill the minority Tutsi population in 1994. The massacre lasted 100 days and it is estimated that 800.000 people, mostly of the Tutsi ethnicity were killed by the Hutu majority and an estimated 150,000 to 250,000 women were also raped.



These two groups speak the same language which suggests that they have lived together. The physical difference about these two groups was not visible at first and it was not relevant to the population. The tutsi were light-skinned and taller than the Hutus, who were presumed to be shorter and darker. It was only during the Belgium colonial era, that started after the World War I, that these differences were used to categorize and divide these ethnicities.

They assumed that ethnicity could be distinguished by physical characteristics and then used the ethnic differences found in their own countries as models to create a system whereby the categories of Hutu and Tutsi were no longer fluid. The Belgium started implanting identity cards to distinguish these groups. The Tutsi were favored and received western-style education and better social conditions.

By 1962, when Rwanda gained independence, 120,000 people, primarily Tutsis, had taken refuge in neighboring states to escape the violence which had accompanied the gradual coming into power of the Hutu community. The tension between Hutus and Tutsis started to grow back in 1990 when Tutsis rebels invaded Uganda (they are members of the Rwandan Patriotic Front). The president, Juvénal Habyarimana, a Hutu, made an agreement to create a government that would include The Rwandan Patriotic Front, the Arusha Accords. The Hutus radicals opposed to this idea. Dissemination of their anti-Tutsi agenda, increased and would later serve to fuel ethnic violence

On 6 April 1994, the deaths of the Presidents of Burundi and Rwanda in a plane crash caused by a rocket attack, ignited several weeks of intense and systematic massacres. On June 22, the Security Council authorized French-led forces to mount a humanitarian mission. The mission, called Operation Turquoise, saved hundreds of civilians in South West Rwanda, but is also said to have allowed soldiers, officials and militiamen involved in the genocide to flee Rwanda through the areas under their control. In other areas, killings continued until 4 July 1994 when the RPF took military control of the entire territory of Rwanda.

#### **b) The environmental issue: resolutions after 25 years**

The United Nations (UN) has been a fundamental partner in the reconstruction of Rwanda.

In 2008, Rwanda was selected with seven other countries to implement a new UN strategy, called “Delivering as One” or “One UN”. Currently 16 resident and eight



non-resident agencies work in Rwanda. Between 2013-2018, the One UN Rwanda has budgeted around US\$411 million to assist the country in its development.

The most persistent environmental impact in Rwanda is increased deforestation for the purposes of housing construction, building of new accommodations, the use of wood for energy and most importantly, the clearing of forested areas for agricultural purposes. As stated by African Centre For Constructive Resolution of Disputes (2010):

*“According to the majority of households surveyed (75%), the main source of fuel was and remains wood and charcoal for cooking and lighting. Paraffin was used by 82% of households. REMA (2009:81) confirms that the structure of livelihoods of 90% of Rwandans makes forest resources such as wood the primary source of domestic energy. During the field survey, 84% of households stated that they had easy accessibility to charcoal before the genocide, but accessibility to wood sources decreased after the genocide for 67% of households. The limited access to wood sources is reinforced by the fact that reliance on charcoal as the main energy source increased from 28% before the genocide to 49% during the time of the study. Households reported that wood became scarce and expensive because of the government’s environmental policy to protect forests from destruction by people using firewood and timber for cooking and building.”*

In this context, Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and the Ministry of Environment, Vincent Biruta, signed an agreement to implement a project that aims to identify bioenergy options suitable to the Rwandan context. The project “Bioenergy and Food Security Assessment and Capacity Building for Rwanda” will support the Ministry of Environment to identify which bioenergy options can be environmentally sustainable and contribute to the targets set within the Nationally Determined Contributions (NDCs). NDCs embody efforts by a country to reduce national emissions and adapt to the impacts of climate change. In addition, the project will also provide capacity building trainings on the use of the bioenergy tools to key stakeholders involved in the bioenergy sector and in the development of the Biomass Energy Strategy.

## THE PRESENT SITUATION

Since the Genocide, The UN has been taking steps towards the mobilization of civil society for the remembrance and education in order to prevent future acts of genocide. Because of it, a programme (The Outreach Programme On the Rwanda Genocide and the United Nations) was created by the General Assembly on 23 December 2005. It is an information and educational programme run by UN Department of Global Communications. The programme has four resolutions (2007, 2009, 2011 and 2013) besides the initial one made on 2005. The principle themes are preventing similar acts in



the future and supporting the survivors, especially widows, orphans and victims of sexual abuse.

The main problems facing the environment in Rwanda are pressures from the growing population on the natural resources such as land, water, flora and fauna and other non-renewable resources.

This is most evidenced in land degradation, soil erosion, a decline in soil fertility, deforestation, wetland degradation and loss of biodiversity. Key issues include deforestation due to the cutting down of trees for fuel, overgrazing, soil exhaustion, soil erosion and widespread poaching. These natural hazard-induced disasters have had major human, environmental and economic impacts.

The Government has taken several policies and measures to ensure its sustainable development and the protection of its environment. The Government has set a target of increasing the national forest cover to 30 per cent by 2020. In order to achieve that target, the government has put in place restrictions on access to both natural and plantation forests. The Government also encourages rural communities to practice reforestation, and between 2001 and 2006 the proportion doing so increased from 40 to 60 per cent. The Government has also developed a carbon-friendly energy policy that is based on a commitment to using renewable sources of energy and aimed at reducing dependence on wood for fuel together with a programme of reforestation. The Policy includes the introduction of the improved cook stove, the use of bio-gas generators, solar energy, hydro-electricity and the exploitation of methane gas in Lake Kivu. The Government has a target of reducing the proportion of wood energy in the national consumption from 86 per cent in 2010/11 to 50 per cent by 2020.

## UNITED NATIONS' ACTIONS

As mentioned in the previous parts, The United Nations have been consistently trying to help Rwanda and its people. The most recent project aims to promote food and energy security for agricultural and rural development through bioenergy. It's a partnership between Food and Agriculture Organization (FAO) and the Ministry of Environment.

Bioenergy derives from organic materials, such as wood, agricultural crops or organic waste. It is obtained from recently grown organic material, known as biomass, as



opposed to fossil fuel, which is ancient fossilized biomass. It can be used in electricity, heating, cooling and transport. It can be used in liquid forms such as biofuels, in gaseous forms like biogas, or in solid forms, as is the case when burning wood for energy.

Some of the environmental benefits of bioenergy includes: reduction of pressure on finite natural resources, reduction of greenhouse gas emissions via fossil fuel substitution, the return of land back into production with enhanced biodiversity; and also there are the economic and social benefits: reduced waste management costs, economic growth through business earnings and employment, job creation and more.

Besides that, The FAO Representative in Rwanda, Gualbert Gbehounou said that there is need to address issues related to natural water resource management so to strengthen the country's water governance for greater food security.

*“Climate resilience is an important factor in effective water management. The projects will therefore look at how to maximize every drop of water there is, and analyze and identify potential bioenergy feedstock and technologies that can be developed in Rwanda for both decentralized energy production and for cooking purposes.”*

## QUESTIONS TO PONDER

- 1) What the United Nations can do to ensure the reconstruction of Rwanda twenty-five years after the genocide?
- 2) What actions can be taken to ensure that the use of bioenergy is implemented in Rwanda?
- 3) How the nations can commit to oversee UN actions and ensure the progress of the project?

## COUNTRIES' POSITION

### **Canada**

In 2004, the Canadian Parliament declared April 7 as a Day of Remembrance of the victims of the 1994 Rwandan genocide. On April 7, 2008, the Canadian Parliament unanimously adopted a resolution to designate April 7 as a Day of Reflection on the Prevention of Genocide.



In 2016-17, Canada provided \$24.86M in international assistance to Rwanda, channeled mostly through long-term institutional support to multilateral organizations with activities in Rwanda, and Canadian civil society organizations working, in partnership with local organizations, to improve education, sexual and reproductive health and rights, as well as growth that works for everyone. In addition, in 2018, Canada provided support to the World Food Programme to respond to humanitarian needs of vulnerable populations, including refugees, returnees, and host communities in Rwanda.

Canadian companies' activities in Rwanda are concentrated in the education, mining, transportation, services and energy sectors. Top Canadian merchandise exports to Rwanda include vegetable products; machinery, mechanical and electrical products; and vehicles and equipment. Top Canadian merchandise imports from Rwanda consist mainly of vegetable products.

### **Federal Republic of Germany**

Diplomatic relations between Rwanda and Germany were established in 1962. Ever since, there exist close and trust-based ties. The two countries have embassies in both Kigali and Berlin respectively.

On economic cooperation, Germany's support has been following Rwanda's priorities as stated in vision 2020. The key areas of cooperation include decentralization and sustainable economic development, with a focus on the promotion of the private sector as well as vocational training.

On people-to-people relationships, the partnership between the residents of Rhineland- Palatinate and Rwandan citizens exists since over 32 years. It includes among others partnerships between 49 communities and over 250 schools who hold regular mutual visits to reinforce the partnership.

### **Federative Republic of Brazil**

There is no Brazilian diplomatic representation resident in Rwanda. The Brazilian Embassy in Nairobi is cumulatively responsible for representing Brazil with Rwanda.

### **French Republic**



A French commission of experts is taking a fresh look at France's role in the Rwandan genocide 25 years ago. France had close ties to the old Habyarimana regime, led by the Hutu political elite of the time. Many of the main orchestrators of the genocide fled Rwanda to neighboring Zaire (now the Democratic Republic of Congo) by crossing French protection zones. French president Emmanuel Macron was invited to this year's 25-year genocide commemoration – a further sign of reconciliation. In April 2019, President Macron established a commission of experts to examine archived documents that had previously been under lock and key. It's a move that the Rwandan government has welcomed and has offered its assistance, on condition that the commission strictly focus on the aspect of the role played by France.

## **Japan**

The Japanese ambassador to Rwanda has said that the Reiwa era of Emperor Naruhito will open a new chapter of deepening bilateral relations with the country and Rwanda. The Japan ambassador to Rwanda, Mayishita said that with the beginning of **Reiwa era**, he expects with a well-grounded confidence that the Japan-Rwanda bilateral cooperation will develop further. On his words:

“I am delighted to announce that this number has gone up to 27 companies as of April this year...These companies are in various sectors including agriculture, horticulture. We are now also interesting bigger Japanese companies to come invest in Rwanda”.

## **Kingdom of Belgium**

Belgium colonized Rwanda during the during the 20th century. In 1919, Belgium inherited the colony as part of a League of Nations mandate. Belgian colonizers started more direct control in Rwanda maintaining an existing political system, which allowed native monarchs to rule over the local populous. This policy intensified ethnic divisions and fueled conflict that lasted into 1990s. Today Belgium is the fifth bilateral donor in Rwanda, after the US, the UK, the Netherlands and German.

On April of 2019, the Council of Ministers approved the new country programs for Rwanda. The new country programs focus strongly on entrepreneurship, the development of a local private sector and the promotion of the sexual and reproductive rights and the health of girls and women. The new cooperation program with Rwanda runs until 2023 and will concentrate on better access to sexual and reproductive rights



and health. In addition, attention is devoted to the improvement of value chains in agriculture, the commercialization of agricultural products and sustainable urbanization. Public finance management is the third priority.

### **People's Republic of China**

In November this year (2019), Rwanda and the People's Republic of China will celebrate 48 years since the establishment of diplomatic relations between the two countries. The two countries started bilateral ties only after a decade of Rwanda's independence from Belgium. China's support to Rwanda is not new. The economic giant has recently pumped US\$60 million into Rwanda's agriculture sector and rural development programmes, with an additional \$20 million channeled into solar projects to bring electricity to schools and health centers. It is ten years since the establishment of the Confucius Institute at the University of Rwanda, which teaches the Chinese language and the country's culture. As of today, there are 15 teachers at the school and over 4900 registered students. Apart from the headquarters of the Confucius Institute at the University of Rwanda, there are 13 in various campuses of the university, local middle schools, Chinese-funded enterprises and institutions and other places all over country.

### **Republic of India**

Bilateral relations between India and Rwanda have been cordial and have grown steadily over the years. In 1999, Rwanda officially opened its Mission in New Delhi and appointed its first resident Ambassador in New Delhi in 2001. (Rwanda opted to become a member of the Commonwealth in 2009 even though it had not been a British protectorate or a British colony). India has opened its resident Mission in Kigali with the arrival of High commissioner on 15th August, 2018. The country became a full member of the Common Market for Eastern and Southern Africa (COMESA) Free Trade Area (FTA) in 2004 and subsequently in 2007 it was admitted to the EAC.

Major items of India's exports to Rwanda include, pharmaceuticals, vehicles, textiles, electrical machinery, optical and other precision instruments and plastics. Major imports from Rwanda include coffee, tea, mate, spices, salt, Sulphur, earths and stones, pearls, precious and semi-precious stones and miscellaneous good.

### **Republic of South Sudan**



It's a member of EAC.

## **Republic of Uganda**

Both countries (Uganda and Rwanda) are part of The East African Community (EAC): a regional intergovernmental organization of six Partner - States: The Republics of Burundi, Kenya, Rwanda, South Sudan, the United Republic of Tanzania, and the Republic of Uganda, with its headquarters in Arusha, Tanzania. As one of the fastest growing regional economic blocs in the world, the EAC is widening and deepening co-operation among the Partner States in various key spheres for their mutual benefit. These spheres include political, economic and social.

## **Russian Federation**

Rwanda-Russian relations are good. Currently, both countries enjoy good relations through respective resident Diplomatic Missions at Ambassadorial level. The bilateral cooperation between the two countries revolves around political, military, education, human resource development/training and cultural ties. Russia offers University scholarships for Rwandans, and some training for Police officers.

## **The United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland**

The UK and Rwanda enjoy an excellent bilateral relationship. The UK is not only a committed development partner of Rwanda, but they are dedicated to strengthening the commercial links between the two countries.

The UK is investing £4.8 million in improving the business climate in Rwanda, through DFID's Rwanda Investment Climate Reform Programme 3. The programme will support the deepening of reforms aimed at improving the transparency, predictability and certainty of Rwanda's investment climate, attracting investment and creating competitiveness.

## **United Republic of Tanzania**

It's a member of EAC. The existence of the Rwanda-Tanzania Friendship Association (RWATAFA) on Rwanda's part and Tanzania-Rwanda Friendship Association (TARAFWA) on the part of Tanzania, is testimony of the existence of friendship and cooperation between these two countries. The existing Joint Permanent



Commission provides a sufficient framework for the consolidation of that cooperation. The common purpose to develop the Central Development Corridor from Dar es Salaam to Kigali is one such example. The progress towards extending the railway from Isaka to Kigali is complemented by the business potential of the Central Corridor to bring the countries, economies, and people a lot closer.

### **The United States of America**

The United States assists Rwanda in providing basic health services for the populace; expanding economic opportunities in rural areas, particularly through a strengthened agricultural production and food security program; protecting and promoting the country's unique biodiversity; strengthening democracy engagement between civil society and government; expanding access to electricity; and improving the foundational educational system and skills (literacy, numeracy, and workforce readiness) that prepare Rwandan youth for a modern service-based economy. These goals are carried out through various presidential initiatives such as Feed the Future; Power Africa; Trade Africa; and the Global Health Initiative, including the President's Malaria Initiative and the President's Emergency Plan for AIDS Relief (PEPFAR). U.S. assistance also supports Rwanda's refugee response and promotes regional economic integration to spur business development, entrepreneurship, and increased employment opportunities.

**The Italian Republic, Federal Republic of Somalia and Republic of Poland** did not take a stand on the topic.



## REFERENCES

BBC. Rwanda: **How the genocide happened.** Available at <https://www.bbc.com/news/world-africa-13431486>. Accessed on April 2019

BIOENERGY. **The benefits of bioenergy.** Available at <https://bioenergy-nw.eu/the-benefits-of-bioenergy/>. Accessed on May 2019

BRITANNICA. **Rwanda Genocide of 1994.** Available at <https://www.britannica.com/event/Rwanda-genocide-of-1994>. Accessed on April 2019

CANADA'S INTERNATIONAL GATEWAY. **Canada – Rwanda Relations.** Available at: [https://www.canadainternational.gc.ca/kenya/bilateral\\_relations\\_bilaterales/canada\\_rwanda.aspx?lang=eng](https://www.canadainternational.gc.ca/kenya/bilateral_relations_bilaterales/canada_rwanda.aspx?lang=eng) Accessed on August, 2019.

DIPLOMATIE BELGIUM. **New country programs for Senegal and Rwanda focus on entrepreneurship, the private sector and sexual rights.** Available at: [https://diplomatie.belgium.be/en/newsroom/news/2019/new\\_country\\_programs\\_senegal\\_and\\_rwanda](https://diplomatie.belgium.be/en/newsroom/news/2019/new_country_programs_senegal_and_rwanda). Accessed on August, 2019.

DW. **France and Rwanda: Re-examining France's role in the genocide.** Available at: <https://www.dw.com/en/france-and-rwanda-re-examining-frances-role-in-the-genocide/a-49086564>. Accessed on August, 2019.

DIXON, T; PERCIVAL, V. **Environmental Scarcity and violent conflict: the case of Rwanda.** Available at: <https://homerdixon.com/the-case-of-rwanda-full-article/>. Accessed on May 2019.

EAST AFRICAN COMMUNITY. **Overview of EAC.** Available at: <https://www.eac.int/overview-of-eac>. Accessed on August, 2019.



EMBASSY OF THE REPUBLIC OF RWANDA -GERMANY. **Rwanda-Germany.**

Available at: <http://www.rwanda-botschaft.de/home/?L=1> Accessed on August, 2019.

EMBASSY OF REPUBLIC OF RWANDA – RUSSIA. **Overview.** Available at:

<http://russia.embassy.gov.rw/index.php?id=1572>. Accessed on August, 2019.

EUBIOENERGY. **What is bioenergy.** Available at

<https://www.eubioenergy.com/whatisbioenergy/>. Accessed on May 2019

GAHIMA, A; MOODLEY, V; MUNIEN, S. **Environmental Causes and impacts of the genocide in Rwanda.** Available at <https://www.accord.org.za/ajcr-issues/%EF%BF%BCenvironmental-causes-and-impacts-of-the-genocide-in-rwanda/>.

Accessed on April 2019

GOV.UK. **UK- Rwanda commercial relationship.** Available at:

<https://www.gov.uk/government/publications/rwanda-business-guide/uk-rwanda-commercial-relationship> Accessed on August, 2019.

ITAMARATY. **Representação do Brasil em Ruanda.** Available at:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/pa%C3%ADses/156-brasil-no-exterior/5646-representacao-do-brasil-em-ruanda> Accessed on August, 2019.

KT PRESS. **Japan Will Deepen Bilateral Relations with Rwanda Under Reiwa Era**

– **Ambassador.** Available at: <https://ktpress.rw/2019/05/japan-will-deepen-bilateral-relations-with-rwanda-under-reiwa-era-ambassador/>. Accessed on August, 2019.

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. **India – Rwanda relations.** Available at:

[https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Rwanda\\_Relations\\_\\_December\\_2018.pdf](https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Rwanda_Relations__December_2018.pdf)

Accessed on August, 2019.



TANZANIA EMBASSY. **Rwanda and Tanzania.** Available at:  
<http://tanzania.embassy.gov.rw/diplomatic-relations/rwanda-and-tanzania.html>  
Accessed on August, 2019.

THE NEW TIMES. **Highlights of Rwanda-China relations.** Available at:  
<https://www.newtimes.co.rw/news/highlights-rwanda-china-relations> Accessed on  
August, 2019.

UNITED NATIONS. **Genocide Prevention.** Available at  
<https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide.shtml>. Accessed on April 2019

UNITED NATIONS. **Outreach Programme on the Rwanda Genocide and the United Nations.** Available at <https://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/historical-background.shtml#prior-to-colonial-era>. Accessed on April 2019

UNITED NATIONS. **Outreach Programme on the Rwanda Genocide and the United Nations.** Available at <https://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/about.shtml>.  
Accessed on May. 2019

UN ONE RWANDA. **Environmental.** Available at  
<http://www.rw.one.un.org/mdg/mdg7>. Accessed on May 2019.

UN ONE RWANDA. **Using bioenergy to promote food and energy security for agricultural and rural development.** Available at <http://rw.one.un.org/press-center/news/using-bioenergy-promote-food-and-energy-security-agricultural-and-rural>.  
Accessed on April 2019

US DEPARTMENT OF STATE. **U.S. Relations with Rwanda.** Available at:  
<https://www.state.gov/u-s-relations-with-rwanda/>. Accessed on August, 2019.



# The anti-vaccination movements around the world

---

**Luís Gustavo Queiroga de Araújo**

## **ABSCTRACT**

Since the development of the first measles vaccine in 1789, movements and conspiracy theories against the vaccines have emerged, contradicting evidence and scientific researches. However, in the last few years, these movements had grown and are getting stronger, especially in regions like the United States and Europe. This big wave emerged after the publication of an article by the British Andrew Wakefield, in which he links the Measles, Mumps and Rubella (MMR) vaccination to the appearance of autism, cancer and bowel disease. Later, it was proven that the research was fraudulent and it was retracted. The author lost his medical license in the United Kingdom, although he keeps spreading his arguments around the U.S.

However, his ideas were propagated around the world, gaining lots of believers and supporters. Therefore, the cases of Measles, Mumps and also Rubella started to increase, even though they once were eradicated in some countries. In Europe, the numbers of Measles cases increased almost 400% in 2017, resulting in 35 deaths. Also, in the U.S., in 2013, three large outbreaks of Measles occurred in communities where parents did not vaccinate their children due to these beliefs. Despite of the laws, researches and the awareness, the believers of the anti-vaccine movement are increasing every year, violating the Human Rights and making it an important agenda of the World Health Organization.

## **INTRODUCTION**

The World Health Organization (WHO) says that “vaccine is a biological preparation that improves immunity to a particular disease”. The vaccines are made of agents that are similar to virus or bacteria, usually from mortal remains, toxins or even surface proteins of the virus or bacteria. Therefore, the agent simulates and activates the immune system to take action, producing antibodies and creating a memory, so in the future, the body can eliminate the virus or the bacteria in a fast and effective way, bringing immunity and health to the patient.

---

---



It can be noted that the vaccine is important to the medicine for being a way of preventing diseases. Its origin starts at the ancient Greek, in mid-430 BCE, when physicians, that did not know about the antibodies yet, started to notice that people who were infected with smallpox and survived, ended up developing resistance and immunity to the virus, suppressing reinfections. But the first one to truly develop a vaccine were the Chinese people during the medieval period

The Chinese people discovered that when healthy people were exposed to the smallpox scab tissue, later would be harder for them to get infected and if they were, it would be in a less dangerous form of the disease. So, they crushed the smallpox scab until it turned into powder, making the patient inhale the powder through the nose. This form of prevention of diseases was known as inoculation and it was popular in China, India and Turkey, with its creation dated from 900 to 1000 AC.

Only in the 18th century the inoculation was brought to the West, when Lady Mary Montagu, an aristocrat and wife of the England's ambassador to Turkey, found out about the technique and wanted to immunize her son from the disease. In 1721, Montagu inoculated her six-year-old son, even though the risk of the technique, which used to kill about 2-3 percent of the people, and it was a success, being the first inoculation in England and in the West. A few years later, the idea was adopted by the European people, but there was also some resistance to it

Around 1760, the English scientist Edward Jenner noticed that workers that were infected by the cowpox, a less powerful disease than the smallpox, ended up developing immunity to the smallpox. Noting that, he extracted pus from an infected person with cowpox and injected into the arm of an eight-year-old boy. The boy then never caught smallpox and this experiment made Jenner the "father of immunology", being the first one to truly develop a vaccine.

During the following decades, Jenner's method against the cowpox got popular and was named of "vaccination". So, there was the vaccines against both cowpox (vaccination) and smallpox (inoculation) in England. But, a few years later, the English government decided to banish the inoculation because of the risk and also the mortality rate. From this popularization, the vaccine quickly spread in various countries, new vaccines, like the cholera vaccine, were also created. Thus, in 1980, the smallpox was stated as eradicated worldwide.

The anti-vaccine movements exist since the creation of the vaccines. However, the most recent wave came before the publication of a research by the British Andrew



Wakefield. In this article, he linked the appearance of autism in kids and the Measles, Mumps and Rubella (MMR) vaccination. This study was first published in 1998 by the renowned scientist magazine, “The Lancet”, and the information got spread really fast, causing this big wave of fear and an enormous fall of the vaccination levels in lots of countries, such as United Kingdom.

Later it was revealed that the article was not accurate, and that Wakefield manipulated the research to help his false theory. He did not have authorization to do the clinical trials and ended up losing his medical license in the United Kingdom. In 2004, the Lancet magazine apologized for the mistake of publishing the article. A big number of research and articles were later published, proving that Wakefield’s theory was false. Even so, lots of parents remained and are still not vaccinating their children.

This gave strength and increased the anti-vaccination movements nowadays. A lot of countries, especially in Europe and North America, are suffering with these waves, even with the laws and punishments. Wakefield now goes through the United States spreading his ideology and gaining new believers of his theory every day, making the authorities and agencies, such as the World Health Organization, very concerned about the situation.

On its list of “10 Threats to Global Health in 2019”, the World Health Organization listed the anti-vaccination movements as one of the main threats:

*“Vaccine hesitancy – the reluctance or refusal to vaccinate despite the availability of vaccines – threatens to reverse progress made in tackling vaccine-preventable diseases. Vaccination is one of the most cost-effective ways of avoiding disease – it currently prevents 2-3 million deaths a year, and a further 1.5 million could be avoided if global coverage of vaccinations improved.” (World Health Organization, 2019)*

WHO mentioned that the reasons that make people avoid the vaccines are complex, and it can put lots of people in a dangerous situation. Also says that some eradicated diseases are turning back, such as Measles, and more regionally other diseases like Poliomyelitis, Diphtheria and Rubella. The anti-vaccination movements are a real and rising problem, which deserves even more attention and a joint work of agencies with the governments.

## THE PRESENT SITUATION

The anti-vaccine movements are getting stronger every year. In 2019, the World Health Organization (WHO) published a list of 10 threats to global health. The vaccine hesitancy is listed as one of these threats for being really dangerous and bringing old and



eradicated diseases back, such as Measles. They mention that 2-3 million deaths are prevented by the vaccines every year and could also prevent more 1.5 million if the vaccine coverage was improved.

The United States and European countries, such as the United Kingdom, are the most notable cases. In the U.S., a country that previously eliminated Measles in 2000, cases of the disease are increasing. Children are being kept out of the schools to avoid the contact with the virus in areas like Portland. It started when an infected person from another country visited the city, contaminating a non-inoculated child. So, the virus started to spread into schools, churches, hospitals and other areas where the kids were.

Other diseases are also having an outbreak in the United States. There are recently new cases of Mumps, Influenza, Human Papillomavirus (HPV), Hepatitis A, and also the Tuberculosis. There were 764 cases of Measles as of early May, 2019. These outbreaks happen in states where the laws allow families to skip the vaccines if they express a personal objection. It helps the spreading of the diseases and can affect even the part of the population that was vaccinated, and is also a free pass for the anti-vaccine groups to act and influence people.

While states as California, West Virginia, Mississippi and Arizona do not allow religious or personal-belief exemptions, the rest of the country is still dealing with diseases outbreaks, especially in Jewish communities, because of people who are being influenced by websites of false information about the vaccines. A group called PEACH (Parents Educating and Advocating for Children's Health) is one of the responsible for this. Since 2014, they have been circulating magazines and pamphlets that claim vaccines are against Jewish laws, spreading stories about children being irreparably harmed by vaccines.

A Voice for Choice is also another big source spreading false information about vaccines, mainly in the United States. They promote theories about vaccines that are unsupported and that have been denied by the scientific literature and research. They also offer support to parents on avoiding the vaccination and bring information about the ingredients. They use an easy language that can be understood by everyone, and also using the internet for having an easy access, this way they can reach more people and can gain new believers and adepts to the movement.

The anti-vaccine movements were not invented by the internet, but it is being an important tool for these groups nowadays. Digital platforms, such as Facebook, YouTube and Twitter, are important to this movement in lots of countries too. In Australia, a group



called Australian Vaccination-risks Network Inc. (AVN) pays ads on Facebook to spread their theories around the country, and the platform is acting slowly on banning this false information and keeps on accepting them. It is making outbreaks of diseases in various areas of the country.

Also, in Europe, the number of people infected by Measles has increased. In 2018, 82 596 people were infected by the virus in 47 countries, and 72 of them died. It was 3 times the number of people infected in 2017, making it a new record of infected people in Europe. The numbers are continuing to increase in 2019. The monthly report provided by the European Centre of Disease Prevention and Control (ECDC) shows that, on February 2019, 1 082 cases of Measles were reported by 24 countries, when in January 2019 there were 881 cases reported by 19 countries.

There are also reports of Measles cases in areas as Indonesia, Philippines and Malaysia. Meanwhile, India keeps the number one spot of cases of Measles in the world. In Brazil, eradicated diseases are also returning. The Brazilian Health Ministry has reported that Measles cases are growing, especially in the North of Brazil, and also says that the Polio vaccine coverage are very low in more than 300 cities. Taking account of all of the reports around the world, the anti-vaccine movements are the biggest contributors to these numbers and are clearly a global issue.

## UNITED NATIONS' ACTIONS

The United Nations has not taken any direct actions about the anti-vaccination movements as of today. But the secretary-general has spoken about the topic a few times, as well as the World Health Organization. Some actions taken were directly on the vaccine's coverage and awareness, especially in countries where the access to the vaccines are difficult. But the anti-vaccination movements are still a not notable topic on the UN reports.

In 2019, the secretary-general of the United Nations, António Guterres, welcomed the Immunization Week, which is celebrated every year in the last week of April, saluting health workers and their work on the vaccines all around the world. The 2019 campaign has the theme "Protected Together: Vaccines Works!", focusing on the awareness for being very and particularly important nowadays, and also on celebrating the professionals who help on ensure everyone is protected by the vaccines.



The World Health Organization (WHO) has focused more on the topic. Reports have shown that Measles cases rose by 300 percent in the first three months of 2019, when compared to the same period last year. In 2018, 230,000 cases of measles were reported, while in 2017 there were 173,000, showing how much the cases are growing. This is also due to the anti-vaccination groups, especially in Europe and North America, where the cases have increased the most. It is also important to point that these cases are only the reported part of the real number of cases.

The organization has also realized a guide where they say how to respond to anti-vaccine or vaccine deniers. This guide introduces the situation of the anti-vaccination movement and how it can be dangerous, and then introduces arguments and ways to speak properly with these groups in public. This is an interesting point that shows a little of how the organization is starting to deal with the massive situation that is increasing every day.

According to the WHO, the world still has more than 20 million unvaccinated or under-vaccinated children. The WHO's Department of Immunization, Vaccines and Biologicals has said that the whole WHO, Ministries of Health and other partners need to take action urgently to improve the vaccine coverage, not only for Measles, but also for diseases such as Polio, making sure it is available for everyone, majorly for kids. This shows why the world, and also the United Nations, should pay more attention on the topic.

## QUESTIONS TO PONDER

- 1) What can the United Nations and the Economic and Social Council do to effectively prevent and stop the anti-vaccine groups?
- 2) Forbidding these groups and the anti-vaccine movements would be an act against the free speech and the democracy?
- 3) How can the nations make people and, specially, the parents aware to vaccinate their children?
- 4) How can the nations expand the vaccine coverage and provide them to everyone?
- 5) What actions could the UN take to ensure the children are being vaccinated and that the nations are ensuring it?

## COUNTRIES' POSITION

### **Canada**



Only 3 states have laws that prohibit unvaccinated children from attending schools. Nevertheless, as in the United States, there are exemptions in cases of religious, medical or ideological nature.

### **Federal Republic of Germany**

Vaccines in Germany are recommended, but due to the increase in measles cases, the government intends to adopt a mandatory character in the vaccine against the disease.

### **Federal Republic of Somalia**

Somalia has a high child mortality rate due to low vaccination coverage in the country. Only 30% -40% of children are immunized against the 6 major childhood diseases, which is due to the country's poverty and lack of resources.

### **Federative Republic of Brazil**

In 2017 Brazil had 0 measles cases, while in 2018 over 10,000 were reported. It is pointed out that this was due to Venezuelan refugees in the country and the low vaccination rate in the states receiving these refugees. In addition, many rumors have been spread about vaccines through messaging applications. The current government has no strong campaign against anti-vaccine groups.

### **French Republic**

In a survey, EBioMedicine pointed out that 42% of the French population do not believe that vaccines are safe, which means only 90% of their population is vaccinated. Health Minister Agnes Buzyn said that, imposing obligations goes against her character, but in the case of vaccines is justifiable.

### **Italian Republic**

The 5 Star Movement (M5S) became a large part of a populist government coalition in 2018, this movement points out that vaccines are linked to cases of autism and even leukemia. They oppose the current mandatory nature of vaccines in Italy and, moreover, vaccine adherence rates have fallen by more than 85% in recent years.

### **Japan**



Experts say that Japan is more than a decade behind in inoculation compared to America and Europe. This is because the government has banned the MMR vaccine for several years, leaving a portion of the population less immunized. In 2019, the country suffered from the impact of an anti-vaccine group, which has already retracted, but the largest measles outbreak in decades has been recorded.

### **Kingdom of Belgium**

The vaccine against polio is the only one with a mandatory character, all others are recommended

### **People's Republic of China**

Changsheng Biotechnology, a major Chinese vaccine producer, has recently been the target of scandals involving the production of its products. The president and 4 senior executives are under investigation. In addition to this, several other cases of vaccine-producing scandals occurred in China during this decade. In an official statement, the prime minister said that all illegal acts that undermine the health and safety of the population will be suppressed.

### **Republic of India**

India suffers from the rise of fake news spread across the internet. A nurse was attacked during a vaccination campaign and several places are banning such campaigns. Much of this is due to Indian religious motives and traditions.

### **Republic of Poland**

Poland has 11 mandatory vaccines, but in recent years, vaccination rates, especially for VASPR, have been falling sharply, causing major outbreaks of disease in the country.

### **Republic of South Sudan**

South Sudan suffers from large numbers of measles cases due to the low level of vaccination in the country. This is due to the level of poverty and lack of government resources.

### **Republic of Uganda**



Uganda has the Uganda National Expanded Program on Immunization (UNEPI), which is a program that aims to immunize the population against vaccine-preventable diseases for free.

### **Russian Federation**

Russian trolls were responsible for spreading misinformation about vaccines in the United States according to studies by George Washington University. Russia does not have any mandatory vaccines and also has a shortage of vaccine coverage

### **Ukraine**

Ukraine has been through a big measles outbreak. Also, recently, it was discovered that a lot of parents were getting fake vaccination certificates to avoid getting their children vaccinated. The country is also in the top 10 list by the World Health Organization of the countries with the highest number of unvaccinated kids. However, vaccines in Ukraine are still only recommendatory.

### **The United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland**

Currently, all UK vaccines are only recommended by the government, giving parents a chance to choose not to vaccinate their children. Still, vaccine rates have declined since 2014 and measles cases have increased.

### **United Republic of Tanzania**

Tanzania has 5 mandatory vaccines, including VASPR.

### **The United States of America**

The United States is currently the country with the largest concentration of anti-vaccine movement groups. The first two months of 2019 already report more than 170 cases of measles. All states prohibit unvaccinated children from attending schools, but some states allow for medical, religious or philosophical exemptions.





## REFERENCES

BBC. **How anti-vaccine movements threaten global health.** Available at <https://www.bbc.com/news/health-48585036>. Accessed on July 2019.

BOGLE, Ariel. **How Facebook's anti-vaccination movement is kept in check by these Aussie volunteers.** ABC News. Available at <https://www.abc.net.au/news/science/2019-03-07/australian-volunteers-fight-anti-vaccination-facebook/10876744>. Accessed on May 2019.

BOZOLLA, Elena. **Mandatory vaccinations in European countries, undocumented information, false news and the impact on vaccination uptake: the position of the Italian pediatric society.** Available at <https://ijponline.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13052-018-0504-y>. Accessed on July 2019.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Measles Cases and Outbreaks.** Available at <https://www.cdc.gov/measles/cases-outbreaks.html>. Accessed on May 2019.

CHALABI, Mona. **How measles outbreaks have spread amid the anti-vaccine movement.** The Guardian. Available at <https://www.theguardian.com/news/datablog/2019/jan/31/measles-outbreaks-us-anti-vaccine-movement>. Accessed on May 2019.

CHAPMAN, Jonathan. **Anti-vaccination movement.** Vaccination research group. 2010. Available at <https://vtechworks.lib.vt.edu/handle/10919/80325>. Accessed on April 2019.

DEUTSCHE WELLE. **China investiga farmacêutica após escândalo de vacinas.** Available at: <https://www.dw.com/pt-br/china-investiga-farmacêutica-após-escândalo-de-vacinas/a-44797751-0>. Accessed on July 2019.

DUJARRIC, Stephane. Highlights of the noon briefing. **Office of the Spokesperson for the UN Secretary-General,** 14 Feb, 2019. Available at <https://www.un.org/sg/en/content/highlight/2019-02-14.html>. Accessed on 20 May, 2019.



DUJARRIC, Stephane. Highlights of the noon briefing. **Office of the Spokesperson for the UN Secretary-General**, 24 April, 2019. Available at <https://www.un.org/sg/en/content/highlight/2019-04-24.html>. Accessed on 20 May, 2019.

EVRONY, Ayelet, CAPLAN, Arthur. **The overlooked dangers of anti-vaccination groups' social media presence**. Human Vaccines & Immunotherapeutics. Available at <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5489284/>. Accessed on May 2019.

FINNEGAN, Gary. **MMR RATES FALL IN POLAND – DESPITE MANDATORY VACCINATION RULES**. Available at: <https://www.vaccinestoday.eu/stories/mmr-rates-fall-poland-despite-mandatory-vaccination-rules/>. Accessed on July 2019.

FREMPONG, Erica. **Diversity and vaccine controversy**. Vaccination research group. 2010. Available at <https://vtechworks.lib.vt.edu/handle/10919/80326>. Accessed on April 2019.

IAMAT. **South Sudan Recommended Vaccinations: Routine Immunizations**. Available at: <https://www.iamat.org/country/south-sudan/risk/routine-immunizations?CFID=65676063&CFTOKEN=cb52653a2603d9d5-4738C84C-D57F-A509-E8C9767FE101BB21>. Accessed on July 2019.

Institute of Medicine (IOM). **Immunization safety review: Thimerosal - containing vaccines and neurodevelopmental disorders**. Washington, DC. National Academies Press, 2001.

THE LANCET. **Vaccine scandal and confidence crisis in China**. Available at [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)31695-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)31695-7/fulltext). Accessed on July 2019.

MCKINLEY, Jesse. Measles Outbreak: N.Y. **Is Still Allowing Religious Vaccine Exemptions**. The New York Times. Available at <https://www.nytimes.com/2019/05/01/nyregion/measles-vaccinations-nyc-rockland.html>. Accessed on 06 May, 2019.

MENDES, Amanda. **Alerta: 312 cidades têm baixa cobertura vacinal da pólio**. Available at <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43797-ministerio-da-saude-alerta-para-baixas-coberturas-vacinais-para-polio>. Accessed on 06 May, 2019



MENDES, Amanda. **Ministério da Saúde atualiza casos de sarampo**. Available at <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44148-ministerio-da-saude-atualiza-casos-de-sarampo-4>. Accessed on May 2019.

MINISTRY OF HEALTH UGANDA. **Uganda National Expanded Program on Immunisation (UNEPI)**. Available at: <https://health.go.ug/programs/uganda-national-expanded-program-immunisation-unepi>. Accessed on July 2019.

MITH, Lydia. **How the anti-vaccine movement targets cities – and creates disease ‘hotspots’**. Available at <https://www.theguardian.com/cities/2019/mar/14/are-urban-anti-vaccine-hotspots-putting-children-at-risk>. Accessed on 05 May, 2019.

PICHETA, Rob. **WHO prioritizes water, sanitation and hygiene (WASH) services in health care facilities to achieve health goals in South Sudan**. Available at: <https://edition.cnn.com/2019/07/17/health/germany-measles-mandatory-vaccine-scli-intl/index.html>. Accessed on July 2019

O’KANE, Caitilin. **Russian trolls fueled anti-vaccination debate in U.S. by spreading misinformation on Twitter, study finds**. Available at <https://www.cbsnews.com/news/anti-vax-movement-russian-trolls-fueled-anti-vaccination-debate-in-us-by-spreading-misinformation-twitter-study/>. Accessed on July 2019

ORTIZ, Jorge L. **Anti-vaxxers open door for measles, mumps, other old-time diseases back from near extinction**. Available at <https://www.usatoday.com/story/news/health/2019/03/28/anti-vaxxers-open-door-measles-mumps-old-time-diseases/3295390002/>. Accessed on 05 Mat, 2019.

PLOTKIN, Stanley Alan. **History of vaccine development**. Philadelphia. Springer Science+Business Media, 2011.

PYM, Hugh. **Minister targets anti-vaccination websites**. Available at <https://www.bbc.com/news/health-47699791>. Accessed on 06 May, 2019.

RAO, T. S.; ANDRADE, Chittaranjan. **The MMR vaccine and autism: Sensation, refutation, retraction, and fraud**. Indian J Psychiatry, 2011.

TOBIN, Meaghan. **Measles cases spike in Indonesia, Malaysia and Philippines as anti-vaxxers take to social media**. Available at <https://www.scmp.com/week->



asia/health-environment/article/3003734/measles-vaccine-preventable-diseases-rise-southeast. Accessed on 06 May, 2019.

TROPICAL MEDICAL BUREAU. **Vaccinations for Russia.** Available at <https://www.tmb.ie/destinations/vaccinations-for-russia>. Accessed on July 2019.

WATLIN, Eve. **7 COUNTRIES WHERE ANTI-VAXXER MYTHS ARE FUELING OUTBREAKS.** Available at: <https://www.newsweek.com/anti-vaxxers-france-japan-1353202>. Accessed on July 2019.

WHO. **Somalia.** Available at: <http://www.emro.who.int/som/programmes/epi.html>. Accessed on July 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **HOW TO RESPOND TO VOCAL VACCINE DENIERS IN PUBLIC**, Copenhagen: World Health Organization, 2017. Available at [http://www.euro.who.int/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0005/315761/Best-practice-guidance-respond-vocal-vaccine-deniers-public.pdf](http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0005/315761/Best-practice-guidance-respond-vocal-vaccine-deniers-public.pdf). Access on 21 May, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ten threats to global health in 2019.** Available at <https://www.who.int/emergencies/ten-threats-to-global-health-in-2019>. Accessed on April 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Vaccines.** Available at <https://www.who.int/topics/vaccines/en/>. Accessed on April 2019.

World Health Organization. **MEASLES in Europe: record number of both sick and immunized.** Available at <http://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2019/measles-in-europe-record-number-of-both-sick-and-immunized>. Accessed on 06 May, 2019.



---

## Parte 3

# Conselho Econômico e Social

Secundaristas

---





# Crise Hídrica e a Falta de Água em Centros Médicos

**Luiz Gustavo Lino Pereira**

**Tradução: Rodrigo Mota**

## INTRODUÇÃO

O acesso à água potável e saneamento não acontece da mesma maneira em todos os lugares ao redor do mundo. Estatísticas mostram que hoje, 1 entre 9 pessoas não possui acesso à água potável e 1 entre 3 pessoas não tem acesso a um banheiro.

De acordo a Organização Water (2019), mulheres e meninas passam 200 milhões de horas coletando água todos os dias. Analisando os dados, é notável que as mulheres são as mais afetadas sobre a preocupação sobre a falta d'água, resultando em um ciclo que impossibilita as mulheres de fazerem outras atividades, como trabalhar, ir à escola ou mesmo cuidarem de suas famílias e vida pessoal.

A crise hídrica também é uma crise de saúde. O acesso a instalações básicas de água e saneamento melhora a saúde e previne a propagação de doenças infecciosas e reduz a mortalidade materna e taxas de mortalidade infantil.

As Nações Unidas reportaram que encontraram cerca de dois milhões de pessoas ao redor do mundo utilizam centros médicos que carecem de serviços básicos de água, o que mostra que 1 em 4 centros médico faltam instalações básicas de água.

Como disse António Guterres (2019), Secretário-Geral das Nações Unidas

Água, saneamento e higiene nas unidades de saúde são os requisitos mais básicos na prevenção e controle de infecção e de controle de qualidade. Eles são fundamentais para o respeito da dignidade e direitos humanos de cada pessoa que procura cuidados de saúde e dos trabalhadores de saúde.

Na Assembleia Mundial de 2019, que aconteceu em maio, os governos debateram uma resolução sobre Água, Saneamento e Higiene nos centros médicos, que foi unanimemente aprovado pelo Conselho Executivo da Organização Mundial de Saúde.

Água é uma natural e limitada fonte de vida. É utilizada pelo ser humano para uma enorme variedade de propósitos, como a geração de energia, produção industrial, recreação, e para as necessidades vitais como beber, cozinhar, higienizar e lavar. Quando as pessoas olham fotos da Terra vista do espaço, nós conseguimos ver uma grande escala



de água azul, mas analisando de perto, apenas uma pequena porcentagem de toda a água azul que humanos podem realmente usar para suas necessidades vitais.

Comparando o acesso às instalações básicas de água nos países do primeiro mundo com os países de terceiro mundo, é possível notar uma grande discrepância na facilidade de acesso à água. Como afirmou Biswas (1981):

Visto de uma perspectiva global, a disponibilidade de água potável para comunidades cai dentro de dois extremos. Em um extremo estão as cidades urbanizadas de países avançados industrialmente, onde todos possuem água encanada e serviço de esgoto em suas casas. A qualidade da água é excelente e está disponível em quantidade ilimitada e econômica. [...] no outro extremo temos as comunidades rurais dos países em desenvolvimento, que comumente não possui serviços de nenhum tipo, seja de água potável ou de eliminação de excrementos.

O saneamento público foi um problema com o início da vida estabelecida – quando as pessoas começaram a viver em um lugar ao longo do ano. A necessidade de manter os suprimentos de água limpos tornou-se um desafio, que foi abordado nas cidades e acompanhou o ritmo de crescimento das cidades e sua complexidade.

O Cloaca Maxima foi um grande sistema de esgoto construído por Roma e foi um dos mais elaborados sistemas da época. O Império Romano cobriu o que era um sistema de esgoto ao ar livre e o transformou em sistema fechado, no qual ligava o sistema de esgoto subterrâneo a banheiros públicos e latrinas. De acordo Casson (1998):

O sistema de aquedutos que conectava Roma, onde havia sete aquedutos no século I d.C. trouxe o suprimento de água doce para a cidade. O elaborado sistema de remoção de resíduos e o fornecimento de água doce para Roma permitiu-lhe crescer substancialmente em tamanho, alcançando mais de um milhão de pessoas, tornando-se a primeira cidade a alcançar esse tamanho. Os Romanos levaram o saneamento a sério, assim que eles perceberam os benefícios para a saúde. Postos avançados e outras cidades em todo o império utilizavam aquedutos, latrinas, e sistemas de esgoto para manter as áreas limpas.

Nos dias atuais, aproximadamente 800 milhões de pessoas sofrem com a falta de água potável, e de acordo com Seung-Soo (2015), “[...] Na maioria dos países, o abastecimento de água é insuficiente para atender às necessidades urbanas, industriais, agrícolas e ambientais. [...]”. Assim, 80% das doenças no terceiro mundo estão diretamente ligadas à falta de água e saneamento.

De acordo com o governo canadense (2017), “[...] em muitos países, a poluição ou o aumento do nível do mar estão contaminando fontes confiáveis de água. Estresse hídrico e falta de saneamento afeta desproporcionalmente mulheres e meninas. Esses



fatores podem afetar sua saúde, segurança e oportunidades de engajarem em atividades econômicas. [...]”

Este deficit em instalações hídricas básicas nos países menos desenvolvidos é, como as Nações Unidas diz,

[...] particularmente importante para mães e recém-nascidos, porque estima-se que um entre cinco nascimentos ocorrem globalmente nos 47 países mais pobres do mundo, o que significa que a cada ano, 17 milhões de mulheres nesses países dão a luz em centros médicos com água, saneamento e suprimentos de higiene inadequados.

Recentemente, uma pesquisa chamada “Limpeza em centros médicos: relatório global Baseline 2019” foi feita com o proposta de avaliar e fornecer estatísticas sobre “a disponibilidade de de instalações de lavagem de mãos, eliminação de resíduos e serviços de limpeza ambiental nos centros médicos ao redor do mundo.” (PAUL, 2019). A pesquisa é a primeira abrangendo globalmente avaliação da água, saneamento e higiene (limpeza) nos centros médicos e também aponta que mais de um milhão de mortes a cada ano estão associadas a infecções contraídas em partos em situações insalubres, demonstrando também que 1 entre 5 centros médicos não possuem serviço de saneamento, impactando 1,5 bilhões de pessoas.

Fornecer acesso à água potável e saneamento é o sexto objetivo da Organização das Nações Unidas, Programa de Desenvolvimento Sustentável até 2030, e tem algumas metas que passam pelo fornecimento e acesso universal e acessível à água potável, equilibrado e adequado sistema de saneamento e melhora da qualidade da água, e as metas de água estão incluídas em todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030.

## ATUALIDADES

Em 2015, mais de 90% da população mundial utilizaram fontes de água potável melhoradas e cerca de 4,9 bilhões de pessoas usaram instalações de saneamento melhoradas. No entanto, isso não parece tal progresso para as 3 em cada 10 pessoas que ainda não tem acesso individual à água potável em suas casas.

De acordo Paul Poman (2018), essas questões se tornarão piores com os recursos hídricos tornam-se mais escassos, e “[...] em 22 países, principalmente no norte da África e na Ásia, o estresse hídrico está acima dos 70%, indicando uma forte probabilidade de futura escassez de água” .



Nesses países, muitos deles são assolados pela violência, pelo deslocamento, pelo conflito e instabilidade, crianças e adultos têm seus direitos violados, incluindo o direito ao acesso a água potável e saneamento.

Como evidenciado pelo UNICEF (2017),

No Iêmen, um país que sofre com o impacto de mais de dois anos de conflito, as redes de abastecimento de água que atendem as maiores cidades do país estão em colapso devido aos danos e as ruínas infligidos pela guerra. Cerca de 15 milhões de pessoas no país tiveram o acesso regular à água e saneamento cortado. Quanto à Síria, onde o conflito está em seu sétimo ano, cerca de 15 milhões de pessoas precisam de água potável, incluído uma estimativa de 6,4 milhões de crianças. Água tem sido utilizada frequentemente como uma arma de guerra: só em 2016 houve pelo menos 30 cortes deliberados de água – incluindo Aleppo, Damasco, Hama, Raqqa e Dara, com bombas e fontes de água contaminadas.

Como resultado desta falta de água potável e saneamento, as crianças representam mais de 53% dos meio milhão de casos de suspeita de cólera e diarreia aquosa aguda no Iêmen. Somália e Sudão do Sul estão também sofrendo com cólera e diarreia com quase 77.000 casos na Somália e 19.000 no Sudão do Sul, sendo a crise de cólera mais severa que o Sudão do Sul já experimentou.

Como mencionado por Anthony Lake (2017), o acesso à água potável, saneamento efetivo e higiene são essenciais para a saúde de todas as crianças e todas as comunidades – e, portanto, são essenciais para a construção de sociedades fortes, saudáveis e mais equitativas, o qual não deveria ser um privilégio de apenas aqueles que são ricos ou vivem em centros urbanos.

Em Uganda, as doenças transmitidas pela água continuam a ser uma das principais causas de mortalidade infantil em crianças menores de cinco anos. Uma escola primária em Uganda, que não tem uma cantina, está fornecendo água limpa para seus alunos com a ajuda de um dispositivo chamado “Purifaaya”, que de acordo com Kaggwa (2018),

O Purifaaya tem um filtro de cerâmica dentro do dispensador de plástico feito inteiramente com materiais locais: argila, serragem e uma fina camada de nitrato de prata para melhorar a remoção de bactérias. Este vaso de cerâmica permite que a água esorra, mantendo o seu sabor e perfume, enquanto captura vírus, poluentes e materiais orgânicos e inorgânicos maiores que meio micrão. Seu processo de filtragem baseado em gravidade permite uma taxa de fluxo de até três litros por hora.

Antes das escolas em Uganda receberem a Purifaaya como uma doação, os estudantes bebiam principalmente água fervida, e às vezes, a água ainda estava quente na



hora do almoço ou no intervalo, e as pessoas que trabalhavam nas escolas tinham que deixar a água ao ar livre para esfriar.

Essas desigualdades significativas também colocavam a implementação das Metas de Desenvolvimento, em particular a meta 6, sobre a garantia de disponibilidade e gestão de água e saneamento para todos, em risco.

## AÇÕES DA ONU

Direitos Humanos são baseados nos princípios da universalidade, inalienabilidade, indivisibilidade, indivisibilidade e interdependência, não importando cor, sexo, língua, religião, etnia, sexualidade, orientação ou quaisquer outras estatísticas.

Como afirmado por Albuquerque (2013),

O direito humano à água e ao saneamento determina que todos tenham o direito que todos tenham o direito a água e saneamento disponíveis e fisicamente acessíveis e econômico. O serviço tem que ser aceitável e fornecido com qualidade para todos, livre de qualquer tipo de discriminação. O direito humano determina igualmente que os Estados devem progressivamente eliminar as desigualdades no acesso à água e ao saneamento – desigualdades entre rural e áreas urbanas, assentamentos formais e informais, segmentos ricos e pobres da população.

Em dezembro de 2013, o Relator Especial da ONU sobre os direitos humanos ao consumo de água potável e saneamento, Catarina de Albuquerque, instou as autoridades brasileiras em todos os níveis a dar maior prioridade as pessoas mais vulneráveis em termos econômicos e sociais em matéria de acesso à água potável e saneamento para certificar que as desigualdades dentro do país estão eliminadas e toda a população recebeu acesso à água limpa e potável e saneamento.

Com o baixo investimento em saneamento, a saúde pública é afetada com o alto custo dos tratamentos de doenças, como a diarreia, que atingiu aproximadamente 400 mil pessoas diagnosticadas em 2011, com custo em torno de US\$ 150 bilhões.

De acordo com Heller (2019):

O saneamento é pessoal, coletivo e um bem comum. Saneamento não é apenas sobre construção de banheiros ou esgoto. É sobre entender as necessidades das pessoas e encontrar soluções seguras e sustentáveis que garantam a dignidade de todos. Portanto, percebendo o que o direito humano não é uma tarefa simples. Não há atalho. Precisamos continuar conversando abertamente sobre



saneamento e trabalhando com fortes compromissos de todos atores. Nós temos apenas 12 anos até o prazo das Metas de Desenvolvimento Sustentável Mundial.

O Relator Especial sobre os Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento, Léo Heller, visitou a Índia em novembro de 2017 para assegurar a situação relacionada com o 6º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável Global. Heller observou que a Índia está passando por um processo para implementar vários programas nacionais que estejam dispostos a melhorar o acesso à água potável e saneamento básico, como o Swachh Bharat Abhiyan (Missão Índia Limpa), e garantir o direito a água potável e saneamento para a população da Índia.

Em setembro de 2018, o Conselho de Direitos Humanos teve sua 39ª Assembleia Geral, e foi discutido sobre os Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento. Os Estados-Membros reconheceram a importância de proporcionar acesso à água potável e saneamento para todos, sem discriminação, e reafirmaram que:

Os Estados têm a responsabilidade primária de assegurar a plena realização de todos os direitos e deve tomar medidas, a nível nacional e através de assistência internacional e cooperação, especialmente econômica e técnica, ao máximo de sua disponibilidade recursos humanos, para alcançar progressivamente a plena realização dos direitos à água e saneamento por todos os meios apropriados, incluindo, em particular, a adoção de medidas legislativas na implementação das suas obrigações em matéria de direitos humanos (Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos, 39ª Assembleia, 2018)

Os Estados-Membros salientaram igualmente o importante papel da assistência técnica pelos Estados e a cooperação internacional entre agências especializadas da ONU e desenvolvimento de parceiros.

A Assembleia Geral também instou os Estados a implementarem alvos e Metas para o Desenvolvimento Sustentável, para monitorar e analisar o status da realização do Direito Humano a Água Potável e Saneamento e aumentar os esforços para melhorar a disponibilidade. Também apelou ao Estado para promover a liderança das mulheres e sua participação sobre a tomada de decisões sobre o tema água e saneamento, e incentivou os governos a manterem respondendo favoravelmente aos pedidos de visita e informação da Relatoria Especial da ONU e decidiu continuar a discussão sobre a sua 42ª sessão, que está prevista para acontecer em Setembro de 2019.

Na questão dos Centros de Saúde, as Nações Unidas divulgaram um relatório de linha global sobre WASH (Água, Saneamento e Higiene) em instituições de saúde, enfocando a falta de água e saneamento nessas unidades de saúde. Não só a falta de água



e saneamento compromete a segurança do paciente, mas “[...] também tem o potencial exacerbado de propagação de infecções resistentes aos antibióticos e prejudica os esforços para melhorar a saúde materna.” (Organização Mundial da Saúde, 2019).

Em maio de 2019, aconteceu o 72<sup>a</sup> Assembleia Mundial de Saúde em Genebra, Suíça, e os Estados-Membros acordaram uma nova resolução para melhorar os serviços de água e saneamento básico em centros médicos e insta os Estados-Membros a priorizar água e saneamento para uma saúde mais segura em todo o mundo.

A resolução também pede aos Estados-Membros que

[...] desenvolvam roteiros nacionais, estabeleça e implemente padrões, e invistam em sistemas de suporte sustentável de WASH. Também solicita que a OMS forneça liderança, para ajudar a mobilizar recursos para investimentos, que informe o progresso global e em emergências, para ajudar a coordenar e implementar WASH e controle de infecções e controle da saúde. (Organização Mundial da Saúde, 2019)

## QUESTÕES A PONDERAR

- 1) O que a população mundial pode fazer para ajudar na questão da falta de água e saneamento?
- 2) O que as Nações Unidas e o Conselho Econômico e Social podem efetivamente garantir o direito ao acesso à água potável e saneamento em todo o mundo?
- 3) Como as Nações Unidas e a Organização Mundial de Saúde podem resolver a questão das infecções resultantes de nascimentos insalubres relacionados à falta de água potável em centros médicos?
- 4) Como as nações podem garantir o acesso à água potável e saneamento para toda a população, mesmo nos lugares mais distantes, sem distinção de raça, gênero ou condição socioeconômica?
- 5) Quais ações as Nações Unidas podem tomar para garantir que as pessoas não sejam privadas do direito humano ao acesso à água e saneamento? E sobre a questão dos centros médicos?

## POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

### Canadá

O Canadá é um país que, de acordo com a CIA (2019), possui 99,8% da população com acesso a água potável. Com uma das maiores porcentagens de disponibilidade de



água potável, o Canadá apoia a gestão e governança sustentável dos recursos hídricos nos países em desenvolvimento. Ajuda os esforços para aumentar o acesso à água potável e ao saneamento, contribuindo para muitas esferas da sociedade, ajudando particularmente mulheres e meninas.

### **República Federal da Alemanha**

Em 2008, a Alemanha, em parceria com o governo espanhol, conseguiu que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas estabelecesse um mandato para um Relator Especial sobre os direitos humanos à água potável e ao saneamento. Em 2013, eles convenceram a Assembleia Geral das Nações Unidas a reconhecer o direito humano à água e adotar uma resolução, em 2015, consagrando os direitos à água e ao saneamento.

### **República Federativa do Brasil**

Atualmente, existem aproximadamente 5 milhões de pessoas no Brasil sem acesso a água potável e 25 milhões sem saneamento. As internações por doenças relacionadas ao saneamento precário e pouco acesso à água de qualidade custam aos hospitais públicos brasileiros quase US \$ 25 milhões em 2017.

Em uma reunião relacionada à água e saneamento que aconteceu em São Paulo, representantes de empresas relacionadas ao saneamento argumentaram que apenas 1.600 dos 5.570 municípios do país têm pelo menos uma estação de tratamento de esgoto e 100 milhões de brasileiros ainda não têm acesso ao tratamento de esgoto.

### **República Federal da Somália**

A Somália tem apenas 45% da população com acesso a fontes de água melhoradas e apenas um quarto com instalações de saneamento devido a padrões imprevisíveis de precipitação e falta de manutenção das fontes de água e sistemas de abastecimento. De acordo com o UNHRC (2015), “quase metade das famílias leva mais de 30 minutos para coletar água, o que determina a quantidade de água coletada de cada vez”, o que contribui significativamente para as altas taxas de doenças na Somália.

### **República Francesa**

A França trabalhou ativamente para o reconhecimento do direito de acesso a água potável e saneamento. Adotou a resolução da ONU em 2010, que garante o direito a todos



os cidadãos e, em 2011, uniu forças com vários outros Estados na criação do Grupo Azul informal, cujo objetivo principal é "promover o direito à água potável e ao saneamento seguro no mundo internacional". Estágio, em particular por meio de uma abordagem baseada na integração dos direitos humanos na formulação e implementação de programas de desenvolvimento” (FRANÇA, 2019), para coordenar as posições dos Estados membros nos órgãos da ONU em Nova York e Genebra.

### **República Italiana**

A República Italiana apoia a atividade do Conselho Consultivo do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre Água e Saneamento (UNSGAB), que produziu o Plano de Ação Hashimoto e a declaração da OCDE-UNSGAB: roteiros para a Comunidade Internacional alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas relacionados Água e Saneamento.

### **Japão**

O Japão é o maior doador do mundo no setor de água e saneamento e no Quarto Fórum Mundial da Água, realizado em março de 2006 na Cidade do México, o Japão anunciou a "Iniciativa de Parceria Ampla em Água e Saneamento (WASABI)" e lançou a "EUA-Japão Limpo Iniciativa Água para Pessoas ", em setembro de 2002.

### **Reino da Bélgica**

A Bélgica possui mais de 62 concessionárias de abastecimento de água em todo o país e 589 municípios da Bélgica têm programas responsáveis por manter o abastecimento e a qualidade da água. Embora a qualidade da água na Bélgica seja alta e segura o suficiente para que seus cidadãos bebam água da torneira com segurança, “o tratamento de águas residuais no país ficou para trás. De fato, o saneamento de águas residuais não começou a ser tratado no país até 2007 depois que o Tribunal de Justiça Europeu forçou o governo belga a fazer alterações em 2004.” (BEAUCHAMP, 2017)

### **República Popular da China**

A água na área rural e urbana da China é frequentemente afetada pela poluição doméstica e química, e também por acidentes e doenças transmitidas pela água.



A Organização Mundial da Saúde trabalha com o Ministério da Saúde da China e o Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China para melhorar as instalações de abastecimento de água nas áreas centrais e ocidentais da China.

## **República da Índia**

Em 2015, foi realizado na Índia o Kayakalp Award Scheme, um programa que foi aplicado aos centros de saúde para promover as práticas de limpeza, higiene e controle de infecções em estabelecimentos públicos de saúde e incentivar instalações de alto desempenho que atingem pelo menos 70% da população. Indicadores com um prêmio em dinheiro.

## **República da Polônia**

A Polônia está comprometida em realizar avaliações para quantificar a disponibilidade e a qualidade de água, saneamento e higiene mais seguras nas unidades de saúde e suas necessidades, usando protocolos ou ferramentas regionais e globais para colaborar com o esforço global para melhorar o fornecimento de água potável e saneamento. E higiene nas unidades de saúde.

## **República do Sudão do Sul**

A extensa crise e a escassez no Sudão do Sul estão contribuindo para o declínio do acesso a instalações de água potável e saneamento em centros de saúde no Sudão do Sul, contribuindo para a disseminação de doenças como cólera e diarreia, comprometendo a capacidade de fornecer cuidados e mostrando sérios riscos à saúde daqueles que procuram tratamento.

## **República do Uganda**

No Uganda, de acordo com Water (2019), “61% dos ugandenses não têm acesso a água potável e 75% não têm acesso a instalações sanitárias melhoradas”. Muitas pesquisas foram feitas por diferentes fontes no Uganda para medir a disponibilidade de acesso a água potável e saneamento. Dados de 2012 da ABCE mostram que 57% dos centros de saúde não apresentam escassez grave ou falta de água em um ano regular. Pesquisas feitas em 2014 pela WVI mostram que 81% de todos os centros de saúde em Uganda recebiam 84 horas ou mais de serviços de água por semana, o que representa 50%



do tempo. Além disso, existem dados de uma pesquisa realizada em 2015 pela PMA que mostra que no dia em que a pesquisa foi realizada, apenas 37% dos centros de saúde tinham água corrente para apoiar a população.

A Divisão de Saúde Infantil do Ministério da Saúde de Uganda trabalhou com parceiros para resolver esse problema por meio do Comitê de Coordenação de Diarreia e Pneumonia (DPCC) devido à necessidade de coletar dados de WASH para o planejamento de botos e, em 2016, o DPCC recomendou uma lista padronizada de Indicadores de WASH a serem incluídos no sistema nacional de informações sobre gestão em saúde.

### **Federação Russa**

A Federação Russa é a segunda em uma escala global de países com o maior reservatório de água doce e uma enorme capacidade de fornecimento de água potável de alta qualidade.

Em 2014, o Escritório Europeu da Organização Mundial da Saúde para Prevenção e Controle de Doenças Não Transmissíveis (DNT) foi estabelecido com o apoio do governo russo, servindo como uma potência para ideias e soluções inovadoras

### **Ucrânia**

Uma organização com o objetivo de informar uma ação humanitária mais eficaz, chamada REACH, conduziu uma análise de rede e colocou em grupos as comunidades com acesso a Unidades de Serviços Básicos (BSUs), embora, nas sete BSUs, “a avaliação identificasse os principais desafios como falta de serviços e instalações, forçando os moradores a percorrer longas distâncias para chegar a escolas, bancos e serviços de saúde.”, existia um conflito afetado com as populações no leste do país, que mais sofrem com a falta de acesso a instalações básicas

### **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda**

O Reino Unido ajuda o governo, os cidadãos e o setor privado nos países em desenvolvimento a gerenciar os recursos hídricos e provar o acesso à água potável, saneamento e educação sobre higiene, dando à população acesso à água sempre que necessário, enquanto pesquisa métodos para melhorar a segurança da água e gestão de recursos hídricos para pessoas em países em desenvolvimento.



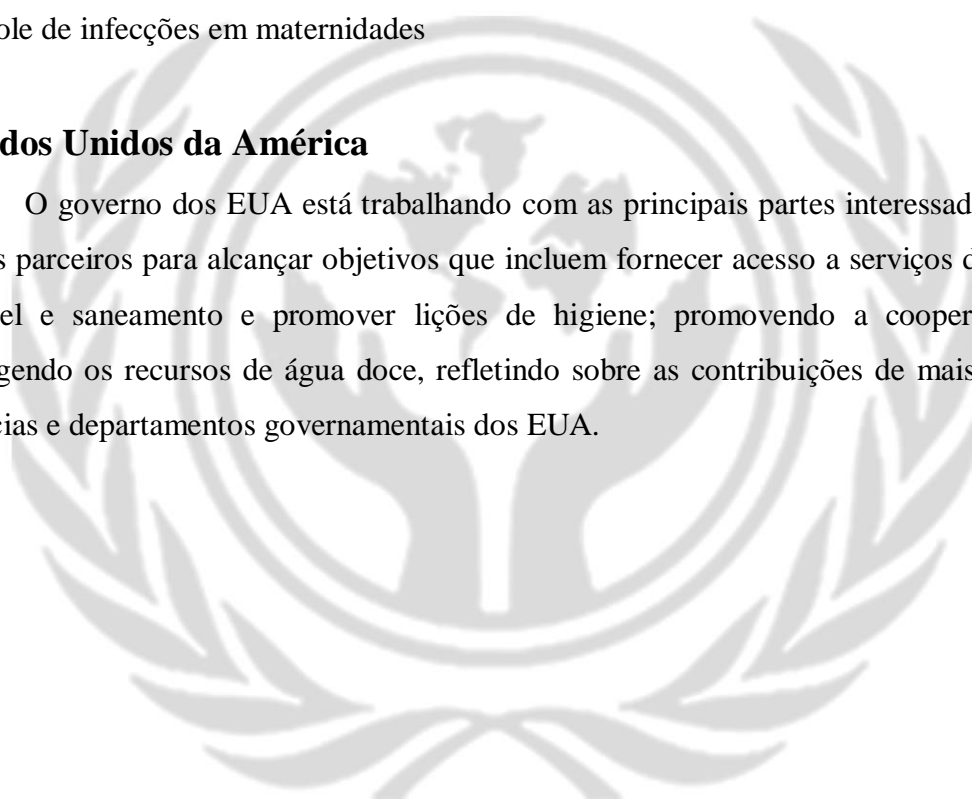
## **República Unida da Tanzânia**

Na Tanzânia, o número de mulheres que dão à luz nos centros de saúde está aumentando, mas “um aumento nas intervenções obstétricas no momento do parto e a equipe sobrecarregada também estão aumentando o risco de infecções bacterianas, contribuindo para cerca de um terço das mortes de recém-nascidos em República Unida da Tanzânia” (WASH).

Entre os anos de 2013 e 2017, a instituição de caridade baseada em evidências, focada na melhoria das práticas de higiene em torno do parto em países de baixa e média renda, trabalhou para realizar avaliações de necessidades de WASH e prevenção e controle de infecções em maternidades

## **Estados Unidos da América**

O governo dos EUA está trabalhando com as principais partes interessadas e os países parceiros para alcançar objetivos que incluem fornecer acesso a serviços de água potável e saneamento e promover lições de higiene; promovendo a cooperação e protegendo os recursos de água doce, refletindo sobre as contribuições de mais de 15 agências e departamentos governamentais dos EUA.





## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Catarina De. **Comunicado Da Relatora Especial Sobre O Direito Humano À Água E Ao Saneamento, Catarina de Albuquerque, No Final De Sua Visita ao Brasil, de 9 A 19 de Dezembro de 2013.** Disponível em: <https://newsarchive.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=14127&LangID=E>. Acessado em maio de 2019

ANISTIA INTERNACIONAL DO CANADÁ. **Princípios Internacionais de Direitos Humanos.** Disponível em: <https://www.amnesty.ca/our-work/issues/international-human-rights-principles>. Acessado em maio de 2019

BEAUCHAMP, Nick. **A qualidade da água na Bélgica é a chave para a prosperidade.** Disponível em: <https://borgenproject.org/water-quality-in-belgium-prosperity/>. Acessado em julho de 2019

BISWAS, Asit K. **Água para o Terceiro Mundo.** Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/1981-09-01/water-third-world>. Acessado em abril de 2019.

Casson, L. **Vida cotidiana na Roma antiga** (Rev. e ed expandida). Baltimore: Imprensa da Universidade Johns Hopkins. 1998.

AGÊNCIA DE INTELIGÊNCIA CENTRAL. **Canadá.** Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ca.html>. Acessado em julho de 2019.

DAILY HISTORY. **Como se desenvolveu o saneamento público?** Disponível em: [https://dailyhistory.org/How\\_did\\_Public\\_Sanitation\\_Develop%3F](https://dailyhistory.org/How_did_Public_Sanitation_Develop%3F). Acessado em maio de 2019.

DEUTSCHE WELLE. **ONU: Um quarto dos centros de saúde do mundo não tem água limpa.** Disponível em: <https://www.dw.com/en/un-one-quarter-of-the-worlds-health-centers-lack-clean-water/a-48172963>. Acessado em abril de 2019.

DIPLOMACIA DA FRANÇA. **Direito à água e saneamento.** Disponível em: <https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/human-rights/right-to-water-and-sanitation/>. Acessado em julho de 2019.

ALEMANHA, ESCRITÓRIO EXTERNO FEDERAL. **LAVAGEM: Direito humano à água potável e saneamento.** Disponível em: <https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/themen/menschenrechte/04-wsk/wash/291520>. Acessado em julho de 2019.



GONÇALVES, Carolina. **O saneamento precário é caro para o Brasil.** Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/en/saude/noticia/2018-09/poor-sanitation-proves-expensive-brazil>. Acessado em julho de 2019.

GOVERNO DO CANADÁ. **Água nos países em desenvolvimento.** Disponível em [https://international.gc.ca/world-monde/issues\\_development-enjeux\\_developpement/environmental\\_protection-protection\\_environment/water-eau.aspx?lang=eng](https://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/environmental_protection-protection_environment/water-eau.aspx?lang=eng). Acessado em abril de 2019.

HELLER, Leo. **Para o Dia Mundial do Toaleta, "Saneamento é um Direito Humano" em 19 de novembro.** Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/Pages/NewsDetail.aspx?NewsID=22400&LangID=E>. Acessado em maio de 2019.

KAGGWA, Andrew. **Bicos de água.** Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2018/07/spouts-of-water/>. Acessado em maio de 2019.

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS EXTERNOS DO JAPÃO. **Assistência oficial ao desenvolvimento (ODA).** Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/policy/oda/sector/water/action.html>. Acessado em julho de 2019.

PAUL, Delia. **OMS, UNICEF relatam falta de ÁGUA em unidades de saúde.** Disponível em: <https://sdg.iisd.org/news/who-unicef-report-lack-of-wash-in-health-care-facilities/>. Acessado em abril de 2019.

POLMAN, Paul. **Escala e velocidade necessárias para tornar a água, o saneamento e a higiene uma realidade para todos.** Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2018/07/scale-and-speed-needed-to-make-water-sanitation-and-hygiene-a-reality-for-all/>. Acessado em maio de 2019.

REACH. **Ukraine: O desafio de acessar serviços básicos em áreas próximas à linha de contato.** Disponível em: <https://www.reach-initiative.org/what-we-do/news/ukraine-the-challenge-of-accessing-basic-services-in-areas-close-to-the-contact-line/>. Acessado em julho de 2019.

ESCRITÓRIO REGIONAL DA OMS EUROPA. **Federação Russa realiza primeiro Congresso Internacional do Dia Mundial da Água.** Disponível em: <http://www.euro.who.int/en/health-topics/environment-and-health/water-and-sanitation/news/news/2018/4/russian-federation-holds-first-international-world-water-day-congress>. Acessado em julho de 2019.



Seung-Soo, Han. **Planeta azul, mundo sedento.** Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/articles/world/2015-11-20/blue-planet-thirsty-world>. Acessado em abril de 2019.

SFARA, Giorgio. **Intervenção em água e saneamento.** Disponível em: [https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/italy\\_12may\\_water.pdf](https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/italy_12may_water.pdf). Acessado em julho de 2019

UNICEF. **1 em cada 4 unidades de saúde não possui serviços básicos de água.** Disponível em: <https://www.unicef.org/press-releases/1-4-health-care-facilities-lacks-basic-water-services-unicef-who>. Acessado em abril de 2019.

UNICEF. **Somalia.** Disponível em: <https://www.unicef.org/somalia/wes.html>. Acessado em julho de 2019.

REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E DO GOVERNO DA IRLANDA. **Política governamental de 2010 a 2015: água e saneamento nos países em desenvolvimento.** Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/2010-to-2015-government-policy-water-and-sanitation-in-developing-countries>. Acessado em julho de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Bilhões em todo o mundo carecem de água potável, instalações sanitárias adequadas, revela relatório da ONU.** Disponível em <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2017/07/billions-around-the-world-lack-safe-water-proper-sanitation-facilities-reveals-un-report/>. Acessado em maio de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **O acesso das crianças a água potável e saneamento é um direito, não um privilégio - UNICEF.** Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2017/08/childrens-access-to-safe-water-and-sanitation-is-a-right-not-a-privilege-unicef/>. Acessado em maio de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivo 6: Garantir acesso a água e saneamento para todos.** Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/water-and-sanitation/>. Acessado em abril de 2019.

NAÇÕES UNIDAS. **A falta de instalações básicas de água arrisca milhões de vidas em todo o mundo: agência de saúde da ONU.** Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2019/04/1035971>. Acessado em abril de 2019.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS, 39ª Assembléia Geral. **Promoção e proteção de todos os direitos humanos, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.** Disponível em: <https://documents-dds->



ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/G18/282/86/PDF/G1828286.pdf?OpenElement. Acessado em maio de 2019.

ONU ÁGUA. **OMS e UNICEF lançam relatório sobre ÁGUA em unidades de saúde.** Disponível em: <http://www.unwater.org/who-and-unicef-launch-report-on-wash-in-health-care-facilities/>. Acessado em abril de 2019.

USAID. **Água e saneamento.** Disponível em: <https://www.usaid.gov/what-we-do/water-and-sanitation>. Acessado em julho de 2019.

WATER. **CRISE DE ÁGUA.** Disponível em: <https://water.org/our-impact/water-crisis/>. Acessado em abril de 2019.

WATER. **Uganda.** Disponível em: <https://water.org/our-impact/uganda/>. Acessado em julho de 2019.

WASH WATCH. **Polônia.** Disponível em: [https://washwatch.org/en/countries/poland/summary/?commitment=WASH-in-HCF%2F01&declaration=WASH-in-HCF#481\\_01](https://washwatch.org/en/countries/poland/summary/?commitment=WASH-in-HCF%2F01&declaration=WASH-in-HCF#481_01). Acessado em julho de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Atualização da Assembleia Mundial da Saúde, 25 de maio de 2019.** Disponível em: <https://www.who.int/news-room/detail/25-05-2019-world-health-assembly-update>. Acessado em maio de 2019.

REPRESENTANTE OMS ESCRITÓRIO CHINA. **Água potável e saneamento.** Disponível em: <http://www.wpro.who.int/china/mediacentre/factsheets/watsan/en/>. Acessado em julho de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE SUDÃO DO SUL. **A OMS prioriza os serviços de água, saneamento e higiene (ÁGUA) nas unidades de saúde para atingir as metas de saúde no Sudão do Sul.** Disponível em: <https://www.afro.who.int/news/who-prioritizes-water-sanitation-and-higiene-wash-services-health-care-facilities-achieve>. Acessado em agosto de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E FUNDO DAS CRIANÇAS DAS NAÇÕES UNIDAS. **Água, saneamento e higiene em unidades de saúde: passos práticos para alcançar o acesso universal. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2019. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.** Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/311618/9789241515511-eng.pdf>. Acessado em julho de 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E FUNDO DAS CRIANÇAS DAS NAÇÕES UNIDAS. **ÁGUA em unidades de saúde: Global Baseline Report 2019.** OMS



e UNICEF, Genebra, 2019. Licença: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/311620/9789241515504-eng.pdf?ua=1>. Acessado em maio de 2019.





# A bioenergia como forma de reconstruir Ruanda: o 25º aniversário do genocídio

Luisa Mansan Munari Borges

Tradução: Luana Menezes

## INTRODUÇÃO

O massacre que ocorreu em Ruanda em 1994 chocou o mundo. Embora tenham se passado 25 anos, a população ainda enfrenta suas consequências, o impacto ambiental é um deles. O desmatamento resultou na perda de biodiversidade e recursos genéticos. Além disso, devido à quantidade limitada de área disponível, muitas áreas úmidas do país foram destruídas por uso indevido e a erosão do solo aumentou devido ao sobrepastoreio.

A ONU tem ajudado Ruanda desde a criação da UNAMIR: a Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR). Foi estabelecido pela Resolução 872 do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 5 de outubro de 1993. O objetivo era auxiliar na implementação do Acordo de Arusha, assinado em 4 de agosto de 1993, que tinha como objetivo terminar a Guerra Civil de Ruanda. A missão durou de outubro de 1993 a março de 1996. Suas atividades foram destinadas a ajudar o processo de paz entre o governo ruandês dominado pelos Hutus e a Frente Patriótica Ruandesa (RPF), dominada pelos Tutsis.

Segundo as Nações Unidas, o genocídio significa:

*“... qualquer um dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, incluindo (a) matar membros do grupo (b) causando sérios danos corporais ou mentais aos membros do grupo. o grupo (c) infligir deliberadamente ao grupo condições de vida calculadas para causar sua destruição física total ou parcial (d) impondo medidas destinadas a impedir nascimentos dentro do grupo, transferindo à força as crianças do grupo para outro grupo.”*

O genocídio de Ruanda foi um evento de assassinato em massa concebido por elementos extremistas da população de maioria ruandesa Hutu que planejava matar a população minoritária Tutsi em 1994. O massacre durou 100 dias e estima-se que 800.000 pessoas, a maior parte da etnia Tutsi foi morta pelos Hutus, que eram maioria, e cerca de 150.000 a 250.000 mulheres foram, também, estupradas.



Esses dois grupos falam a mesma língua, o que sugere que eles viveram juntos. A diferença física sobre esses dois grupos não era visível no início e não era relevante para a população. Os Tutsis eram de pele clara e mais altos que os Hutus, que supostamente eram mais baixos e de pele mais escura. Foi somente durante a era colonial da Bélgica, que começou após a Primeira Guerra Mundial, que essas diferenças foram usadas para categorizar e dividir essas etnias.

Eles assumiram que a etnia poderia ser distinguida por características físicas e então usavam as diferenças étnicas encontradas em seus próprios países como modelos para criar um sistema pelo qual as categorias de Hutus e Tutsis não eram mais fluidas. A Bélgica começou a implantar cartões de identidade para distinguir esses grupos. Os Tutsis eram favorecidos e recebiam educação no estilo ocidental e melhores condições sociais.

Em 1962, quando Ruanda conquistou a independência, 120.000 pessoas, principalmente Tutsis, se refugiaram em estados vizinhos para escapar da violência que acompanhou a gradual ascensão ao poder da comunidade Hutu. A tensão entre Hutus e Tutsis começou a crescer em 1990, quando os rebeldes Tutsis invadiram Uganda (eles são membros da Frente Patriótica de Ruanda). O presidente Juvénal Habyarimana, um Hutu, fez um acordo para criar um governo que incluísse a Frente Patriótica Ruandesa, o Acordo de Arusha. Os radicais Hutus se opõem a essa ideia. A divulgação de sua agenda anti-Tutsi, aumentou e mais tarde serviria para alimentar a violência étnica

Em 6 de Abril de 1994, as mortes dos presidentes do Burundi e da Ruanda num acidente de avião causado por um ataque com foguetes, desencadearam várias semanas de massacres intensos e sistemáticos. Em 22 de junho, o Conselho de Segurança autorizou forças lideradas pela França a montar uma missão humanitária. A missão, chamada Operação Turquesa, salvou centenas de civis no sudoeste de Ruanda, mas também é dito que permitiu que soldados, oficiais e milicianos envolvidos no genocídio fugissem de Ruanda pelas áreas sob seu controle. Em outras áreas, os assassinatos continuaram até 4 de julho de 1994, quando o RPF assumiu o controle militar de todo o território de Ruanda.

## CONTEXTO HISTÓRICO

A Organização das Nações Unidas (ONU) tem sido um parceiro fundamental na reconstrução do Ruanda.



Em 2008, Ruanda foi selecionada com outros sete países para implementar uma nova estratégia da ONU, chamada “Delivering as One” ou “One UN”. Atualmente, 16 agências residentes e oito agências não residentes trabalham em Ruanda. Entre 2013-2018, o One UN Rwanda orçou cerca de US \$ 411 milhões para ajudar o país em seu desenvolvimento.

O impacto ambiental mais persistente em Ruanda é o aumento do desmatamento para fins de construção de moradias, construção de novas acomodações, uso de madeira para energia e, o mais importante, a “limpeza” de áreas florestais para fins agrícolas. Como afirmado pelo Centro Africano para Resolução Construtiva de Disputas (2010):

*“De acordo com a maioria das famílias pesquisadas (75%), a principal fonte de combustível era e continua sendo madeira e o carvão para cozinhar e iluminar. A parafina foi usada por 82% dos domicílios. O REMA (2009: 81) confirma que a estrutura de subsistência faz dos recursos florestais, como a madeira, a principal fonte de energia doméstica de 90% dos ruandeses. Durante a pesquisa de campo, 84% dos domicílios afirmaram que tinham fácil acesso ao carvão antes do genocídio, mas a acessibilidade às fontes de madeira diminuiu após o genocídio para 67% dos domicílios. O acesso limitado a fontes de madeira é reforçado pelo fato de que a dependência do carvão vegetal como a principal fonte de energia aumentou de 28% antes do genocídio para 49% durante o período do estudo. As famílias relataram que a madeira tornou-se escassa e cara por causa da política ambiental do governo para proteger as florestas da destruição por pessoas que usam lenha e madeira para cozinhar e construir”.*

Neste contexto, a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) e o Ministério do Meio Ambiente, Vincent Biruta, assinaram um acordo para implementar um projeto que visa identificar as opções de bioenergia adequadas ao contexto de Ruanda. O projeto “Avaliação de Bioenergia e Segurança Alimentar e Capacitação para Ruanda” apoiará o Ministério do Meio Ambiente para identificar quais opções de bioenergia podem ser ambientalmente sustentáveis e contribuir para as metas estabelecidas dentro das Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs). Os NDCs incorporam esforços de um país para reduzir as emissões nacionais e se adaptar aos impactos das mudanças climáticas. Além disso, o projeto também fornecerá treinamentos de capacitação sobre o uso de ferramentas de bioenergia para as principais partes interessadas envolvidas no setor de bioenergia e no desenvolvimento da Estratégia de Energia de Biomassa.



## ATUALIDADES

Desde o Genocídio, a ONU tem dado passos em direção à mobilização da sociedade civil para a memória dos ocorridos e para a educação, a fim de evitar futuros atos de genocídio. Por causa disso, um programa foi criado pela Assembleia Geral em 23 de dezembro de 2005. Trata-se de um programa educacional e informativo dirigido pelo Departamento de Comunicação Global da ONU. O programa tem quatro resoluções (2007, 2009, 2011 e 2013) além da inicial feita em 2005. Os principais temas são prevenir atos semelhantes no futuro e apoiar os sobreviventes, especialmente viúvas, órfãos e vítimas de abuso sexual.

Os principais problemas enfrentados pelo meio ambiente em Ruanda são as pressões da crescente população sobre os recursos naturais, como terra, água, flora e fauna e outros recursos não renováveis.

Isto é mais evidenciado na degradação da terra, erosão do solo, declínio na fertilidade do solo, desflorestamento, degradação das terras húmidas e perda de biodiversidade. As principais questões incluem desmatamento devido ao corte de árvores para combustível, pastoreio excessivo, exaustão do solo, erosão do solo e caça furtiva generalizada. Esses desastres naturais provocados por riscos tiveram grandes impactos humanos, ambientais e econômicos.

O governo adotou várias políticas e medidas para garantir seu desenvolvimento sustentável e a proteção de seu meio ambiente. O governo estabeleceu uma meta de aumentar a cobertura florestal nacional para 30% até 2020. Para atingir essa meta, o governo estabeleceu restrições ao acesso a florestas naturais e de plantações. O governo também incentiva as comunidades rurais a praticar o reflorestamento, e entre 2001 e 2006 a proporção aumentou de 40 para 60 por cento. O Governo também desenvolveu uma política energética favorável ao carbono que se baseia no compromisso de usar fontes renováveis de energia e visa reduzir a dependência de lenha para combustível, juntamente com um programa de reflorestamento. A política inclui a introdução do fogão de cozinha melhorado, o uso de geradores de biogás, energia solar, hidroeletricidade e a exploração de gás metano no Lago Kivu. O governo tem como meta reduzir a proporção de energia da madeira no consumo nacional de 86% em 2010/11 para 50% até 2020.

## AÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS



Como mencionado nas partes anteriores, as Nações Unidas têm tentado consistentemente ajudar Ruanda e seu povo. O projeto mais recente visa promover a segurança alimentar e energética para o desenvolvimento agrícola e rural através da bioenergia. É uma parceria entre a Food and Agriculture Organization (FAO) e o Ministério do Meio Ambiente.

A bioenergia deriva de materiais orgânicos, como madeira, culturas agrícolas ou resíduos orgânicos. É obtido a partir de material orgânico cultivado recentemente, conhecido como biomassa, em oposição ao combustível fóssil, que é a biomassa fossilizada antiga. Pode ser usado em eletricidade, aquecimento, resfriamento e transporte. Pode ser usado em formas líquidas, como biocombustíveis, em formas gasosas, como o biogás, ou em formas sólidas, como é o caso da queima de madeira para energia.

Alguns dos benefícios ambientais da bioenergia incluem: redução da pressão sobre os recursos naturais finitos, redução das emissões de gases de efeito estufa por substituição de combustíveis fósseis, retorno da terra de volta à produção com maior biodiversidade; e também há os benefícios econômicos e sociais: redução dos custos de gestão de resíduos, crescimento econômico por meio de ganhos e empregos nos negócios, criação de empregos e muito mais.

Além disso, o Representante da FAO em Ruanda, Gualbert Gbehounou, disse que há necessidade de abordar questões relacionadas à gestão natural dos recursos hídricos, de modo a fortalecer a governança da água no país para uma maior segurança alimentar.

*“A resiliência climática é um fator importante na gestão eficaz da água. Os projectos irão, portanto, analisar como maximizar cada gota de água existente e analisar e identificar potenciais matérias-primas e tecnologias de bioenergia que possam ser desenvolvidas no Ruanda, tanto para a produção descentralizada de energia como para fins de cozinha.”*

## PERGUNTAS PARA PONDERAR

- 1) O que as Nações Unidas podem fazer para garantir a reconstrução de Ruanda vinte e cinco anos depois do genocídio?
- 2) Que ações podem ser tomadas para garantir que o uso da bioenergia seja implementado em Ruanda?



- 3) Como as nações podem se comprometer a supervisionar as ações da ONU e garantir o progresso do projeto?

## POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

### **Canadá**

Em 2004, o Parlamento canadense declarou 7 de abril como um dia de lembrança das vítimas do genocídio de 1994 em Ruanda. Em 7 de abril de 2008, o Parlamento canadense adotou por unanimidade uma resolução para designar o dia 7 de abril como um dia de reflexão sobre a prevenção do genocídio. Em 2016-17, o Canadá forneceu US \$ 24,86 milhões em assistência internacional a Ruanda, canalizado principalmente por meio de apoio institucional de longo prazo a organizações multilaterais com atividades em Ruanda e organizações da sociedade civil canadense que trabalham, em parceria com organizações locais, para melhorar a educação, saúde sexual e reprodutiva e direitos, bem como crescimento que funcione para todos. Além disso, em 2018, o Canadá apoiou o Programa Mundial de Alimentos para responder às questões das necessidades humanitárias das populações vulneráveis, incluindo refugiados, retornados e comunidades anfitriãs em Ruanda. As atividades das empresas canadenses em Ruanda estão concentradas na educação, setores de mineração, transporte, serviços e energia. Principais exportações de mercadorias canadenses para Ruanda incluem produtos vegetais; máquinas, produtos mecânicos e elétricos; veículos e equipamentos. As principais importações de mercadorias canadenses de Ruanda consistem em principalmente produtos vegetais.

### **República Federativa Alemã**

As relações diplomáticas entre Ruanda e Alemanha foram estabelecidas em 1962. Desde então, existem laços estreitos e baseados na confiança. Os dois países têm embaixadas em Kigali e Berlim, respectivamente. Na cooperação econômica, o apoio da Alemanha segue as prioridades de Ruanda, conforme indicado na visão 2020. As principais áreas de cooperação incluem descentralização e desenvolvimento econômico sustentável, com foco na promoção do setor privado e no treinamento vocacional. Nas relações entre pessoas, a parceria entre os residentes de Renânia-Palatinado e cidadãos de



Ruanda existe há mais de 32 anos. Inclui, entre outras, parcerias entre 49 comunidades e mais de 250 escolas que realizam visitas mútuas regulares para reforçar a parceria.

## **República Federativa do Brasil**

Não há representação diplomática brasileira residente em Ruanda. A Embaixada do Brasil em Nairóbi é cumulativamente responsável por representar o Brasil com Ruanda.

## **República Francesa**

Uma comissão francesa de especialistas está dando uma nova olhada no papel da França no Genocídio ruandês de 25 anos. A França tinha laços estreitos com o antigo regime de Habyarimana, liderada pela elite política hutu da época. Muitos dos principais orquestradores do genocídio fugiram de Ruanda para o vizinho Zaire (agora República Democrática do Congo) atravessando zonas de proteção francesas. O presidente francês Emmanuel Macron foi convidado para a comemoração de 25 anos do fim do genocídio - mais um sinal de reconciliação. Em abril de 2019, o Presidente Macron estabeleceu uma comissão de especialistas para examinar documentos arquivados que estavam anteriormente trancados com chave. Este é um movimento que o governo de Ruanda acolheu e ofereceu sua assistência, desde que a comissão se concentre estritamente no aspecto do papel da França no cenário.

## **Japão**

O embaixador do Japão em Ruanda disse que a era Reiwa do Imperador Naruhito abrirá um novo capítulo de aprofundamento das relações bilaterais com o país e Ruanda. O embaixador do Japão em Ruanda, Mayishita, disse que desde o início da era Reiwa, ele espera com confiança bem fundamentada que a cooperação bilateral entre Japão-Ruanda irá se desenvolver mais. Em suas palavras:



“Tenho o prazer de anunciar que esse número subiu para 27 empresas desde abril deste ano... Essas empresas estão em vários setores, incluindo agricultura, horticultura. Agora é de nosso interesse que maiores companhias japonesas invistam em Ruanda”.

## **Reino da Bélgica**

A Bélgica colonizou Ruanda durante o século XX. Em 1919, a Bélgica herdou a colônia como parte de um mandato da Liga das Nações. Colonizadores belgas começaram um controle mais direto em Ruanda, mantendo um sistema político existente, que permitia aos monarcas nativos governar a população local. Esta política intensificou as divisões étnicas e alimentou o conflito que durou até os anos 90. Hoje a Bélgica é o quinto doador bilateral em Ruanda, depois dos EUA, Reino Unido, Holanda e Alemanha. Em abril de 2019, o Conselho de Ministros aprovou os novos programas nos países para o Ruanda. Os novos programas nacionais concentram-se fortemente no empreendedorismo, no desenvolvimento de um setor privado local e a promoção dos direitos sexuais, reprodutivos e da saúde de meninas e mulheres. O novo programa de cooperação com o Ruanda vai até 2023 e se concentrará em melhor acesso aos direitos sexuais e reprodutivos e a saúde. Além disso, é dedicada atenção à melhoria das cadeias de valor em agricultura, comercialização de produtos agrícolas e urbanização sustentável. A gestão das finanças públicas é a terceira prioridade.

## **República Popular da China**

Em novembro deste ano (2019), Ruanda e a República Popular da China Celebraram 48 anos desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países. Os dois países iniciaram laços bilaterais somente após uma década da independência da Bélgica. O apoio da China a Ruanda não é novo. A grande economia chinesa investiu recentemente US\$ 60 milhões no setor agrícola de Ruanda além de programas de desenvolvimento rural, com US \$ 20 milhões adicionais canalizados para projetos solares para levar eletricidade às escolas e centros de saúde. O estabelecimento Instituto Confúcio da Universidade de Ruanda, que ensina o chinês idioma e cultura do país completa 10 anos já. Atualmente, existem 15 professores na escola e mais de 4900



estudantes registrados. Além da sede do Instituto Confúcio na Universidade de Ruanda, existem 13 em vários campus da universidade, escolas de ensino médio locais, empresas e instituições financiadas pela China e em outros lugares país.

## **República da Índia**

As relações bilaterais entre a Índia e Ruanda têm sido cordiais e têm crescido constantemente ao longo dos anos. Em 1999, Ruanda abriu oficialmente sua Missão em Nova Delhi e nomeou seu primeiro embaixador residente em Nova Delhi em 2001. (Ruanda optou por tornar-se membro da Commonwealth em 2009, mesmo não tendo sido protetorado britânico ou colônia britânica). A Índia abriu sua missão residente em Kigali com a chegada do Alto Comissário em 15 de agosto de 2018. O país tornou-se um membro do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) Área Livre de Comércio (TLC) em 2004 e posteriormente em 2007, foi admitido na EAC. Os principais itens das exportações da Índia para o Ruanda incluem produtos farmacêuticos, veículos, têxteis, máquinas elétricas, instrumentos ópticos e outros instrumentos de precisão e plásticos. Principais importações de Ruanda incluem café, chá, mate, especiarias, sal, enxofre, terras e pedras, pérolas, pedras preciosas e semipreciosas e bens diversos.

## **República do Sudão do Sul**

É um membro da EAC.

## **República da Uganda**

Ambos os países (Uganda e Ruanda) fazem parte da Comunidade da África Oriental (EAC): uma organização intergovernamental regional de seis Estados Parceiros: As Repúblicas de Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, República Unida da Tanzânia e República da Uganda, com sede em Arusha, Tanzânia. Como um dos bloco econômico regionais mais rápidos em crescimento do mundo, a EAC está ampliando e aprofundando operação entre os Estados Parceiros em várias esferas-chave para benefício mútuo.



Essas esferas incluem políticas, econômicas e sociais.

## **Federação Russa**

As relações entre Ruanda e Rússia são boas. Atualmente, os dois países desfrutam de boas relações através das respectivas Missões Diplomáticas ao nível de Embaixador. A cooperação bilateral entre os dois países gira em torno de questões políticas, militares, educação, desenvolvimento / treinamento de recursos humanos e laços culturais. Rússia oferece bolsas universitárias para os ruandeses e treinamentos para policiais.

## **Reino Unido da Grã-bretanha e Irlanda do Norte**

O Reino Unido e Ruanda desfrutam de um excelente relacionamento bilateral. O Reino Unido não é apenas um parceiro de desenvolvimento comprometido de Ruanda, mas é dedicado a fortalecer os vínculos comerciais entre os dois países. O Reino Unido está investindo £ 4,8 milhões na melhoria do clima de negócios em Ruanda, através do DFID 3 (Programa de Reforma do Clima para Investimentos de Ruanda). O programa apoia o aprofundamento das reformas destinadas a melhorar a transparência, previsibilidade e certeza do clima de investimento de Ruanda, atraindo investimentos e criando competitividade.

## **República Unida da Tanzânia**

É um membro da EAC. A existência da Rwanda-Tanzania Friendship Association (RWATAFA) on Rwanda's part and Tanzania-Rwanda Friendship Association (TARAFA) por parte da Tanzânia, é um testemunho da existência de amizade e cooperação entre esses dois países. O Joint Permanent Commission fornece um quadro suficiente para a consolidação dessa cooperação. O objetivo comum de desenvolver o Corredor Central de Desenvolvimento de Dar es Salaam para Kigali é um exemplo. O progresso no sentido de estender a ferrovia de Isaka para Kigali é complementada pelo



potencial comercial do Corredor Central para trazer a países, economias e pessoas muito mais perto.

## **Estados Unidos da América**

Os Estados Unidos assistem Ruanda na prestação de serviços básicos de saúde para população; expansão de oportunidades econômicas nas áreas rurais, particularmente através de um programa de fortalecido de produção agrícola e segurança alimentar; proteger e promover a biodiversidade única do país; fortalecimento do engajamento democrático entre sociedade civil e governo; expansão do acesso à eletricidade; e melhorando o sistema educacional fundamental e as habilidades (alfabetização, numeracia e força de trabalho prontidão) que preparam os jovens ruandeses para uma economia moderna baseada em serviços. Estes objetivos são realizados por meio de várias iniciativas presidenciais, como Feed the Future; Power Africa; Trade Africa; e a Iniciativa Global de Saúde, incluindo a Iniciativa presidencial contra a Malária e o Plano de Emergência para Combate à Aids (PEPFAR). Os EUA também apoiam a resposta aos refugiados de Ruanda e promove a integração da economia regional para estimular o desenvolvimento de negócios, empreendedorismo e o aumento de oportunidades de emprego.

A **República Italiana**, **República Federativa da Somália** e a **República da Polônia** não se pronunciaram sobre o tópico.



## REFERÊNCIAS

BBC. Rwanda: Como o Genocídio Aconteceu. Disponível em:

<https://www.bbc.com/news/world-africa-13431486>. Acessado em Abril, 2019.

BIOENERGY. Os Benefícios da Bioenergia. Disponível em: [https://bioenergy-nw.eu/the-](https://bioenergy-nw.eu/the-benefits-of-bioenergy/)

[benefits-of-bioenergy/](https://bioenergy-nw.eu/the-benefits-of-bioenergy/). Acessado em Maio, 2019.

BRITANNICA. O Genocídio de Ruanda de 1994. Disponível em:

<https://www.britannica.com/event/Rwanda-genocide-of-1994>. Acessado em Abril, 2019.

CANADA'S INTERNATIONAL GATEWAY. Relações entre Canada e Ruanda.

Disponível em:

[https://www.canadainternational.gc.ca/kenya/bilateral\\_relations\\_bilaterales/canada\\_rwanda.aspx?lang=eng](https://www.canadainternational.gc.ca/kenya/bilateral_relations_bilaterales/canada_rwanda.aspx?lang=eng) Acessado em Agosto, 2019.

DIPLOMATIE BELGIUM. Novos programas nacionais para Senegal e Ruanda enfocam o empreendedorismo, o setor privado e os direitos sexuais. Disponível em:

[https://diplomatie.belgium.be/en/newsroom/news/2019/new\\_country\\_programs\\_senegal\\_and\\_rwanda](https://diplomatie.belgium.be/en/newsroom/news/2019/new_country_programs_senegal_and_rwanda). Acessado em Agosto, 2019.



DW. França e Ruanda: reexaminando o papel da França no genocídio. Disponível em: <https://www.dw.com/en/france-and-rwanda-re-examining-frances-role-in-the-genocide/a-49086564>. Acessado em Agosto, 2019.

DIXON, T; PERCIVAL, V. Escassez ambiental e conflitos violentos: o caso de Ruanda. Disponível em: <https://homerdixon.com/the-case-of-rwanda-full-article/>. Acessado em Maio, 2019.

EAST AFRICAN COMMUNITY. Visão geral da Comunidade Africana do Leste. Disponível em: <https://www.eac.int/overview-of-eac>. Acessado em Agosto, 2019.

EMBASSY OF THE REPUBLIC OF RWANDA -GERMANY. Ruanda e Alemanha. Disponível em: <http://www.rwanda-botschaft.de/home/?L=1> Acessado em Agosto, 2019.

EMBASSY OF REPUBLIC OF RWANDA – RUSSIA. Ruanda e Rússia. Disponível em: <http://russia.embassy.gov.rw/index.php?id=1572>. Acessado em Agosto, 2019.

EUBIOENERGY. O que é Bioenergia. Disponível em: <https://www.eubioenergy.com/whatisbioenergy/>. Acessado em Maio, 2019.

GAHIMA, A; MOODLEY, V; MUNIEN, S. Causas e impactos ambientais do genocídio em Ruanda. Disponível em: <https://www.accord.org.za/ajcr->



issues/%EF%BF%BCenvironmental-causes-and-impacts-of-the-genocide-in-rwanda/.

Acessado em Abril, 2019.

GOV.UK. Relações Comerciais entre Reino Unido e Ruanda. Disponível em:

<https://www.gov.uk/government/publications/rwanda-business-guide/uk-rwanda-commercial-relationship> Acessado em Agosto, 2019.

ITAMARATY. Representação do Brasil em Ruanda. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/pa%C3%ADses/156-brasil-no-exterior/5646-representacao-do-brasil-em-ruanda> Acessado em Agosto, 2019.

KT PRESS. Japão aprofundará relações bilaterais com Ruanda sob a era Reiwa

- Embaixador. Disponível em: <https://ktpress.rw/2019/05/japan-will-deepen-bilateral-relations-with-rwanda-under-reiwa-era-ambassador/>. Acessado em Agosto, 2019.

MINISTRY OF EXTERNAL AFFAIRS. Relações entre Índia e Ruanda. Disponível em:

[https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Rwanda\\_Relations\\_\\_December\\_2018.pdf](https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Rwanda_Relations__December_2018.pdf)

Acessado em Agosto, 2019.

TANZANIA EMBASSY. Rwanda and Tanzania. Disponível em:

<http://tanzania.embassy.gov.rw/diplomatic-relations/rwanda-and-tanzania.html>

Acessado em Agosto, 2019.



THE NEW TIMES. Highlights of Rwanda-China relations. Disponível em:

<https://www.newtimes.co.rw/news/highlights-rwanda-china-relations> Acessado em Agosto, 2019

UNITED NATIONS. Genocide Prevention. Disponível em:

<https://www.un.org/en/genocideprevention/genocide.shtml>. Acessado em Abril, 2019

UNITED NATIONS. Outreach Programme on the Rwanda Genocide and the United Nations. Disponível em:

<https://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/historical-background.shtml#prior-to-colonial-era>. Acessado em Abril, 2019

UNITED NATIONS. Outreach Programme on the Rwanda Genocide and the United Nations. Disponível em:

<https://www.un.org/en/preventgenocide/rwanda/about.shtml>. Acessado em Maio, 2019.

UN ONE RWANDA. Environmental. Disponível em:

<http://www.rw.one.un.org/mdg/mdg7>. Acessado em Maio, 2019.

UN ONE RWANDA. Using bioenergy to promote food and energy security for agricultural and rural development. Disponível em: <http://rw.one.un.org/press->



center/news/using-bioenergy-promote-food-and-energy-security-agricultural-and-rural.

Acessado em Abril, 2019.

US DEPARTMENT OF STATE. Relações dos EUA com Ruanda. Disponível em:

<https://www.state.gov/u-s-relations-with-rwanda/>. Acessado em Agosto, 2019.





# Os movimentos antivacina ao redor do mundo

---

Luís Gustavo Queiroga de Araújo

**Tradução: Cecília Martins**

## INTRODUÇÃO

Desde o desenvolvimento da primeira vacina contra o sarampo em 1789, movimentos e teorias conspiratórias contra as vacinas surgiram, contrariando evidências e pesquisas científicas. Entretanto, nos últimos anos, esses movimentos cresceram e estão se fortalecendo, especialmente em regiões como Estados Unidos e Europa. Essa grande onda surgiu depois de uma publicação de um artigo do britânico Andrew Wakefield, no qual ele vincula a vacina antissarampo, caxumba e rubéola (VASPR) a apresentação de autismo, câncer e doença intestinal. Mais tarde, foi provado que a pesquisa era fraudulenta e foi recolhida. O autor perdeu sua licença médica no Reino Unido, embora continue espalhando seus argumentos ao redor dos Estados Unidos.

Contudo, suas ideias foram propagadas ao redor do mundo, conquistando muitos crentes e apoiadores. Portanto, os casos de sarampo, caxumba e rubéola também começaram a aumentar, apesar de já terem sido erradicados em alguns países. Na Europa, o número de casos de sarampo aumentou quase 400% em 2017, resultando em 35 mortes. Além disso, nos EUA, em 2013, ocorreram três grandes surtos de sarampo em comunidades onde os pais não vacinaram seus filhos devido a essas crenças. Apesar das leis, pesquisas e conscientização, os crentes do movimento anti-vacina estão aumentando a cada ano, violando os direitos humanos e tornando-se uma agenda importante da Organização Mundial da Saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) diz que “a vacina é uma preparação biológica que melhora a imunidade a uma doença em particular”. As vacinas são feitas de agentes semelhantes a vírus ou bactérias, geralmente de restos mortais, toxinas ou até mesmo proteínas de superfície do vírus ou bactéria. Portanto, o agente simula e ativa o sistema imunológico para agir, produzindo anticorpos e criando uma memória, de modo que, no futuro, o corpo possa eliminar o vírus ou as bactérias de maneira rápida e eficaz, levando imunidade e saúde ao paciente.

---

---



## CONTEXTO HISTÓRICO

Pode-se notar que a vacina é importante para o medicamento por ser uma forma de prevenir doenças. Sua origem começa no grego antigo, em meados de 430 a.C., quando os físicos, que ainda não sabiam dos anticorpos, começaram a perceber que as pessoas que estavam infectadas com a varíola e sobreviveram, acabaram desenvolvendo resistência e imunidade ao vírus, suprimindo reinfecções. Mas os primeiros a desenvolver verdadeiramente uma vacina foram os chineses durante o período medieval.

Os chineses descobriram que, quando as pessoas saudáveis eram expostas ao tecido de sarna da varíola, mais tarde seria mais difícil para elas se infectarem e, se estivessem, estaria em uma forma menos perigosa da doença. Então, eles esmagaram a sarna da varíola até se transformar em pó, fazendo o paciente inalar o pó pelo nariz. Esta forma de prevenção de doenças era conhecida como inoculação e era popular na China, Índia e Turquia, com a sua criação datada de 900 a 1000 d.C.

Somente no século XVIII a inoculação foi trazida para o Ocidente, quando a dama Mary Montagu, uma aristocrata e esposa do embaixador da Inglaterra na Turquia, descobriu a técnica e quis imunizar seu filho da doença. Em 1721, Montagu inoculou seu filho de seis anos, apesar do risco da técnica, que costumava matar cerca de 2% a 3% das pessoas, e foi um sucesso, sendo a primeira inoculação na Inglaterra e no Ocidente. Alguns anos depois, a ideia foi adotada pelo povo europeu, mas também havia alguma resistência a ele.

Por volta de 1760, o cientista inglês Edward Jenner notou que os trabalhadores infectados pela varíola bovina, uma doença menos potente que a varíola, acabaram desenvolvendo imunidade à varíola. Observando isso, ele extraiu pus de uma pessoa infectada com varíola bovina e injetou no braço de um menino de oito anos de idade. O menino nunca pegou varíola e este experimento fez Jenner o "pai da imunologia", sendo o primeiro a realmente desenvolver uma vacina.

Durante as décadas seguintes, o método de Jenner contra a varíola bovina se popularizou e recebeu o nome de “vacinação”. Então, havia as vacinas contra a varíola bovina (vacinação) e a varíola (inoculação) na Inglaterra. Mas, alguns anos depois, o governo inglês decidiu banir a inoculação por causa do risco e também da taxa de mortalidade. A partir dessa popularização, a vacina se espalhou rapidamente em vários países, novas vacinas, como a vacina contra a cólera, também foram criadas. Assim, em 1980, a varíola foi declarada erradicada em todo o mundo.



Os movimentos antivacinas existem desde a criação das vacinas. No entanto, a onda mais recente veio antes da publicação de uma pesquisa pelo britânico Andrew Wakefield. Neste artigo, ele relacionou o surgimento do autismo em crianças e a vacinação contra sarampo, caxumba e rubéola (VASPR). Este estudo foi publicado pela primeira vez em 1998 pela renomada revista científica “The Lancet”, e a informação se espalhou muito rápido, causando essa grande onda de medo e uma enorme queda dos níveis de vacinação em muitos países, como o Reino Unido.

Mais tarde, foi revelado que o artigo não era exato, e que Wakefield manipulou a pesquisa para ajudar sua falsa teoria. Ele não teve autorização para fazer os testes clínicos e acabou perdendo sua licença médica no Reino Unido. Em 2004, a revista Lancet pediu desculpas pelo erro de publicar o artigo. Muitas pesquisas e artigos foram publicados mais tarde, provando que a teoria de Wakefield era falsa. Mesmo assim, muitos pais permaneceram e ainda não estão vacinando seus filhos.

Isso deu força e aumentou os movimentos antivacina nos dias de hoje. Muitos países, especialmente na Europa e na América do Norte, estão sofrendo com essas ondas, mesmo com as leis e punições. Wakefield agora passa pelos Estados Unidos espalhando sua ideologia e ganhando novos crentes de sua teoria todos os dias, tornando as autoridades e agências, como a Organização Mundial da Saúde, muito preocupadas com a situação.

Na sua lista de “10 Ameaças à Saúde Global em 2019”, a Organização Mundial de Saúde listou os movimentos antivacina como uma das principais ameaças:

*“A hesitação da vacina - a relutância ou a recusa em vacinar apesar da disponibilidade de vacinas - ameaça reverter o progresso feito no combate a doenças evitáveis por vacinação. A vacinação é uma das formas mais econômicas de se evitar doenças - atualmente, previne-se 2 a 3 milhões de mortes por ano e outros 1,5 milhões poderiam ser evitados se a cobertura global de vacinação melhorasse.” (Organização Mundial da Saúde, 2019)*

A OMS mencionou que as razões que levam as pessoas a evitar as vacinas são complexas e podem colocar muitas pessoas em uma situação perigosa. Também diz que algumas doenças erradicadas estão voltando, como o sarampo, e mais regionalmente outras doenças como poliomielite, difteria e rubéola. Os movimentos anti-vacinação são um problema real e crescente, que merece ainda mais atenção e um trabalho conjunto das agências com os governos.

## ATUALIDADES



Os movimentos antivacina estão se fortalecendo mais a cada ano. Em 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou uma lista de 10 ameaças à saúde global. A hesitação em vacinar é listada como uma dessas ameaças por ser realmente perigosa e trazer de volta doenças antigas e erradicadas, como o sarampo. Eles mencionam que 2 a 3 milhões de mortes são evitadas pelas vacinas todos os anos e também poderiam prevenir mais 1,5 milhão se a cobertura vacinal fosse melhorada.

Os Estados Unidos e os países europeus, como o Reino Unido, são os casos mais notáveis. Nos EUA, um país que anteriormente eliminou o Sarampo em 2000, os casos da doença estão aumentando. As crianças estão sendo mantidas fora das escolas para evitar o contato com o vírus em áreas como Portland. Tudo começou quando uma pessoa infectada de outro país visitou a cidade, contaminando uma criança não inoculada. Então, o vírus começou a se espalhar para escolas, igrejas, hospitais e outras áreas onde as crianças estavam.

Outras doenças também estão tendo um surto nos Estados Unidos. Há recentemente novos casos de caxumba, gripe, papilomavírus humano (HPV), hepatite A e também a tuberculose. Havia 764 casos de sarampo a partir do início de maio de 2019. Esses surtos acontecem em estados onde as leis permitem que as famílias pulem as vacinas se expressarem uma objeção pessoal. Ajuda na disseminação das doenças e pode afetar até mesmo a parte da população que foi vacinada, e também é um passe livre para os grupos antivacina agirem e influenciarem as pessoas.

Enquanto estados como Califórnia, Virgínia Ocidental, Mississippi e Arizona não permitem isenções religiosas ou de crenças pessoais, o resto do país ainda está lidando com surtos de doenças, especialmente em comunidades judaicas, por causa de pessoas que estão sendo influenciadas por sites de informações falsas sobre as vacinas. Um grupo chamado *PEACH* (*Parents Educating and Advocating for Children's Health*, em português: pais que educam e defendem a saúde das crianças) é um dos responsáveis por isso. Desde 2014, eles têm circulado em revistas e panfletos que afirmam que as vacinas são contra as leis judaicas, espalhando histórias sobre crianças sendo irremediavelmente prejudicadas pelas vacinas.

A *Voice for Choice* também é outra grande fonte de divulgação de informações falsas sobre vacinas, principalmente nos Estados Unidos. Eles promovem teorias sobre vacinas que não são sustentadas e que foram negadas pela literatura científica e pesquisa. Eles também oferecem apoio aos pais para evitar a vacinação e trazer informações sobre os ingredientes. Eles usam uma linguagem fácil que pode ser compreendida por todos, e



também usando a internet para ter um acesso fácil, assim eles podem alcançar mais pessoas e podem ganhar novos crentes e adeptos ao movimento.

Os movimentos antivacinas não foram inventados pela internet, mas estão sendo uma ferramenta importante para esses grupos hoje em dia. Plataformas digitais, como Facebook, YouTube e Twitter, são importantes para esse movimento em muitos países também. Na Austrália, um grupo chamado *Australian Vaccination-Risks Network Inc.* (AVN) paga anúncios no Facebook para espalhar suas teorias pelo país, e a plataforma está agindo lentamente ao proibir essas informações falsas e continua aceitando-as. Está causando surtos de doenças em várias áreas do país.

Além disso, na Europa, o número de pessoas infectadas pelo sarampo aumentou. Em 2018, 82 596 pessoas foram infectadas pelo vírus em 47 países e 72 delas morreram. Foi 3 vezes o número de pessoas infectadas em 2017, tornando-se um novo recorde de pessoas infectadas na Europa. Os números continuam a aumentar em 2019. O relatório mensal fornecido pelo Centro Europeu de Prevenção e Controle das Doenças (CEPCD) mostra que, em fevereiro de 2019, foram notificados 1 082 casos de sarampo por 24 países, quando em janeiro de 2019 havia 881 casos relatados por 19 países.

Há também relatos de casos de sarampo em áreas como Indonésia, Filipinas e Malásia. Enquanto isso, a Índia mantém o número um dos casos de sarampo no mundo. No Brasil, doenças erradicadas também estão retornando. O Ministério da Saúde brasileiro informou que os casos de sarampo estão crescendo, especialmente no norte do Brasil, e também diz que a cobertura da vacina contra a pólio é muito baixa em mais de 300 cidades. Tendo em conta todos os relatórios em todo o mundo, os movimentos antivacinas são os maiores contribuintes para estes números e são claramente uma questão global.

## AÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

As Nações Unidas não tomaram nenhuma ação direta sobre os movimentos antivacina a partir de hoje. Mas o secretário-geral falou sobre o assunto algumas vezes, assim como a Organização Mundial de Saúde. Algumas ações foram tomadas diretamente na cobertura e conscientização da vacina, especialmente em países onde o acesso às vacinas é difícil. Mas os movimentos antivacina ainda não são um tópico notável nos relatórios da ONU.



Em 2019, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, acolheu a Semana da Imunização, que se celebra todos os anos na última semana de abril, saudando os trabalhadores de saúde e o seu trabalho sobre as vacinas em todo o mundo. A campanha de 2019 tem como tema “Proteger Juntos: Obras de Vacinas!”, enfocando a conscientização de ser particularmente muito importante nos dias de hoje, e também em celebrar os profissionais que ajudam a garantir que todos estejam protegidos pelas vacinas.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) se concentrou mais no tema. Os relatórios mostraram que os casos de sarampo aumentaram 300% nos primeiros três meses de 2019, quando comparados ao mesmo período do ano passado. Em 2018, 230.000 casos de sarampo foram registrados, enquanto em 2017 foram 173.000, mostrando o quanto os casos estão crescendo. Isto também é devido aos grupos antivacina, especialmente na Europa e na América do Norte, onde os casos aumentaram mais. Também é importante apontar que esses casos são apenas a parte relatada do número real de casos.

A organização também realizou um guia no qual eles dizem como responder aos contestadores de vacinas ou antivacina. Este guia apresenta a situação do movimento antivacina e como ele pode ser perigoso, e então apresenta argumentos e maneiras de falar apropriadamente com esses grupos em público. Este é um ponto interessante que mostra um pouco de como a organização está começando a lidar com a situação massiva que está aumentando a cada dia.

Segundo a OMS, o mundo ainda tem mais de 20 milhões de crianças não vacinadas ou sub vacinadas. O Departamento de Imunização, Vacinas e Biológicos da OMS disse que toda a OMS, Ministérios da Saúde e outros parceiros precisam agir urgentemente para melhorar a cobertura vacinal, não só para o sarampo, mas também para doenças como a poliomielite, certificando-se que é disponível para todos, principalmente para as crianças. Isso mostra por que o mundo e também as Nações Unidas devem prestar mais atenção ao tema.

## QUESTÕES A PONDERAR

1) O que as Nações Unidas e o Conselho Econômico e Social podem fazer para prevenir e deter efetivamente os grupos antivacina?



- 2) Proibir esses grupos e os movimentos antivacina seria um ato contra a liberdade de expressão e a democracia?
- 3) Como as nações podem tornar as pessoas e, especialmente, os pais conscientes de vacinar seus filhos?
- 4) Como as nações podem expandir a cobertura de vacinas e fornecê-las a todos?
- 5) Que ações a ONU poderia adotar para garantir que as crianças estão sendo vacinadas e que as nações estão garantindo isso?

## POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

### **França**

Em pesquisa, o EBioMedicine apontou que 42% dos franceses não acreditam que as vacinas são seguras, tendo então apenas 90% de sua população vacinada. O Ministro da Saúde, Agnes Buzyn disse que impor obrigações vai contra os seu caráter, mas no caso das vacinas é justificável.

### **Brasil**

O Brasil, em 2017 teve 0 casos de sarampo, enquanto em 2018 foram reportados mais de 10.000. Aponta-se que isso ocorreu devido aos refugiados venezuelanos no país e ao baixo índice de vacinação nos estados que recebem esses refugiados. Além disso, muitos rumores foram espalhados acerca das vacinas por meio de aplicativos de mensagem. O governo atual não possui nenhuma campanha forte contra grupos anti-vacina.

### **Estados Unidos da América**

Atualmente os Estados Unidos é o país com a maior concentração de grupos do movimento anti-vacina, o que fez os dois primeiros meses de 2019 já reportar mais de 170 casos de sarampo. Todos os estados proíbem crianças não vacinadas de frequentar escolas, mas alguns estados permitem em casos de isenções médicas, religiosas ou filosóficas.

### **Reino Unido**



Atualmente, todas as vacinas do Reino Unido têm caráter apenas recomendatório por parte do governo, dando a chance dos pais escolherem não vacinar os seus filhos. Ainda assim, os índices de vacina diminuíram desde 2014 e os casos de sarampo aumentaram.

## **Itália**

O Movimento 5 Estrelas (M5S) se tornou uma parte grande de uma coalizão governamental populista em 2018, tal movimento aponta que as vacinas estão ligadas a casos de autismo e até a leucemia. Eles se opõem ao atual caráter mandatório das vacinas na Itália e, além disso, os índices de adesão às vacinas caíram mais de 85% nos últimos anos.

## **Japão**

Experts dizem que o Japão está a mais de uma década atrasado na inoculação em comparação com a América e Europa. Isso se deve ao fato do governo ter banido a vacina MMR durante vários anos, deixando uma parcela da população menos imunizada. Em 2019, o país sofreu com o impacto de um grupo anti-vacina, o qual já se retratou, porém foi registrado o maior surto de sarampo das últimas décadas.

## **Rússia**

Trolls russos foram responsáveis por espalhar a desinformação acerca das vacinas nos Estados Unidos segundo estudos da George Washington University. A Rússia não possui nenhuma vacina de caráter mandatório e também possui uma escassez na cobertura de vacina.

## **China**

Recentemente, a Changsheng Biotechnology, grande produtora chinesa de vacinas, foi alvo de escândalos envolvendo a produção de seus produtos. A presidente e mais 4 executivos do alto escalão estão sob investigação. Além desse, vários outros casos de escândalos com produtoras de vacinas aconteceram na China nessa década. Em comunicado oficial, o primeiro-ministro disse que serão reprimidos todos os atos ilegais e que prejudicam a saúde e segurança da população.



## Alemanha

Vacinas na Alemanha possuem caráter recomendatório, mas devido ao aumento dos casos de sarampo, o governo pretende adotar um caráter mandatório na vacina contra a doença.

## Canadá

Apenas 3 estados têm leis que proíbem crianças não vacinadas de frequentar escolas. Apesar disso, assim como nos Estados Unidos, existem isenções em casos de cunho religioso, médico ou ideológico.

## Bélgica

A vacina contra a poliomielite é a única com caráter mandatório, todas as outras têm caráter recomendatório.

## REFERÊNCIAS

BOGLE, Ariel. **How Facebook's anti-vaccination movement is kept in check by these Aussie volunteers.** ABC News. Available at <https://www.abc.net.au/news/science/2019-03-07/australian-volunteers-fight-anti-vaccination-facebook/10876744>. Acessado em maio de 2019.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Measles Cases and Outbreaks.** Available at <https://www.cdc.gov/measles/cases-outbreaks.html>. Acessado em maio de 2019.

CHALABI, Mona. **How measles outbreaks have spread amid the anti-vaccine movement.** The Guardian. Available at <https://www.theguardian.com/news/datablog/2019/jan/31/measles-outbreaks-us-anti-vaccine-movement>. Acessado em maio de 2019.

CHAPMAN, Jonathan. **Anti-vaccination movement.** Vaccination research group. 2010. Available at <https://vtechworks.lib.vt.edu/handle/10919/80325>. Acessado em abril de 2019.



DUJARRIC, Stephane. Highlights of the noon briefing. **Office of the Spokesperson for the UN Secretary-General**, 14 Feb, 2019. Available at <https://www.un.org/sg/en/content/highlight/2019-02-14.html>. Acessado em maio de 2019.

DUJARRIC, Stephane. Highlights of the noon briefing. **Office of the Spokesperson for the UN Secretary-General**, 24 April, 2019. Available at <https://www.un.org/sg/en/content/highlight/2019-04-24.html>. Accessed on 20 May, 2019.

EVRONY, Ayelet, CAPLAN, Arthur. **The overlooked dangers of anti-vaccination groups' social media presence**. Human Vaccines & Immunotherapeutics. Available at <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5489284/>. Acessado em maio de 2019.

FREMPONG, Erica. **Diversity and vaccine controversy**. Vaccination research group. 2010. Available at <https://vtechworks.lib.vt.edu/handle/10919/80326>. Acessado em maio de 2019.

Institute of Medicine (IOM). **Immunization safety review: Thimerosal - containing vaccines and neurodevelopmental disorders**. Washington, DC. National Academies Press, 2001.

MCKINLEY, Jesse. Measles Outbreak: N.Y. **Is Still Allowing Religious Vaccine Exemptions**. The New York Times. Available at <https://www.nytimes.com/2019/05/01/nyregion/measles-vaccinations-nyc-rockland.html>. Acessado em 06 de maio de 2019.

MENDES, Amanda. **Alerta: 312 cidades têm baixa cobertura vacinal da pólio**. Available at <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/43797-ministerio-da-saude-alerta-para-baixas-coberturas-vacinais-para-polio>. Acessado em 06 de maio de 2019.

MENDES, Amanda. **Ministério da Saúde atualiza casos de sarampo**. Available at <http://portalms.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44148-ministerio-da-saude-atualiza-casos-de-sarampo-4>. Acessado em maio de 2019

MITH, Lydia. **How the anti-vaccine movement targets cities – and creates disease ‘hotspots’**. Available at <https://www.theguardian.com/cities/2019/mar/14/are-urban-anti-vaccine-hotspots-putting-children-at-risk>. Acessado em 05 de maio de 2019.



ORTIZ, Jorge L. **Anti-vaxxers open door for measles, mumps, other old-time diseases back from near extinction.** Available at <https://www.usatoday.com/story/news/health/2019/03/28/anti-vaxxers-open-door-measles-mumps-old-time-diseases/3295390002/>. Acessado em 05 de maio de 2019

PLOTKIN, Stanley Alan. **History of vaccine development.** Philadelphia. Springer Science+Business Media, 2011.

PYM, Hugh. **Minister targets anti-vaccination websites.** Available at <https://www.bbc.com/news/health-47699791>. Acessado em 06 de maio de 2019.

RAO, T. S.; ANDRADE, Chittaranjan. **The MMR vaccine and autism: Sensation, refutation, retraction, and fraud.** Indian J Psychiatry, 2011.

TOBIN, Meaghan. **Measles cases spike in Indonesia, Malaysia and Philippines as anti-vaxxers take to social media.** Available at <https://www.scmp.com/week-asia/health-environment/article/3003734/measles-vaccine-preventable-diseases-rise-southeast>. Acessado em 06 de maio de 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **HOW TO RESPOND TO VOCAL VACCINE DENIERS IN PUBLIC,** Copenhagen: World Health Organization, 2017. Available at [http://www.euro.who.int/\\_\\_data/assets/pdf\\_file/0005/315761/Best-practice-guidance-respond-vocal-vaccine-deniers-public.pdf](http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0005/315761/Best-practice-guidance-respond-vocal-vaccine-deniers-public.pdf). Acessado em 21 de maio de 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Ten threats to global health in 2019.** Available at <https://www.who.int/emergencies/ten-threats-to-global-health-in-2019>. Acessado em abril de 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Vaccines.** Available at <https://www.who.int/topics/vaccines/en/>. Acessado em abril de 2019.

World Health Organization. **MEASLES in Europe: record number of both sick and immunized.** Available at <http://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2019/measles-in-europe-record-number-of-both-sick-and-immunized>. Acessado em 06 de maio de 2019.